

**UNIVERSIDADE DE SOROCABA
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Vanderlei da Silva

**O TERCEIRO SETOR E A ESCOLA – SERVIÇO SOCIAL NAS ESCOLAS POR
MEIO DE PARCERIAS COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL**

Sorocaba / SP

2013

Vanderlei da Silva

**O TERCEIRO SETOR E A ESCOLA – SERVIÇO SOCIAL NAS ESCOLAS POR
MEIO DE PARCERIAS COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL**

Tese apresentada à Banca Examinadora do programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Lúcia de Amorim Soares

**Sorocaba / SP
2013**

Vanderlei da Silva

**O TERCEIRO SETOR E A ESCOLA – SERVIÇO SOCIAL NAS ESCOLAS POR
MEIO DE PARCERIAS COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL**

**Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau
de Doutor no Programa de Pós Graduação em Educação da
Universidade de Sorocaba.**

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA:

Ass.: _____

Pres.: Prof^ª. Dr^ª. Maria Lúcia de Amorim Soares (Uniso)

Ass.: _____

1º Exam.: Prof. Dr. Leandro Petarnella (Uninove)

Ass.: _____

2º Exam.: Prof. Dr. Paulo Celso da Silva (Uniso)

Ass.: _____

3º Exam.: Prof. Dr. Wilson Sandano (Uniso)

Ass.: _____

4º Exam.: Prof^ª. Dr^ª. Eliete Jussara Nogueira (Uniso)

Ass.: _____

Dedico esta tese ao meu pai, Onofre da Silva, e a minha mãe, Maria Rosa Zeferino, aqueles que primeiro confiaram em minha capacidade de superar as dificuldades que, diariamente, a vida nos apresenta.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus professores e colegas do mestrado e do doutorado do Curso de Pós Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, em especial à minha orientadora Professora Maria Lúcia, pelo diálogo fecundo e pelo apoio. Agradeço à minha família (Helena, Grazielle e Maria Eduarda) e, também, à minha aluna Vanessa, do curso de Serviço Social da UNIP, corresponsável pela pesquisa de campo no Clube do NAIS. Finalmente, agradeço a todos aqueles que têm me auxiliado a desvendar o segredo da “Pedra Escura”.

A PEDRA ESCURA

Não sei se de fato a pedra escura existiu ou se ela é apenas fruto da minha imaginação, porém, ela constantemente volta aos meus pensamentos e aparece em alguns sonhos. Lembro-me, dela sempre por perto dos locais em que brincava e imagino que o meu pai dizia que dentro dela tinha uma pepita de ouro. Em minha imaginação ela tem quatro pontas, sendo que uma delas parece que foi derretida, as outras são polidas. Mas se ela foi tão importante na minha infância, fico me perguntado o motivo de não tê-la levado para dentro de casa e colocado junto aos meus brinquedos, ou porque não a levei comigo nas mudanças de casa. Por que será que ela ficou lá jogada no meio do mato, na beira da estrada. Já sonhei que fui buscá-la. O local onde ela estava é um local real, que existe de forma concreta, porém, uma das características da nossa sociedade é a existência de espaços concretos privados, onde a entrada não é permitida. Alguém pode perguntar, porque não peço uma autorização de acesso ao espaço, contudo, será bem difícil explicar que preciso entrar para procurar uma pedra de cuja existência nem mesmo tenho certeza. Por isso não posso confirmar se de fato a pedra existe no mundo real ou se é apenas uma criação da minha escuridão mental. Também, já tentei questionar a minha mãe, mas ela foi evasiva e disse que, de fato, havia algumas pedras no meio do caminho. Ao meu pai não ousei perguntar, pois ele pode achar que muito estudo confundiu os meus pensamentos, e o pior é que ele pode ter toda razão. Eu, no entanto, fantasio que a pedra escura poderia ser um pedaço de meteorito, e imagino que poucas crianças tiveram a oportunidade de brincar com um meteorito na infância e por isso me julgo alguém especial. Na realidade sei que a pedra representa todas as dificuldades vivenciadas por uma família composta de pessoas pobres que procuravam criar uma criança conformada com

o cotidiano da opressão. Por isso, na verdade, eu não quero comprovar se de fato a pedra existiu, pois essa dúvida faz com que eu repense a minha própria existência e procure caminhos que me façam compreender o motivo de haver pedras escuras e duras que dificultam a nossa vida. Assim, posso constantemente me perguntar se de fato eu um dia brinquei com uma pedra de um meteorito escuro, ou se era eu o brinquedo de uma sociedade excludente, representada por uma pedra.

De um lado, verificamos um avanço da democracia e do respeito aos direitos humanos. Mas, de outro, temos a impressão de que as relações estão mais violentas, instrumentais, pautadas num individualismo primário, num hedonismo, também primário, numa busca desesperada por emoções fortes, mesmo que provenham da desgraça alheia.

Taille, 2000

RESUMO

Esta tese trata da possibilidade de aproximação de quatro temas: Terceiro Setor, Educação Escolar, Serviço Social e Adolescentes em situação de conflito com a Lei, avaliando as relações entre o Estado e a Sociedade Civil, por meio de convênios com o Terceiro Setor. O objetivo é apresentar alternativas que visam diminuir os efeitos negativos do envolvimento de alunos na prática de atos de violência, sendo tais atos classificados como atos infracionais registrados em Boletins de Ocorrência (BO), e os envolvidos como “adolescentes em situação de conflito com a lei”. Foram pesquisados 120 Boletins de Ocorrência referentes a infrações que ocorreram em escolas, públicas e privadas, da cidade de Sorocaba, no ano de 2011, e que foram encaminhados ao Núcleo de Acolhimento Integrado de Sorocaba (Clube do NAIS) pela Delegacia da Infância e da Juventude (DIJU). A partir da análise dos Boletins, constatou-se que os conflitos estão sendo tratados, apenas como casos de polícia. Poderiam os profissionais de serviço social desempenhar a função de mediador dos conflitos escolares buscando soluções dentro da rede socioassistencial já existente no município? A bibliografia que embasam esta tese está amarrada a autores que procuram entender a questão da sociedade atual, baseada na estética do consumo e no culto à juventude que convive com um alto grau de violência. Entre esses autores, estão Zigmunt Bauman, que trata da questão da modernidade líquida e Giorgio Agambem, que pensa a contemporaneidade. Pesquisas feitas por Maria Lúcia de Amorim Soares, na DIJU de Sorocaba indicam que não existem violências nas escolas, mas incivilidades divulgadas pela TV com performances violentas. A metodologia utilizada para o trabalho é o de um levantamento bibliográfico consistente, complementado por pesquisa de campo, realizada no Clube do NAIS. A tese demonstra que o apoio de profissionais do serviço social pode significar um avanço importante na relação da escola com o seu público. A partir de suas intervenções, o ambiente escolar passará a contar com um mecanismo de potência para a inclusão social dos alunos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Escolar. Terceiro Setor. Adolescentes em conflito com a lei. Boletim de Ocorrência. Serviço Social.

ABSTRACT

THE THIRD SECTOR AND THE SCHOOL – SCHOOL SOCIAL SERVICE PROVIDED BY PARTNERSHIPS WITH CIVIL SOCIETY ORGANIZATIONS

This thesis deals with the possibility of approaching four themes: Third Sector, School Education, Social Services and Youth in conflict with the law, assessing the relationship between the State and Civil Society, through agreements with the Third Sector. The objective is to present alternatives that aim to reduce the negative effects of student involvement in acts of violence, classified as offenses, recorded in official reports and those involved as "adolescents in conflict with the law." We surveyed 120 official reports relating to offenses that occurred in both public and private schools, in the city of Sorocaba, in 2011, which were assigned to the Center for Integrated Home Sorocaba (Clube NAIS) by Police for Children and Youth (DIJU). From the analysis of the bulletins, it was found that the conflicts are being treated as police cases. Could social workers play the role of mediator of school conflicts seeking solutions within the existing social assistance network in the municipality? The literature that support this thesis is tied to authors who seek to understand the issue of modern society, based on the aesthetics of consumption and the cult of youth living with a high degree of violence. Among these authors are Zygmunt Bauman, dealing with the question of liquid modernity, and Giorgio Agambem thinking contemporaneity. Research by Maria Lucia de Amorim Soares in Diyu Sorocaba indicates no violence in schools, but incivilities released by violent TV performances. The methodology used for the work is a consistent literature, supplemented by field research conducted in Clube NAIS. The thesis demonstrates that the support of social service professionals means important advancement in the relationship of the school with its public. From their interventions, the school environment will be equipped with a mechanism of power for the social inclusion of students.

KEYWORDS: Education. Third sector. Adolescents in conflict with the law. Social assistance.

LISTA DOS QUADROS

Quadro 1 - Classificação por gênero de todos os adolescentes atendidos pelo clube do NAIS, em 2011.	19
Quadro 2 - Classificação por gênero de todos os adolescentes citados nas ocorrências nas escolas.....	19
Quadro 3 - Classificação por número de ocorrências e número de escolas	20
Quadro 4 - Situações no trabalho que causam sofrimento ao professor.....	20
Quadro 5 - Classificação pelo tipo de ato infracional praticado em ambiente escolar.....	29
Quadro 6 - Classificação pela qualificação da pessoa que registrou o boletim de ocorrência referente a atos infracionais praticados em ambiente escolar.....	30
Quadro 7 - Uso de álcool e drogas no ambiente familiar dos adolescentes atendidos pelo clube do NAIS	32
Quadro 8 - Estado civil dos genitores dos adolescentes atendidos no clube do NAIS.....	32
Quadro 9 - Constituição de novas famílias pelos genitores separados.....	32
Quadro 10 - Familiares que estão em situação de reclusão ou que já estiveram reclusos.....	32
Quadro 11 - Uso de álcool ou droga pelo adolescente	32
Quadro 12 - Diferenças das ações do Código de Menores e do Estatuto da criança e do Adolescente.....	53
Quadro 13 - Demonstrativos das atribuições dos órgãos e esferas do Poder Público com referência às medidas socioeducativas	77
Quadro 14 - Adolescentes atendidos pelo clube NAIS em 2011. Classificação por idade.	88
Quadro 15 - Comparativo entre os BOs encaminhados ao Clube do NAIS e que tiveram origem exclusiva em ambiente escolar.	93

LISTA DE SIGLAS

APEOESP – Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo

BO – Boletim de Ocorrência

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

DIJU – Delegacia da infância e da juventude

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FAI – Ficha de Atendimento Individual

FIES – Fundo Itaú de Excelência Social

FUMCAD – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

LA – Liberdade Assistida

MSE – Medida socioeducativa

NAIS – Núcleo de Acolhimento Integrado de Sorocaba

ONG – Organização não Governamental

PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PSC – Prestação de Serviço à Comunidade

PIA – Plano Individual de Atendimento

SEJUV – Secretaria da Juventude

SGD – Sistema de Garantias de Direitos

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SOS – Serviço de Obras Sociais

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

UAI – Unidade de Atendimento Inicial

UIP – Unidade de Internação Provisória

UNISO – Universidade de Sorocaba

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	INTEGRAÇÃO DAS ESCOLAS COM O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS, POR MEIO DE PARCERIAS COM O TERCEIRO SETOR	18
2.1	POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: SUAS, CRAS, CREAS, NOB-RH/SUAS	21
2.2	SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO	25
2.3	O TERCEIRO SETOR VAI À ESCOLA	28
2.4	A EXPERIÊNCIA DO PROFESSOR MEDIADOR NO ESTADO DE SÃO PAULO	33
3	TENSÕES DA CONTEMPORANEIDADE, EXISTENTES NA SOCIEDADE E VIVIDAS NO AMBIENTE ESCOLAR	37
3.1	O JOGO DA AMARELINHA NA MODERNIDADE LÍQUIDA: ENTRE “CRONÓPIOS” E “FAMAS” A “ESPERANÇA” SE TRANSFORMOU EM “SUBCLASSE”	37
3.2	A SUBCLASSE DOS PARVAS	41
3.3	ADOLESCENTE S.A – EMPREENDEDORISMO PARA JOVENS	44
4	NA SOCIEDADE DO CONTROLE – “SE PENSAS QUE PENSAS ESTÁS REDONDAMENTE ENGANADO”	52
4.1	ADOLESCÊNCIA E MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	55
4.2	MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO	57
4.3	CONFLITOS SOCIAIS VIVIDOS NO AMBIENTE ESCOLAR: CYBERBULLYING E LOUSA DIGITAL NA ESCOLA DO FUTURO	59
4.4	VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS – INVESTIGAÇÕES, INTERVENÇÕES, AVALIAÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS	65
4.5	EXEMPLOS DE PARCERIAS ENTRE O TERCEIRO SETOR E ESCOLA	66
4.6	A TRANSIÇÃO DE UMA ESCOLA QUE EXCLUI VISANDO DISCIPLINAR PARA UMA ESCOLA QUE EDUCA VISANDO INCLUIR	69
5	OS ATOS INFRACIONAIS PRATICADOS NAS ESCOLAS E QUE GERARAM BOLETINS DE OCORRÊNCIA ENCAMINHADOS AO CLUBE DO NAIS	75
5.1	PROTEÇÃO INTEGRAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE NO MUNICÍPIO DE SOROCABA	78
5.2	CLUBE DO NAIS – NÚCLEO DE ACOLHIMENTO INTEGRADO DE SOROCABA	81
5.3	PROJETO MÚSICA E SERIGRAFIA NA PRÁTICA	90
5.4	PROJETO SOS ECO- EDUCAÇÃO AMBIENTAL E CIDADANIA	90
5.5	ANÁLISES DOS DADOS OBTIDOS NA PESQUISA FEITA COM OS BOLETINS DE OCORRÊNCIA ORIGINADOS NAS ESCOLAS E ENCAMINHADOS AO CLUBE DO NAIS	92
6	O TERCEIRO SETOR E A ESCOLA ATUANDO JUNTOS NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA E DA EXCLUSÃO SOCIAL	98
6.1	CONCEITUANDO O TERCEIRO SETOR	98
6.2	TERCEIRO SETOR NO SÉCULO XXI – RESPONSABILIDADE SOCIAL E NEGÓCIO SOCIAL	107
6.2.1	<i>As empresas e os shareholders e stakeholders</i>	107
6.2.2	<i>Negócio Social</i>	108
6.3	O CLUBE DO NAIS E O TERCEIRO SETOR	109
6.4	TERCEIRO SETOR E ESCOLA: POSSIBILIDADES DE PARCERIAS	110
6.5	O SERVIÇO SOCIAL NAS ESCOLAS	114
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
	REFERÊNCIAS	122

ANEXO A - RESUMO DOS 120 BOLETINS DE OCORRÊNCIA ANALISADOS NA PESQUISA -----	130
---	------------

ANEXO B - RESUMO DE ARTIGOS APRESENTADOS NA "5TA. CONFERENCIA MUNDIAL Y IV CONGRESO IBEROAMERICANO SOBRE VIOLENCIA EN A ESCUELA": -----	161
--	------------

1 INTRODUÇÃO

Constituição Federal. Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010)

§ 1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais, mediante políticas específicas e obedecendo aos seguintes preceitos: [...] (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010) (BRASIL, 1998)

Atuando desde 1999 como Gestor de Organizações do Terceiro Setor, adquiri uma grande experiência nas relações do Estado com a Sociedade Civil Organizada, principalmente, no desenvolvimento de parcerias na área da saúde e da assistência social. Porém, tenho constatado que tais parcerias são reduzidas quando se trata de educação escolar. Assim, desenvolvi uma pesquisa em que é demonstrada a possibilidade e a importância da aproximação do Terceiro Setor com a Escola, principalmente, atuando no sentido de procurar soluções para os problemas de indisciplina e violência que ocorrem no ambiente escolar.

Tendo participado do “I Congresso Internacional – Adolescência e Violência”, realizado em Brasília/DF em 2010; da “5ª Conferência Mundial - IV Congresso Iberoamericano Violencia en la Escuela”, realizado em Mendoza/Argentina em 2011, constatei que vários trabalhos, apresentados por pesquisadores do Brasil e de outros países da América Latina, tratavam de temas relacionados à necessidade de se encontrar novas alternativas para que professores possam atuar nas situações de conflito presentes na realidade da escola. Com especificidade, a questão do aumento da violência no ambiente escolar. Em 2012, tive a oportunidade de participar do “2º Congreso Internacional sobre Conflictos e Violencia em Las Escuelas”, realizado em Buenos Aires/Argentina, sendo que a preocupação no sentido de encontrar formas para o enfrentamento da violência, permaneceu como tema de várias mesas de discussão.

Atualmente a escola, principalmente a escola pública, atende, em um mesmo espaço, alunos com características sociais e culturais distintas. Sendo assim, discute-se a possibilidade de outros profissionais também atuar no ambiente escolar como, por exemplo, psicólogos e assistentes sociais. Entretanto, não havendo um consenso sobre a forma de atuação desses profissionais - dentro do ambiente escolar ou como apoio externo -, há o entendimento de que ações interdisciplinares são necessárias para fazer frente os inúmeros problemas sociais

existentes, que acabam refletindo no cotidiano das escolas, trazendo à tona o aumento da violência.

Nesta pesquisa trabalhamos com a prática de atos infracionais ocorridos dentro de escolas públicas e privadas da cidade Sorocaba/SP, no ano de 2011, tendo como referência os Boletins de Ocorrência que foram encaminhados ao Clube do NAIS – Núcleo de Acolhimento Integrado de Sorocaba, programa que tem por objetivo fazer o acolhimento dos adolescentes que praticaram infrações leves, durante o período que aguardam a aplicação de uma medida socioeducativa ou o arquivamento do processo.

As ações do Clube do NAIS partem de intervenções realizadas por profissionais do serviço social e da psicologia, contratados pelo Serviço de Obras Sociais (SOS), organização gestora do Clube do NAIS, um projeto implantado em parceria com a Secretaria Municipal da Juventude (SEJUV)

A ideia da criação do Clube do NAIS surgiu da necessidade sentida pela Delegacia e Promotoria da Infância da Juventude para o acompanhamento dos jovens que cometiam infrações leves.

Os trabalhos do Clube do NAIS foram iniciados sob a desconfiança da sociedade sorocabana, que entendia que se estava criando um “clube para bandidos”. Todavia, o desenvolvimento das ações foi apresentando resultados positivos, conforme explica o Promotor da Infância e da Juventude em reportagem publicada no Jornal Cruzeiro do Sul.

O Promotor lembra que Sorocaba conta com grande apoio do Núcleo de Acolhimento Integrado de Sorocaba (NAIS), instituição que atende adolescentes que cometeram infrações de menor potencial ofensivo antes mesmo do encaminhamento ao Ministério Público. "A entidade realiza um atendimento multidisciplinar para que o adolescente não seja mais marginalizado do que já se colocou. Então uma equipe vai atendê-lo nesse primeiro momento. É uma importante intervenção que visa prevenir para que ele não pratique atos mais graves. Duvido que exista uma qualidade de atendimento melhor que o NAIS em qualquer cidade do Brasil", afirma. (JACINTO, 2011)

Os resultados satisfatórios apresentados pelo projeto levaram o Poder Público Municipal a entender que as ações não deveriam ser apenas dirigidas aos jovens que haviam cometido infrações leves, mas sim a todos os jovens que se encontravam em situação de conflito com a lei, o que começou a ocorrer em 2011, com a inclusão dos adolescentes que receberam a medida socioeducativa de LA – Liberdade Assistida.

Contudo, nas atuações da polícia e da justiça ainda não existe uma ação que visa conhecer os motivos que possam estar fomentando o comportamento agressivo daqueles adolescentes. Por meio da análise dos atendimentos sociais realizados com os jovens

encaminhados ao Núcleo de Acolhimento Integrado de Sorocaba, constatamos que esses se encontram em situações de fragilidade social, enfrentando questões como: ausência dos genitores, situação de álcool e droga na família, violência doméstica, entre outras.

Frente a essas questões, vamos discutir a necessidade da presença de outros profissionais nas escolas, mais especificamente aqueles ligados ao serviço social, uma vez que entendemos que o assistente social pode se tornar um importante aliado dos agentes escolares na mediação dos conflitos assim como na interface com a comunidade. Esse entendimento se fundamenta na constatação de que muitos dos Boletins de Ocorrência que foram registrados a partir de ações que ocorreram nas escolas, e posteriormente passaram a ser tratados como “caso de justiça”, poderiam ter sido discutidos e mediados dentro do próprio ambiente escolar, em função da menor gravidade dos atos.

A partir da constatação de que parte das ocorrências é de menor potencial ofensivo, é que defendemos a participação de profissionais da assistência social, atuando de forma conjunta com os profissionais que já fazem parte desse espaço. Esse apoio poderá se dar na elaboração de diagnósticos dos problemas sociais enfrentado pelo público escolar e, também, na mediação das situações de conflitos que possam ocorrer nas escolas. Dessa forma, esses profissionais estarão contribuindo para a solução de muitos conflitos menos ofensivos e, conseqüentemente, para a diminuição do número de Boletins de Ocorrência registrados por atos praticados no ambiente escolar.

Além disso, o profissional do serviço social poderá fazer a inclusão dos adolescentes, que necessitarem, na rede de proteção social já existente no município. E, a partir de ações conjuntas e interdisciplinares da assistência social e pedagogia, criar condições para o fomento de mais políticas públicas voltadas para a inclusão social positiva dos jovens, principalmente, daqueles que já se encontram em situação de conflito com a lei. Entendemos, também, que esse apoio do serviço social para as escolas pode ser realizado por meio de parcerias entre o Poder Público e as Organizações do Terceiro Setor.

Apesar de haver várias definições para o termo “terceiro setor” e uma indefinição de quais são as organizações que se incluem nesse setor, nesta tese nos referimos especificamente às organizações sem fins lucrativos, formalizadas de acordo com o Artigo 44 do Código Civil Brasileiro. Podendo ser na forma de associação ou fundação, considerando que legalmente o poder público somente pode firmar convênios com as organizações que estejam devidamente formalizadas na forma da lei. Nesse sentido, o próprio Sistema Único de Assistência Social apresenta essas organizações como parceiras e corresponsáveis pela melhoria na política de assistência social no Brasil.

Para a realização desta pesquisa foram analisados e transcritos, nos anexos, os 120 Boletins de Ocorrências encaminhados ao Clube do NAIS em 2011 e que tiveram origem em ambiente escolar. Utilizamos as informações disponíveis nos BOs e nos relatórios sociais e psicológicos, procurando descobrir quais são os principais conflitos que ocorrem no ambiente escolar. O trabalho também apresenta informações que podem fomentar a formação de parcerias entre os órgãos governamentais, ligados à educação, com as organizações do Terceiro Setor, tendo por finalidade disponibilizar os conhecimentos de profissionais do serviço social para os alunos das escolas públicas. É com esse propósito que trabalhamos com os documentos produzidos pelos profissionais do Clube do NAIS, assistentes sociais e psicólogos, a partir da atuação junto aos adolescentes que se envolveram em atos infracionais, ocorridos, em 2011, dentro de 61 escolas da cidade de Sorocaba. Tratam-se dos BOs que ocorreram no ambiente escolar e que foram encaminhados ao Clube do NAIS.

No primeiro capítulo da tese vamos tratar do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, para que a ação aqui defendida possa ser contextualizada dentro das políticas públicas do Estado. Já no segundo capítulo vamos tratar dos problemas enfrentados pela sociedade atual e da condição da violência cotidiana incorporada à cultura e ao imaginário individual e social. No terceiro capítulo a pesquisa está focada nos problemas que envolvem a insegurança e o imaginário do medo, instalados nas escolas, trazendo estudos produzidos por autores que trabalham com o tema.

Como entendemos que ao estudarmos a questão da violência, torna-se mandatório discutir as formas pelas quais o Estado moderno tem agido na tentativa de manter o controle da violência, trataremos ainda neste capítulo da utilização de dispositivos para o controle social da população juvenil, partindo do entendimento que o dispositivo consiste numa rede que pode ser estabelecida entre diferentes elementos, como, por exemplo, o poder em relação à formação social.

A partir dessa contextualização, no quarto capítulo serão apresentadas as informações obtidas por meio das pesquisas realizadas junto ao Clube do NAIS, utilizando os casos acompanhados e que estão relacionados com o ambiente escolar, focando nos desdobramentos resultantes do registro do fato na Delegacia da Infância e da Juventude. Também, nesse mesmo capítulo, abordaremos as possibilidades da atuação conjunta do Poder Público e das Organizações do Terceiro Setor, visando levar profissionais do serviço social ao ambiente escolar, apresentamos informações sobre o Terceiro Setor. Além disso, sugerimos formas de parcerias possíveis com o Estado, levando o tema a fazer parte do quinto capítulo, no qual

abordaremos um pouco da trajetória do Terceiro Setor no Brasil e da sua interação com o Primeiro e o Segundo Setores.

A pesquisa desenvolvida em cada capítulo visa apontar as possibilidades e as dificuldades que verificamos para que essa proposta teórica se concretize na prática. Procuramos demonstrar que, para grande parte dos casos de violência ou de atos infracionais, que ocorreram dentro do ambiente escolar de Sorocaba, poderiam ter sido desenvolvidas alternativas substitutivas ao registro do Boletim de Ocorrência. Entendemos que a participação de profissionais especializados, no apoio às escolas nas mediações de conflitos, poderia ser uma ação mais eficiente e educativa do que o simples registro policial do fato. Verificamos que muitas das situações de conflitos que ocorrem dentro da escola têm como pano de fundo outras situações, como: problemas de exclusão social, famílias fragilizadas, distúrbios psicológicos, etc.

2 INTEGRAÇÃO DAS ESCOLAS COM O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS, POR MEIO DE PARCERIAS COM O TERCEIRO SETOR

Este capítulo apresenta a pesquisa que visa fomentar os mecanismos de atuação conjunta das escolas com as organizações do Terceiro Setor na perspectiva de uma integração da educação com a assistência social. Sendo que para isso, de acordo com o Sistema Único de Assistência Social - SUAS, também é necessário formar parcerias com os Centros de Referência de Assistência Social - CRAS e com os Centros Especializados de Assistência Social - CREAS, uma vez que esses centros são considerados como a porta de entrada para o SUAS. Assim, o SUS preconiza que as ações de assistência social devem ser articuladas em redes de proteção, que envolva outras políticas públicas, sempre com o propósito de promover o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Dessa forma, entendemos que é viável a formação de uma rede de organizações públicas e privadas, tendo por objetivo principal atuar na prevenção e na mediação dos problemas encontrados no ambiente escolar, inclusive os relacionados à violência. Destacando a importância de profissionais do Serviço Social, atuando junto dessas equipes, no enfrentamento dos problemas sociais vividos pelo público escolar. Assim, o Serviço Social passaria a ser uma referência para os estabelecimentos de ensino e que poderia ser acionado para atuar na prevenção e na mediação dos conflitos, evitando que muitos casos precisem ser resolvidos no âmbito do Poder Judiciário. Essa rede de organizações para o apoio das escolas, teriam como participantes profissionais do Serviço Social que atuam nas organizações do Terceiro Setor e, também, profissionais do CRAS e do CREAS, além de representantes das escolas.

A busca por alternativas que diminuam o registro de Boletins de Ocorrência que envolvam alunos das escolas, está em consonância com o que é preconizado pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, que regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescentes que praticam ato infracional, uma vez que esse sistema recomenda, em seu Art. 35, Inciso II, “a excepcionalidade da intervenção judicial e da imposição de medidas, favorecendo-se meios de autocomposição de conflitos”. (BRASIL, 2012a)

Nesse mesmo sentido, existe a determinação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, especialmente no que se refere ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Sendo que esse fortalecimento de vínculos também está previsto no SINASE, no Art. 35, Inciso IX. (BRASIL, 2012a)

Na cidade de Sorocaba, parte dessa ação já é feita dentro do Clube do NAIS, programa que atualmente já atende os adolescentes que cometeram infrações leves e que tiveram esse fato registrado em boletim de ocorrência na DIJU. Dessa forma, o Clube do NAIS procura atuar em parceria com as escolas, na prevenção e na mediação dos conflitos, uma vez que em torno de 10% dos boletins de ocorrências que hoje recebe tem origem nos estabelecimentos de ensino. Porém, ainda falta ao Clube do NAIS um canal que permita um diálogo mais próximo com os profissionais que atuam dentro do ambiente escolar, uma vez que a sua ação limita-se a atender os adolescentes encaminhados pela DIJU.

O Clube do NAIS vem realizando, desde 2007, um acompanhamento socioeducativo junto aos jovens de Sorocaba que se encontram em situação de conflito com a lei.

Explicitando: uma parte desses jovens é encaminhada ao Clube do NAIS via Boletim de Ocorrência registrado na Delegacia da Infância e da Juventude por atos que praticaram dentro das escolas da cidade. Em 2011, foram encaminhados ao Clube do NAIS 1151 Boletins de Ocorrência, sendo que entre esses BOs, 120 tiveram origem no ambiente escolar. Para um caminhar consciente na definição do objeto de pesquisa, apresentamos a seguir dados relevantes que respaldam a análise efetivada.

Quadro 1 - Classificação por gênero de todos os adolescentes atendidos pelo clube do NAIS, em 2011.

GÊNERO	NÚMERO DE ADOLESCENTES	PERCENTUAL
Masculino	917	79,67%
Feminino	234	20,33%
Total	1151	

Elaborado pelo autor, com base nos Boletins de Ocorrência encaminhados ao Clube do NAIS em 2011 (2013).

Quadro 2 - Classificação por gênero de todos os adolescentes citados nas ocorrências nas escolas

GÊNERO	NÚMERO DE ADOLESCENTES	PERCENTUAL
Masculino	69	57,50%
Feminino	51	42,50%
Total	120	

Elaborado pelo autor, com base nos Boletins de Ocorrência encaminhados ao Clube do NAIS em 2011 (2013).

Quadro 3 - Classificação por número de ocorrências e número de escolas

Número de ocorrência	Número de escola	Percentual em relação ao número de ocorrências
08	01	6,67%
06	01	5,00%
05	03	12,50%
04	03	10,00%
03	07	17,50%
02	12	20,00%
01	34	28,33%

Elaborado pelo autor, com base nos Boletins de Ocorrência encaminhados ao Clube do NAIS em 2011 (2013).

Nos Congressos citados anteriormente, discutiu-se com intensidade o aumento de ações violentas que têm ocorrido no interior de escolas, criando dificuldades para os professores no cumprimento de suas tarefas como educadores. Como resultado, vários profissionais apresentam grande insatisfação pessoal, sendo que, em muitos casos, apresentam problemas físicos e psicológicos, como reflexo do estresse, conforme apresentado no resultado da pesquisa (Quadro 4) realizada pelo Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – APEOSP (2011)

Quadro 4 - Situações no trabalho que causam sofrimento ao professor

SITUAÇÕES	PERCENTUAL
Dificuldade de aprendizagem dos alunos	75,5%
Superlotação das salas de aulas	66,2%
Jornada de trabalho excessiva	60,1%
Violência na escola	57,5%
Situação social dos alunos	49,1%
Sobrecarga de atividades	48,4%
Falta de recursos pedagógicos	48,4%
Falta de material didático	41,8%
Dupla jornada (trabalho remunerado + trabalho doméstico)	40,9%

Pressão da diretoria	34,4%
Excesso de responsabilidade	32,8%
Rotina	29,8%
Grade Curricular	29,7%
Acúmulo de cargos	19,8%
Trabalho noturno	10,3%

Fonte: Pesquisa “Saúde e condições de trabalho do professor” realizado pela subseção do Dieese/Apeospe-CEPES, 2011

Outra pesquisa da mesma organização aponta que o rol de situações que causam sofrimento aos professores são problemas que, no Brasil, têm provocado um elevado número de afastamentos e até mesmo, em alguns casos, a desistência da atividade profissional, conforme o documento “Saúde dos professores e a qualidade do ensino”, publicado pela APEOESP em 29 de dezembro de 2011. (APEOESP, 2011).

Nesse mesmo sentido, frequentemente os profissionais que atuam no ambiente escolar sentem-se impotentes para atuarem frente aos atos de indisciplina, violência, *bullying* e *cyberbullying* que ocorrem em ambientes escolares.

Assim, nos Boletins de Ocorrência é comum encontrar registros de professores que buscam o apoio da polícia ou que recomendam aos pais dos alunos, para que registrem os atos violentos por meio de um Boletim de Ocorrência na Delegacia da Infância e da Juventude (DIJU), sendo que essa ação se transforma em processo judicial na Vara da Infância e da Juventude.

2.1 Política Nacional de Assistência Social: SUAS, CRAS, CREAS, NOB-RH/SUAS

As informações que passamos a seguir foram elaboradas a partir dos dados que estão disponíveis na página do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Atualmente, o Governo Federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS está empenhado na efetiva implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS em todo o território nacional. Esse sistema visa substituir as práticas de assistência social caritativa, que vigoraram durante muito tempo no Brasil, por um projeto de assistência que garanta os direitos constitucionais do cidadão. Nesse sentido, o SUAS constitui-se na regulação e organização da rede de serviços socioassistenciais. Sendo que todos os serviços, programas e benefícios devem ter como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos.

Além disso, classifica os serviços em dois níveis de proteção: proteção social básica e proteção social especial. Assim, o SUAS define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política de assistência social com a normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado, tipificação dos serviços e da rede socioassistencial. Nesse sistema, as entidades prestadoras de assistência social são vistas como parceiras estratégicas e corresponsáveis na luta pela garantia de direitos sociais.

Essa nova abordagem da assistência social está em consonância com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS. No Brasil, a Política Pública de Assistência Social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades sócio-territoriais, visando seu enfrentamento, a garantia dos mínimos sociais, o provimento de condições para atender contingências sociais e a universalização dos direitos sociais. Sob essa perspectiva, objetiva:

- Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem;
- Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural;
- Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária.

A porta de entrada para os serviços socioassistenciais ocorre por meio do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, que é uma unidade pública estatal descentralizada da Política Nacional de Assistência Social - PNAS. O CRAS atua como o principal órgão do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, dada a sua capilaridade nos territórios é responsável pela organização e oferta de serviços da Proteção Social Básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social.

A proteção social básica tem como objetivo prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos - relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

Além de ofertar serviços e ações de proteção básica, o CRAS possui a função de gestão territorial da rede de assistência social básica, promovendo a organização e a articulação das unidades a ele referenciadas e o gerenciamento dos processos nele envolvidos. O principal serviço ofertado pelo CRAS é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF (BRASIL, 2013), cuja execução é obrigatória e exclusiva. Esse consiste em um trabalho de caráter continuado que visa fortalecer a função protetiva das famílias, prevenindo a ruptura de vínculos, promovendo o acesso e usufruto de direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.

Já a Proteção Social Especial - PSE destina-se a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados. Para integrar as ações da Proteção Especial, é necessário que o cidadão esteja enfrentando situações de violações de direitos por ocorrência de violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual; abandono, rompimento ou fragilização de vínculos ou afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medidas.

Diferentemente da Proteção Social Básica que tem um caráter preventivo, a PSE atua com natureza protetiva. São ações que requerem o acompanhamento familiar e individual e maior flexibilidade nas soluções. Comportam encaminhamentos efetivos e monitorados, apoios e processos que assegurem qualidade na atenção. As atividades da Proteção Especial são diferenciadas de acordo com níveis de complexidade (média ou alta) e conforme a situação vivenciada pelo indivíduo ou família. Os serviços de PSE atuam diretamente ligados com o sistema de garantia de direito, exigindo uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, o Ministério Público e com outros órgãos e ações do Executivo. Cabe ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, em parceria com governos estaduais e municipais, a promoção do atendimento às famílias ou indivíduos que enfrentam adversidades.

No que se refere à Proteção Social Especial, o Centro de Referência Especializada em Assistência Social - CREAS é a unidade pública estatal que oferta serviços da proteção especial, especializados e continuados, gratuitamente a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos. Além da oferta de atenção especializada, o CREAS tem o papel de coordenar e fortalecer a articulação dos serviços com a rede de assistência social e as demais políticas públicas.

Essa atenção especializada tem como foco o acesso da família a direitos socioassistenciais, por meio da potencialização de recursos e capacidade de proteção. O CREAS precisa, ainda, buscar a construção de um espaço de acolhida e escuta qualificada,

fortalecendo vínculos familiares e comunitários, priorizando a reconstrução de suas relações familiares. Dentro de seu contexto social, deve focar o fortalecimento dos recursos para a superação da situação apresentada.

A articulação no território é fundamental para fortalecer as possibilidades de inclusão da família em uma organização de proteção que possa contribuir para a reconstrução da situação vivida.

Visando implementar um Sistema Único de Assistência Social que de fato represente um avanço no processo de profissionalização da política de assistência social, garantindo serviços públicos e privados de qualidade aos usuários do SUAS, foi aprovada a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos no Sistema Único de Assistência Social – NOB - RH/SUAS, instituída pela Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Conselho Nacional de Assistência Social. (FERREIRA, 2011)

As diretrizes da NOB-RH/SUAS orientam a ação de gestores da três esferas de governo, trabalhadores e representantes das entidades de assistência social que atuam na implantação do SUAS. Essa norma representa um compromisso político e institucional do Estado na gestão do trabalho no âmbito da assistência social, uma vez que traz regras que qualificam a gestão e os serviços. Sendo que também busca estabelecer uma gestão que obedeça às diretrizes da participação e da democratização de processos, procurando ampliar e qualificar os trabalhos desenvolvidos e os direitos garantidos.

A NOB/RH/SUAS trabalha com a perspectiva da criação das equipes de referências dos serviços na proteção social básica e na proteção social especial de média e alta complexidade. Isso ocorre pelo fato de que a Gestão do Trabalho, no âmbito do SUAS, considera que o Sistema deve pautar-se pelo reconhecimento da natureza e das especificidades do trabalhador e pelo conteúdo intersetorial e interdisciplinar de sua atuação. Por esse motivo, a composição das equipes de referência deve incluir diferentes formações profissionais.

Nesse sentido, a pesquisadora Egli Muniz (2011, p. 90), entende que:

Uma das mais significativas mudanças na gestão do trabalho contemporânea é a valorização da equipe, em oposição à predominância do trabalho individual que marcou as teorias da administração da primeira metade do século passado.

E nessa perspectiva, no trabalho dentro de uma equipe de referência, torna-se importante o reconhecimento dos conhecimentos e das habilidades entre os membros que

fazem parte da equipe. Dessa forma, os mesmos se complementam e enriquecem a ação e possuem, ainda, um objetivo compartilhado e um projeto comum a ser atingido.

Portanto, uma equipe não é simplesmente um conjunto ou grupo de pessoas que se aplicam a uma tarefa ou trabalho. Se não há um propósito comum, se não há compartilhamento de propósito, se não existem estratégias estabelecidas em conjunto pelo grupo para alcançá-lo, não existe equipe. (MUNIZ, 2011, p. 91)

A autora esclarece que o conceito de “equipe de referência” já é bastante utilizado na área da saúde, fazendo parte dos modelos adotados nos serviços de saúde mental, de atenção básica e da área hospitalar do Sistema Único de Saúde - SUS. Sendo que essas equipes obedecem a uma composição multiprofissional e se responsabilizam por certos números de usuários cadastrados, de acordo com a capacidade de atendimento e a complexidade das situações apresentadas.

As equipes de referência, portanto, são formadas por profissionais de diferentes áreas, que possuem objetivos em comum, além de conhecimentos e habilidades que se complementam partilhando responsabilidades na oferta de um serviço a determinado número de usuários que apresentam situações de vulnerabilidade e/ou riscos similares, com os quais constroem vínculos e para os quais se tornam um parâmetro, ou referência. (MUNIZ, 2011, p.95)

2.2 Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

O SINASE foi aprovado pela Lei nº 12.594, em 18 janeiro de 2012. Com a vigência dessa legislação, os Estados e Municípios estão obrigados a colocar em prática uma política integrada em que as ações de responsabilização, educação, saúde e assistência social sejam inseparáveis. A obrigação será cumprida com um cofinanciamento com a União, e para melhorar o desempenho dos programas voltados aos adolescentes, será instituído um sistema para avaliar e monitorar a gestão e o atendimento aos menores.

O Sistema também busca assegurar a corresponsabilidade da família, comunidade e Estado. Um dos pontos primordiais da Lei é estabelecer parâmetros nacionais que incentivem o cumprimento de medidas em meio aberto ao invés de optar pela restrição da liberdade, que deve ser ditada apenas em casos específicos.

Além disso, o SINASE prevê normas para padronizar os procedimentos jurídicos envolvendo menores de idade, que vão desde a apuração do ato infracional até a aplicação das medidas socioeducativas.

Dentre os vários artigos que compõem a Lei do SINASE, vamos destacar aqui o Art. 35, Incisos II e IX, por estar diretamente relacionado à presente pesquisa:

Art. 35. A execução das medidas socioeducativas reger-se-á pelos seguintes princípios:

...

II - excepcionalidade da intervenção judicial e da imposição de medidas, favorecendo-se meios de autocomposição de conflitos;

....

IX - fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários no processo socioeducativo. (BRASIL, 2012a),

A inclusão da excepcionalidade da intervenção judicial e da imposição de medidas, favorecendo os meios de autocomposição de conflitos, incluídos no SINASE em 2012, já vinham sendo discutidos desde outubro de 2010 quando a Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e Juventude (ABMP) trazia a público uma proposta de trabalho (ABMP, 2010), organizada pela Associação Internacional do MERCOSUL de Juizes da Infância e da Juventude (AIMJIJ), e que havia sido deliberada no II Encontro Regional, realizado em Buenos Aires, Argentina, onde o tema da autocomposição de conflitos já vinha sendo tratado.

O documento referencial produzido nesse encontro foi utilizado pela ABMP como forma de ampliar o debate e, principalmente, para subsidiar a análise e discussão de uma proposta brasileira, uma vez que no Brasil também havia pessoas envolvidas na construção das diretrizes no âmbito do sistema regional de proteção dos direitos humanos.

O documento elaborado durante o “II Encontro Regional” foi denominado “Diretrizes de uma justiça adaptada a crianças e adolescentes” e apresenta um conceito ainda não utilizado no Brasil, a “desjudicialização”. (MELO; SOUSA, 2012).

O consultor de orçamento e fiscalização financeira da Câmara dos Deputados, Eber Zoehler Santa Helena, em seu artigo “O fenômeno da desjudicialização” para o site “JUSnavegandi”, faz abordagem desse conceito fornecendo uma definição para o mesmo:

Desjudicializar, termo ainda não dicionarizado, mas de fácil apreensão, trata de facultar às partes comporem seus litígios fora da esfera estatal da jurisdição, desde que juridicamente capazes e que tenham por objetos direitos disponíveis. A acepção do termo varia conforme o ramo do Direito. Na esfera penal, aproxima-se dos processos de despenalização ou descriminalização, a exemplo do tratamento dado às infrações de menor potencial ofensivo, cuja conduta delitiva, em parte, vem sendo suprimida do âmbito penal. (SANTA HELENA, 2006)

O documento produzido pelo referido encontro, também apresenta a desjudicialização no âmbito dos direitos das crianças e dos adolescentes:

E. Desjudicialização.

A resolução de conflitos envolvendo crianças e adolescentes, em todos os campos que lhe sejam afetos, deve tanto quanto possível ser desjudicializada como princípio geral.

A desjudicialização dos conflitos deve ser pautada pelo respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais, visando preparar a criança e o adolescente a uma vida responsável numa sociedade livre, com espírito de compreensão, paz, tolerância, igualdade de sexos e amizade entre todos os povos, grupos étnicos, nacionais e religiosos e pessoas de origem indígena, sem discriminações de qualquer espécie.

A participação e o empoderamento das crianças e adolescentes, suas famílias e os sujeitos envolvidos nos conflitos deve ser fomentada em todas as instituições que envolvam crianças e adolescentes, notadamente as escolas, espaços esportivos e de lazer, programas de atendimento à família e à comunidade.

Os juízes competentes para os casos de proteção à criança e adolescente devem ser capacitados para a mediação e contar com serviços auxiliares que permita a resolução participativa e empoderadora dos conflitos antes de uma decisão judicial.

A desjudicialização implica esforços por parte do poder público para evitar a criminalização de conduta que não cause grandes prejuízos ao desenvolvimento do adolescente ou às demais pessoas por ela afetadas, utilizando-se de meios alternativos antes de se envolver a polícia ou a justiça

Os crimes praticados por adolescentes deverão, sempre que possível, e independentemente de sua natureza ou gravidade, ser encaminhados a espaços alternativos de resolução, preferencialmente antes de iniciado o procedimento judicial, mas também em qualquer fase processual”. (MELO, SOUSA, 2012)

O documento trata, ainda, da questão da desjudicialização e da resolução de conflitos quando aborda os encaminhamentos dos “adolescentes em conflito com a lei”, prevendo ações que deveriam acontecer numa fase pré-processual:

C.2.1. Adolescente em conflito com a lei Pré-processual

Espaços comunitários e de atendimento a crianças e adolescentes, como associações de bairro, áreas de lazer, escolas, programas de assistência social, dentre outros, devem ser capacitadas para a resolução de conflitos envolvendo crianças e adolescentes, evitando-se a criminalização e a judicialização de condutas de menor potencial ofensivo, especialmente aquelas decorrentes de relações contínuas de convivência.

Seções especializadas da polícia devem ser criadas para o atendimento de adolescentes em conflito com a lei, dotadas de profissionais com formação interdisciplinar e providas de capacitação específica de abordagem de adolescentes, respeito aos seus direitos, comunicação e linguagem, políticas públicas voltadas a crianças e adolescentes e articulação e métodos de composição de condutas de menor potencial ofensivo, quando autorizado em lei. Acesso à assistência jurídica deve ser garantida no atendimento policial.

Ao Ministério Público deve igualmente ser prevista a possibilidade de proposição de mecanismos de composição evitar a instauração de processo judicial, desde que o(a) adolescente assuma a responsabilidade pelo ato, assegurando-se sempre que o adolescente seja assistido por defensor, sendo, de todo modo, vedada a previsão de medidas privativas de liberdade. (MELO; SOUSA, 2012)

Já ao que se refere aos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que estão previstos tanto no SUAS quanto no SINASE, eles devem ser complementares ao Programa de Atendimento Integral à Família. Além disso, precisam estar de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009), e devem viabilizar trocas culturais e de vivência entre pessoas, fortalecendo os vínculos familiares e sociais, incentivando a participação social, o convívio familiar e comunitário e trabalhando o desenvolvimento do sentimento de pertença e identidade. (BRASIL, 2009^a)

A partir de uma melhor compreensão das propostas do SUAS e do SINASE, é possível verificar que existem possibilidades de se desenvolver um trabalho que promova a integração das escolas com as políticas públicas de assistência social. Sendo que as organizações do Terceiro Setor representam um importante papel nessa nova proposta de relacionamento, principalmente em função de que o SUAS considera essas organizações como corresponsáveis para o processo de integração das políticas sociais e da rede de proteção socioassistencial.

2.3 O Terceiro Setor vai à escola

A intenção de fomentar a parceria do Terceiro Setor com a Escola é no sentido de criar mecanismos que permitam a contratação de assistentes sociais que possam atuar na mediação dos conflitos existentes nas escolas, fomentando a aproximação das pessoas que fazem parte do ambiente escolar com a rede de proteção socioassistencial.

Os beneficiários dessa parceria serão alunos, professores, diretores e demais funcionários que se encontram diariamente nas escolas. Porém, quando houver situações em que as famílias se encontram em situação de fragilidade social, essas também serão acompanhadas pelas equipes do serviço social. O atendimento aos familiares poderá ocorrer na própria escola ou nos CRAS, quando existirem.

Assim, esses profissionais serão os responsáveis pela criação de um espaço de apoio às escolas e pela formação de uma rede de proteção social voltada para o público escolar, a partir dos seguintes objetivos:

1. Articular a formação de uma equipe de referência entre organizações da sociedade civil, CRAS/CREAS e escolas, visando atuar na mediação de conflitos e na proteção social, ambos voltados para o público que possua relação com o ambiente escolar;
2. Acompanhar os casos em que existem suspeitas de violências físicas e/ou psicológicas praticadas contra crianças ou adolescentes. Fazendo os encaminhamentos, quando necessário, para a rede de proteção já existente no município;
3. Acompanhar as situações de exclusão ou de vulnerabilidade social que envolvam a criança ou o adolescente e suas famílias. Atuando para que essas famílias sejam incluídas na rede de proteção social ou, se for o caso, nos programas de renda mínima do Estado (Bolsa Escola, Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada e outros);

4. Acompanhar os casos de distúrbios psicológicos ou físicos apresentados por crianças ou por adolescentes, fazendo o encaminhamento para o Sistema Único de Saúde;
5. Atuar na problemática do álcool e das drogas, trabalhando na prevenção e na proteção daqueles que são usuários. Utilizando para isso os serviços já oferecidos pelo município;
6. Fazer a mediação dos conflitos, evitando, sempre que possível, o registro de boletins de ocorrências na Delegacia de Polícia, dos casos ocorridos dentro do ambiente escolar e que o ato infracional seja considerado como de menor potencial.

A análise dos 120 Boletins de Ocorrência que foram encaminhados para o Clube do NAIS, pela DIJU- Delegacia da Infância e da Juventude, durante o ano de 2011, permitiu compreender os conflitos que ocorrem nas escolas e que serão trabalhados de forma mais abrangente no capítulo quinto. Classificando os atos infracionais, a revelação que surge é que o maior número de Boletins de Ocorrência foi o de lesão corporal (60) seguido por ameaças (25). Logo, atos de menor potencial ofensivo, passíveis de resolução entre as partes envolvidas, no próprio ambiente escolar, caso houvesse profissional preparado para realizar a mediação. Assim, entendemos que o profissional do Serviço Social é o mais indicado para realmente contribuir com a escola, desenvolvendo um projeto coletivo, que envolva diretores, professores, alunos e pais de alunos, todos empenhados e conscientes da importância da modificar a atual situação de violência que tem se instalado no ambiente escolar.

Quadro 5 - Classificação pelo tipo de ato infracional praticado em ambiente escolar.

ATO INFRACIONAL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Lesão Corporal	60	50,0%
Ameaça	25	20,83%
Injúria	8	6,67%
Vias de fato	6	5,0%
Desacato	5	4,17%
Furto	3	2,5%
Dano	3	2,5%
Difamação	2	1,67%
Arremesso	1	0,83%
Entorpecente	1	0,83%

Apreensão de objeto	1	0,83%
Porte de arma	1	0,83%
Bullying	1	0,83%
Roubo	1	0,83%
Bebidas	1	0,83%
Perturbação da ordem	1	0,83%

Elaborado pelo autor, com base nos Boletins de Ocorrência encaminhados ao Clube do NAIS em 2011 (2013).

Analisando os dados, podemos constatar que oitenta Boletins de Ocorrência foram registrados por pessoas responsáveis pelos alunos. Porém, verificamos pela leitura do Boletim, que em vários casos, o registro foi efetuado em função de instruções, dadas por professores ou diretores das escolas, para que fosse procurado à polícia, visando dar uma solução ao conflito.

Quadro 6 - Classificação pela qualificação da pessoa que registrou o boletim de ocorrência referente a atos infracionais praticados em ambiente escolar

AUTOR DO REGISTRO DO BO		NÚMERO	PERCENTUAL
Aluno	(a),	80	66,66%
representado	pelo		
responsável.			
Professor (a)		23	19,17%
Guarda Municipal		5	4,17%
Polícia Militar		4	3,33%
Diretor (a)		2	1,67%
Inspetor (a)		2	1,67%
Agente escolar		1	0,83%
Servente		1	0,83%
Representante		1	0,83%
escolar			
Vice-Diretora		1	0,83%

Elaborado pelo autor, com base nos Boletins de Ocorrência encaminhados ao Clube do NAIS em 2011 (2013).

Partindo da ideia de que o simples registro do boletim de ocorrência não é suficiente para a solução do conflito ou para a identificação de suas causas, a atuação do serviço social teria como fundamento para suas ações as seguintes diretrizes:

1. Promover a discussão sobre os casos de violência que ocorreram no ambiente escolar e quais foram as implicações desses fatos em relação a todos que participam da escola;
2. Promover a realização de oficinas especializadas, visando demonstrar que existem outras formas para resolução de conflitos, sem haver a necessidade do uso da violência;
3. Oferecer um espaço para o atendimento de alunos, pais e profissionais que precisam de informações sobre questões sociais;
4. Criar um espaço onde possam ser mediados os conflitos que tiveram origem nas escolas, antes que os fatos sejam levados à Polícia e a Justiça;
5. Auxiliar nas questões relacionadas com conflitos e vulnerabilidade social.

O SUAS preconiza que os projetos sociais devem oferecer espaços para que os usuários possam participar das decisões e das avaliações das atividades. Dessa forma, os profissionais precisam estabelecer formas para avaliação dos impactos sociais produzidos, sendo que alguns parâmetros devem ser observados desde o início das atividades, tais como:

1. Levantamento comparativo do número de boletins de ocorrências registrados antes e após as intervenções das equipes;
2. Diagnóstico dos números de ações conflituosas atendidas e do tipo de encaminhamento dado para cada caso;
3. Acompanhamento financeiro do projeto por meio de planilhas de receitas e despesas, visando assegurar a sua continuidade e a prestação de contas;

Durante a análise dos Boletins de Ocorrências, enviados ao Clube do NAIS, tivemos a oportunidade de conhecer melhor as ações praticadas pelos alunos das escolas, como, atos de indisciplina, atos de violência, bullying, cyberbullying e outros. São fatos que ocorrem diariamente nas escolas e que, muitas vezes, resultam no registro da ocorrência na Delegacia de Polícia. Esses boletins de ocorrência são encaminhados à Vara da Infância e da Juventude e, em alguns casos, transformam-se em processos judiciais. Entretanto, são frutos de

problemas sociais que esses jovens estão enfrentando no âmbito familiar, como revelam os dados a seguir.

Quadro 7 - Uso de álcool e drogas no ambiente familiar dos adolescentes atendidos pelo clube do NAIS

ALGUÉM DA FAMÍLIA FAZ USO DE ÁLCOOL OU DROGA	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Sim	53	44,17%
Não	45	37,50%
Não informado	22	18,33%

Elaborado pelo autor, com base nos Boletins de Ocorrência encaminhados ao Clube do NAIS em 2011 (2013).

Quadro 8 - Estado civil dos genitores dos adolescentes atendidos no clube do NAIS

ESTADO CIVIL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Separados	56	46,67%
1º União	40	33,33%
Não informado	22	18,33%
Viúvo (a)	02	1,67%

Elaborado pelo autor (2013)

Quadro 9 - Constituição de novas famílias pelos genitores separados

Os genitores constituíram novas famílias	53	95%
Não constituíram novas famílias	3	5%

Elaborado pelo autor, com base nos Boletins de Ocorrência encaminhados ao Clube do NAIS em 2011 (2013).

Quadro 10 - Familiares que estão em situação de reclusão ou que já estiveram reclusos

Não vivenciaram essa situação	61	50,83%
Já vivenciaram essa situação	37	30,83%
Não informado	22	18,33%

Elaborado pelo autor, com base nos Boletins de Ocorrência encaminhados ao Clube do NAIS em 2011 (2013).

Quadro 11 - Uso de álcool ou droga pelo adolescente

Não faz uso de álcool ou droga	82	68,33%
Faz uso de álcool ou droga	16	13,33%
Não informado	22	18,33%

Elaborado pelo autor, com base nos Boletins de Ocorrência encaminhados ao Clube do NAIS em 2011 (2013).

Observando as informações que constam nos quadros apresentados, percebemos que em 44% das famílias dos jovens, atendidos pelo Clube do NAIS, existe algum membro que faz uso de álcool e de drogas. Outro dado interessante, é que 13% dos adolescentes informaram que fazem o uso de álcool ou de drogas, porém, esse número pode ser maior, pois em muitos casos os jovens não contam a sua verdadeira situação em relação a isso.

Já no que se refere a união dos pais, em 46% das famílias os genitores são separados e em 95% dos casos, os genitores constituíram novas famílias após a separação. Essa é uma situação que demanda uma avaliação mais criteriosa, no que se refere aos impactos causados na vida dos adolescentes, pois muitos jovens entrevistados pelos profissionais do Clube do NAIS relatam que não estão satisfeitos com a nova família. Sendo que alguns jovens informam que vivem em situação de conflito com o novo companheiro (a) do pai ou da mãe.

Em se tratando de membros envolvidos em processos criminais, 30% das famílias informaram que já vivenciaram situações referentes a membros que passaram ou estão passando por processo de reclusão.

2.4 A experiência do Professor Mediador no estado de São Paulo

Diante das situações de violência vivenciadas em escolas do estado de São Paulo, foi implantada pela Secretaria Estadual de Educação, a função de professor mediador. Como fundamentação dessa iniciativa, o governo do estado tem ratificado a importância da justiça restaurativa na resolução de conflitos no ambiente escolar. O cargo de “Professor Mediador Escolar e Comunitário” (PMEC) foi regulamentado pela Instrução Conjunta da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas e do Departamento de Recursos Humanos (CENP/DRHU) em 09/04/2010 e Resolução da Secretaria da Educação (SE) nº 19 de 12/02/2010, intermeando ações pedagógicas a atribuições de cunho social, como: mediação de conflitos, apoio ao desenvolvimento de ações e programas de justiça restaurativa, orientação à procura de serviços de proteção social.

Nas escolas paulistas, desde 2004, vinha sendo adotada a prática da justiça restaurativa como um modelo para resolução de conflitos, envolvendo a comunidade escolar, professores, estudantes e familiares na busca de soluções para os entraves existentes.

Nessa nova experiência para lidar com os conflitos que ocorrem em ambiente escolar, cabe ao professor mediador elaborar diagnósticos de vulnerabilidade e risco de violência na

escola. Além disso, o mesmo é o responsável pela implantação de programas de prevenção relacionados com racismo, *bullying*, homofobia e outros.

Profissionais ligados a área da educação, entendem que uma das funções que poderia ser atribuída ao professor mediador é o de fazer a aproximação da escola com a comunidade, porém, apontam a necessidade de uma capacitação adequada para isso, fato que ainda não ocorre. Essa é opinião da socióloga Helena Singer, diretora pedagógica da Cidade Escola Aprendiz, em reportagem de Gabriel Jareta (2010), publicada na Revista Educação. Importante, ressaltar que a Associação Cidade Escola Aprendiz é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público que desenvolve, desde 1997, metodologias e estratégias sociais que promovem a integração entre escolas, famílias e comunidades em diversas cidades do Brasil. Nesse sentido, a organização vem criando um sistema de corresponsabilidade em torno da educação de crianças e jovens e por esse motivo possui experiência no processo de integração do ambiente escolar com outros públicos.

Para Helena, no entanto, é preciso preparar melhor o professor que vai assumir essa função, afinal, o mediador precisa ser um profissional qualificado não só em relação à disposição para o diálogo, mas também alguém que seja capaz de articular parcerias e oportunidades para a escola. Hoje, as críticas ao projeto apontam para a capacitação inadequada, ou seja, o sucesso do mediador acaba dependendo mais de suas habilidades pessoais do que da preparação pela qual passou. "Um dos aspectos mais importantes da mediação é saber formar uma rede de atendimento para a criança e o adolescente. Fazer com que o posto de saúde, a assistente social, a psicóloga, o conselho tutelar conversem com a escola", afirma. Além disso, esse profissional deve ser capaz de desenvolver nos alunos e professores a capacidade de mediar conflitos. "Essa tarefa não deve se concentrar apenas em uma pessoa dentro da escola, de maneira que os outros 'lavem as mãos' para os problemas", diz. (JARETA, 2011)

Preocupada com a preparação dos professores, para que atuem como mediadores, a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo criou o “Curso Mediação Escolar e Comunitária”. Segundo as informações constantes no site da Secretaria da Educação, o curso foi concebido para capacitar e preparar os docentes selecionados, dentre aqueles da própria escola, para o exercício das atribuições de Professor Mediador Escolar e Comunitário em relação aos temas e técnicas que compõem as práticas relacionadas ao Sistema de Proteção Escolar.

Consta, ainda, que a participação no curso Mediação Escolar e Comunitária outorgará competências que permitem o desenvolvimento de diagnósticos e projetos transversais que promovam escolas democráticas, pacíficas e seguras, efetivamente inseridas nas comunidades em que se localizam, assim como a promoção de práticas alternativas de resolução de conflitos, com respeito à diversidade e ao pluralismo de ideias.

Como se trata de uma experiência nova, ainda não existe pesquisas com informações sobre o resultado dessa iniciativa governamental, e nem é o objetivo desta pesquisa em particular o aprofundamento nesse sentido. Porém, apresentamos, como ilustração, um fato registrado em Boletim de Ocorrência, que foi encaminhado ao Clube do NAIS, onde são relatados problemas de violências ocorridos na sala de mediação de uma Escola.

Natureza da Ocorrência: Título I – Pessoa (Arts. 121 a 154)

Lesão Corporal consumada, ameaça consumada e desacato consumado.

Resumo da versão: Alega a depoente que encontrava-se com o aluno X na sala de mediação, orientando-o quanto aos regulamentos da escola, uma vez que ele havia cometido uma infração. Em seguida, a avó de X chegou na sala junto com a Diretora Y, sendo que aquela estava muito alterada e gritava constantemente, xingando Y de biscate, vagabunda e que ela não servia para ser Diretora. Na sequência, a avó de X partiu para cima de Y e começou a agredi-la. Sendo que X segurou Y por traz, tendo a avó dele continuado a desferir socos em Y e puxa-la pelos cabelos. A avó de X segurou fortemente a cabeça de Y, tendo batido ela contra a parede por diversas vezes. Somente com muita dificuldade que a depoente conseguiu retirar a avó de X de cima de Y, a qual correu para uma sala ao lado e lá permaneceu. A depoente ficou segurando a avó de X e tentou acalma-la, sendo auxiliada por seu neto. A depoente também presenciou quando a mãe de X chegou na sala, perguntando sobre Y, tendo a xingado de vagabunda e biscate. A depoente tentou conversar com a mãe de X, e tentou acalma-la, tendo ela entrado na sala onde Y estava e lá permaneceu por algum tempo. Depois e algum tempo, a avó de X saiu da escola, sendo que a Polícia Militar foi acionada e conduziu a todos a delegacia.¹ (BO encaminhado ao NAIS)

A introdução da figura do professor mediador no ambiente escolar, demonstra que o poder público está buscando formas para enfrentar os problemas de violência que tem aumentado dentro das escolas, como é o caso do Estado de São Paulo. Assim, fica claro que quando os problemas são expostos, na mídia principalmente, revelam a debilidade do organismo. A partir dessa constatação, é que defendemos a necessidade da atuação de profissionais do Serviço Social, atuando de forma conjunta com os professores, sejam eles mediadores ou não, visando a ampliação dos mecanismos de proteção já oferecidos pelo Estado. Dessa forma, os professores teriam a oportunidade de discutir os problemas apresentados pelos alunos com profissionais que tivessem uma visão diferenciada sobre a questão. Isso contribuiria para a busca de soluções mais eficazes de inclusão social, evitando que todos os conflitos fossem encaminhados para o âmbito da polícia e da justiça.

Temos a opinião de que é necessário inovar o ambiente escolar, levando para dentro dele outros profissionais, com visão diferenciada sobre os conflitos internos e as questões sociais externas. Por esse motivo, entendemos que a figura do professor mediador não é suficiente para alterar o quadro atual, visto que ele já é parte integrante do sistema.

¹ Nenhuma correção ortográfica foi efetivada sobre os documentos (BOs) transcritos neste trabalho, evitando interferência e inúmeras marcações como “sic”, aspas ou outras. As transcrições são feitas *ípeces litteres*.

Conhecer as causas da pobreza e da exclusão social é um passo importante para que sejam pensadas novas formas de atuação do Estado e da sociedade de uma maneira geral. Essa deve ser uma prática em que se passe a valorizar o protagonismo e a criatividade dos indivíduos, oferecendo-lhes outras ferramentas para a inserção nos espaços econômicos e formais, levando em conta os laços familiares e os valores comunitários. Por esses motivos, é que entendemos que, especialmente, a participação do serviço social no ambiente escolar vai ajudar a escola a fazer o reconhecimento dos problemas sociais enfrentados pelos alunos e seus familiares. E a partir dessas informações, pode atuar de forma efetiva na resolução dos problemas e no fomento de políticas públicas que possam atender as carências dessa população, destacando, que os assistentes sociais não substituirão os professores no sentido educacional. O que se pretende com a participação do Serviço Social nas escolas é que esses profissionais atuem com a sua própria especificidade, dando um sentido mais amplo a educação.

3 TENSÕES DA CONTEMPORANEIDADE, EXISTENTES NA SOCIEDADE E VIVIDAS NO AMBIENTE ESCOLAR

O Jogo da Amarelinha (Rayuela), de Julio Cortázar (2006), é uma obra em que o autor permite que o leitor disponha de várias formas de fazer a leitura, sendo que para cada opção há um final diferente. Desse modo, o livro é semelhante ao jogo da amarelinha, onde várias pessoas podem jogar com o objetivo de chegar ao final do jogo, denominado céu.

Fazendo uma analogia do jogo da amarelinha com a sociedade de consumo, podemos dizer que no mundo globalizado o objetivo final de todas as relações humanas cotidianas é o de atingir uma vida voltada para o consumo. Segundo Bauman (1999, p. 87), “a maneira como a sociedade atual molda seus membros é ditado primeiro e acima de tudo pelo dever de desempenhar o papel de consumidor”.

3.1 O jogo da amarelinha na modernidade líquida: entre “cronópios” e “famas” a “esperança” se transformou em “subclasse”

Olhas-me, de perto me olhas, cada vez mais perto e então brincamos de ciclope, nos olhamos cada vez mais de perto e os olhos se engrandecem, se aproximam entre si, sobrepõem-se e os ciclopes se entreolham, respirando confundidos...

... textos escritos e publicados anos atrás ...

... com cronópios ou sem eles...

? em torno de seu mundo de brincadeira, a essa grave ocupação que é brincar quando se procura outras portas...

Um, dois, três, quatro:

Terra! Céu!

Cinco, seis:

Paraíso! Inferno!

Sete, oito, nove, dez:

Tem que saber mexer os pés.

Na amarelinha, ou na vida,

Você pode escolher um dia.

Qual o lado? De que lado saltarás?

... outros acessos dentro do cotidiano, simplesmente para embelezar o cotidiano, para iluminá-lo bruscamente de outro jeito. Retirá-lo de dentro da caixa, defini-lo, de novo, e melhor.

... ? basta-me fechar os olhos para desfazê-lo inteiro e recomeçar.

... exatamente com sua boca que sorri por debaixo daquela que minha mão te desenha.

Um, dois, três, quatro:

Terra! Céu!

Cinco, seis:

Paraíso! Inferno!

Sete, oito, nove, dez:

Tem que saber mexer os pés.

Na amarelinha, ou na vida,

Você pode escolher um dia.

Qual o lado? De que lado saltarás?

... eu te sinto tremular contra mim, como uma lua sobre a água. (RAYUELA: o Jogo da Amarelinha, capítulo sete. Composição: Julio Cortázar, Gotan Project)

Em 2010 o grupo musical Gotan Project lançou o disco Tango 3.0, e uma das músicas desse disco tem como título a palavra Rayuela (GOTAN PROJECT, 2012), que significa o jogo da amarelinha, ligada ao livro, com o mesmo nome, do escritor argentino Julio Cortázar.

“Historias de cronópios e de famas” é o título de outra obra do escritor Julio Cortázar (2001). Nesse livro existem três tipos de seres que são distintos entre eles por suas atitudes. Os “cronópios” que correspondem aos sujeitos que estão à margem do sucesso, os antissociais. Os “famas” que se distinguem dos cronópios por serem pessoas importantes e formais. Os “esperanças”, personagens intermediários, que se deixam levar tanto por cronópios como por famas.

Na verdade o que Cortázar quer descrever em sua obra são os atores sociais de sua época, representados principalmente pela burguesia argentina dos anos de 1950 e 1960. Os “famas”, seres com asas, tinham a função de dispersar as más notícias. Já os cronópios representam a classe média do país querendo ser iguais aos famas, porém, “são medíocres e educam seus filhos como cronópios”, ou seja, não se dispõe a educar numa cultura diferente da sua.

Enquanto esse jogo de poder e busca pela ascensão social se desenvolve entre a classe alta e a classe média, os “esperanças” representam a classe mais baixa da sociedade que ficam sempre a espera que as coisas mudem, mas não por sua iniciativa. Aparentemente, na caricatura do tipo das relações sociais que predominavam nessa época, na Argentina, havia, ainda que vaga, uma esperança na mudança de classes sociais e, a questão da exclusão social, estava mais ligada às relações trabalhistas.

Gotan Project e Cortázar encaminham o propósito de discutir as grandes mudanças, culturais e sociais, pelas quais a sociedade passou a partir da metade do século XX. Mudanças que se tornaram mais rápidas e constantes a partir das últimas décadas, fazendo com que pesquisadores busquem novas nomenclaturas, aquelas que possam descrever de forma mais precisa o momento no qual vivemos.

Dentre essas nomenclaturas, vamos adotar nesta pesquisa o termo “modernidade líquida”, criado pelo sociólogo polonês Zygmunt Bauman (2001). Fazemos isso, porque a partir dessa definição, Bauman também trabalha com a questão da modernização seletiva que gera pessoas “descartáveis”, ou seja, gera o “lixo humano da globalização”. Esse grupo de pessoas excluídas, denominado por Bauman como “lixo humano”, sempre existiu nas

sociedades humanas, e a condição de pertencer ou não a esse grupo, na maioria das vezes, não depende da vontade do indivíduo, mas das próprias relações sociais existentes.

As obras de Bauman apresentam uma nova situação social para os indivíduos, a “subclasse”, uma classe formada por indivíduos que a sociedade não desejava que existissem devendo ser afastados de forma definitiva.

São as pessoas recentemente denominadas de “subclasses” exiladas nas profundezas além dos limites da sociedade - fora daquele conjunto no interior do qual as identidades podem ser reivindicadas e, uma vez reivindicadas, supostamente respeitadas. (BAUMAN, 1999, p. 45)

Essa é uma reflexão necessária de se fazer no momento em que a proposta é discutir os problemas existentes na sociedade e que acabam refletindo no interior do ambiente escolar. A maior parte dos adolescentes que frequenta as escolas públicas não está inserida nos parâmetros sociais que atualmente são exigidos para participação plena numa sociedade do consumo. A sociedade, de uma forma geral, tem sido coagida e seduzida para viver o consumo como uma fórmula para uma boa vida e como principal solução para seus problemas. Com o grande avanço nas tecnologias da comunicação ocorreu uma vasta exposição de riqueza, expondo o antagonismo entre desigualdade social e consumismo, levando uma parcela da população a se ver como consumidor excluído e insatisfeito.

Sarlo (2006, p.52) afirma que “no videogame e no zapping televisivo existe algo dessa combinação de velocidade e desvanecimento, que poderia ser o signo de uma época”. Misturar imagens, sons e contextos diferentes está profundamente internalizado em nós, e fazemos a mistura de forma inconsciente e consciente no caminho do Gotan Project em sua música e Julio Cortázar em seus livros.

A imagem perdeu toda a intensidade. Não provoca espanto nem interesse, não resulta misteriosa nem particularmente transparente. Está ali só por um momento, ocupando o tempo, enquanto não for sucedida por outra imagem. A segunda imagem tampouco espanta ou interessa, nem resulta misteriosa ou transparente. Está ali só por uma fração de segundo, até ser substituída pela terceira imagem, que tampouco é espantosa ou interessante, e que resulta tão indiferente quanto a primeira ou a segunda. A terceira imagem permanece por uma fração infinitesimal e se dissolve no vídeo. Aciona o controle remoto. (SARLO, 2006, p.53)

Dessa forma, a sucessão de imagens vivenciadas no vídeo é transferida para uma vida com sucessão de experiências que não precisam necessariamente ter conexões entre si. E isso ocorre no trabalho, nos cursos que são realizados, nas redes sociais e nos relacionamentos. Atualmente não existe preocupação em estabelecer um plano de vida em que os atos realizados tenham uma lógica conectiva. (SARLO, 2006)

O conhecimento dessa característica permite inferir um modo de entendermos a relação do jovem com o mercado de trabalho, já que vivemos numa sociedade em que a realidade do emprego para todos ainda faz seu eco, mas que já há algumas décadas tem utilizado um sistema de produção que precisa cada vez menos da mão de obra humana (KLEIN, 2009)

Através das pesquisas realizadas no Clube do NAIS, percebemos que 50% das ocorrências que geraram BOs por infrações relacionadas com o ambiente escolar, são as de lesão corporal. Porém, a partir do momento em que psicólogos e assistentes sociais se aproximam desses jovens e da sua realidade familiar, percebem que, na maioria dos casos, o fato não passou de um “reflexo momentâneo” sem maiores intenções, e que esse ato não representa uma característica violenta ou de uma pessoa agressiva. Ocorre que esses adolescentes são surpreendidos pelos rumos que os acontecimentos tiveram após o registro da ocorrência, uma vez que a partir desse momento houve o envolvimento das autoridades existindo um boletim de ocorrência registrado na Delegacia de Polícia e que pode representar, por anos, o rótulo como “adolescente em situação de conflito com a lei”. São nessas situações que os profissionais do Serviço Social poderiam ajudar a na composição dos conflitos e na identificação de suas causas, visando diminuir o número de registros policiais efetuados em função de eventos que ocorreram no ambiente escolar.

O fato de ser adolescente já traz em si uma expressa crítica às regras, crenças e atitudes existentes na sociedade, ou seja, os jovens sempre foram contestadores sociais. Porém, essa crítica tem se acentuado cada vez mais, pois vivemos na época da informação, época em que os adolescentes têm facilidade em conhecer os acontecimentos e formular seus próprios entendimentos da sociedade. Esse modo próprio de processar o elevado número de informações recebidas, muitas vezes informações superficiais divulgadas pela mídia, podem repercutir num comportamento de violência, que coloca em questão o modelo de relação social existente.

Por esses motivos, a prática de um ato infracional dentro do ambiente escolar pode ser o resultado de um quadro de situações vivenciadas pelo adolescente no seu cotidiano não devendo ser visto como a única questão a ser tratada por meio da denúncia à polícia e à justiça. Muito além disso, é necessário abordar a questão nas múltiplas relações que o adolescente vivencia. Somente com esse entendimento abrangente será talvez possível realizar transformações na vida do adolescente e na vida de seus familiares, resgatando sua capacidade criativa com o despertar dos aspectos positivos nela existentes.

3.2 A subclasse dos parvas

Sou da geração sem remuneração
 E nem me incomoda esta condição.
 Que parva que eu sou!
 Porque isto está mal e vai continuar,
 Já é uma sorte eu poder estagiar.
 Que parva que eu sou!
 E fico a pensar,
 Que mundo tão parvo
 Que para ser escravo é preciso estudar.
 Sou da geração 'casinha dos pais',
 Se já tenho tudo, para quê querer mais?
 Que parva que eu sou!
 Filhos, marido, estou sempre a adiar
 E ainda me falta o carro pagar,
 Que parva que eu sou!
 E fico a pensar
 Que mundo tão parvo
 Onde para ser escravo é preciso estudar.
 Sou da geração 'vou queixar-me para quê?'
 Há alguém bem pior do que eu na tv.
 Que parva que eu sou!
 Sou da geração 'eu já não posso mais!'
 Que esta situação dura há tempo demais
 E parva não sou!
 E fico a pensar,
 Que mundo tão parvo
 Onde para ser escravo é preciso estudar. (DEOLINDA. Que Parva Que Eu Sou)

A letra da música “Que parva que eu sou”, do quarteto português Deolinda, é um novo marco junto às canções de protesto representando uma nova mobilização dos jovens desempregados, que estão por toda a Europa. No caso específico da Deolinda, em Portugal. Segundo reportagem publicada pela Revista Isto É, “Músicas contra o autoritarismo e de conteúdo político tornam-se populares com as revoltas nos países árabes e em parte da Europa”. (CLÁUDIO, 2011)

Parvo, segundo o dicionário Sacconi, é aquele que já é crescido ou adulto, mas que tem espírito infantil, ou ainda, aquele que é pouco inteligente ou limitado intelectualmente.

A letra da canção retrata a dificuldade encontrada pelos estudantes recém-formados de encontrar trabalho sendo que praticamente são obrigados a aceitar contratos provisórios de trabalho. Trata-se de uma geração abandonada no mundo globalizado, para os quais os portugueses deram a alcunha de “geração à rasca”.

Bauman (1999), ao tratar dessa questão na sua obra, escreve que aqueles que não conseguem participar do mundo do trabalho e do consumo passam a fazer parte de uma subclasse, formada pelos indivíduos que se encontram à margem do sistema capitalista, já que não conseguem exercer seu “dever” social de consumir e de permitir-se ser consumido pelo

mercado. Nesse novo contexto social, segundo o sociólogo, aqueles que não conseguem atender essa expectativa social devem ser “eliminados” das relações humanas.

Esse é um processo de exclusão social que atinge grande parcela da população mundial e é definido pelo sociólogo como “baixas colaterais do consumismo”. O autor explica que essa subclasse macula a perfeição pretendida pela sociedade de consumidores, uma vez que a pobreza expõe as chagas de uma civilização que arquitetou como definição do sucesso a capacidade de consumir.

Independente de se concordar ou não com as conclusões apresentadas por Bauman, é perfeitamente visível que o mundo moderno e a sociedade de uma forma geral passaram e estão passando por grandes transformações, principalmente no que se refere às relações sociais, familiares e do trabalho.

E os jovens fazem parte do grupo que mais sofre as consequências dessas mudanças. A sociedade moderna que era marcada pela ética do trabalho foi substituída pela sociedade líquida regida pela estética do consumo, na qual o que as pessoas possuem são itens mais importantes do que os valores e os princípios que caracterizam a sua participação social. (BAUMAN, 2011)

Nesse sentido, constatamos por meio dos relatórios do serviço social e da psicologia, que para alguns jovens envolvidos na prática de atos infracionais e que participam do Clube do NAIS, o traficante que anda de carro de luxo é considerado, para grande parte dos jovens, como uma referência mais significativa do que o professor que vai trabalhar em um carro popular.

Por isso, para esses adolescentes, os trabalhos relacionados com atividade manual, como, por exemplo, jardineiro, pedreiro, costureira e outras, são considerados como “trabalho escravo” e poucos se interessam em aprender, mesmo que seja demonstrado que são profissões que estão em falta no mercado de trabalho e que esses trabalhadores recebem uma boa remuneração. Esse fato é constatado durante as entrevistas para a realização de cursos profissionalizantes, pois o interesse por essas profissões é mínimo.

O Clube do NAIS desenvolve dois projetos que, por meio de atividades em equipe, e que visam à educação para a cidadania. São os projetos: “Música e Serigrafia na Prática” com aulas de canto coral, violão, guitarra, curso de DJ e Serigrafia, e o “SOS ECO – Educação Ambiental e Cidadania”, que ensina técnicas de produção de hortaliças e mudas de espécie nativas. Enquanto no projeto de música as vagas são insuficientes, no projeto de ecologia é necessário um trabalho de convencimento para que haja participação.

E essa questão é bastante comum na vida dos adolescentes que buscam seu reconhecimento nos grupos sociais, uma vez que para serem aceitos nas “tribos” precisam se apresentar como sujeitos que conseguem ser consumidores dos produtos das marcas famosas, ou que possuem coragem para seguir as regras impostas por esses grupos e que muitas vezes são regras que levam à prática de atos ilícitos.

E dentro dessa forma de interpretação e de integração na realidade social, ser aluno de cursos voltados para certas atividades profissionais é algo que deve ser escondido e, preferencialmente, evitado.

Nesse contexto em que a pose vale mais que o objeto, os departamentos de marketing encarregados do gerenciamento de identidades de marca começaram a ver seu trabalho como algo que acontece não em conjunto com a produção da fábrica, mas em competição direta com ela. “Produtos são feitos na fábrica” diz Walter Landor, presidente da agência de criação de marcas Landor, “mas marcas são feitas na mente. (KLEIN, 2009, p. 219)

Klein (2009) explica que o desemprego é necessário no capitalismo. Porém, as relações de trabalho ficam cada vez mais precárias, não somente para os jovens, mas para todos os trabalhadores, uma vez que as empresas, desde a 2ª Revolução Industrial no século XIX, têm se utilizado da tecnologia para diminuir a utilização da mão de obra humana, ou, ainda, transferindo suas linhas de produção para locais onde a legislação trabalhista é mais flexível, lugar onde a mão de obra é abundante.

Essa é uma questão preocupante, já que as grandes marcas que incentivam o consumo intensivo, por meio de altos investimentos em publicidade, são as mesmas que transferem a linha de produção para países onde existe mão de obra abundante e barata, ou seja, conseguem aumentar a sua lucratividade com a redução do custo de produção e altos investimentos na divulgação da marca. “Quando o processo de fabricação real é tão desvalorizado, logicamente é mais provável que as pessoas que fazem o trabalho de produção sejam tratadas como lixo – coisas das quais você pode se livrar.” (p. 221)

Pelas pesquisas realizadas com os jovens do Clube do NAIS foi possível perceber que grande parte das famílias tem algum membro que está desempregado ou precisa sobreviver com recursos de alguém que tem uma aposentadoria, como, por exemplo, os avós.

Uma sensação de impermanência está surgindo na força de trabalho, desestabilizando a todos, de funcionários temporários de escritórios a contratados, independente do setor da alta tecnologia, e a empregados do varejo e de restaurantes. Os empregos de fábrica estão sendo terceirizados, os empregos no setor de vestuário metamorfoseando-se em trabalho feito em casa e, em todo setor econômico, os contratos temporários estão substituindo completamente o emprego seguro. (KLEIN, 2009, p. 257)

3.3 Adolescente S.A – empreendedorismo para jovens

O autor Fernando Dolabela (1999) explica no seu livro “Segredo de Luisa” que o termo empreendedorismo é uma tradução da palavra *entrepreneurship*, que designa uma área de grande abrangência e aborda outros temas, além da criação de empresas, tais como: geração do auto-emprego (trabalhador autônomo); empreendedorismo comunitário (comunidade empreendedora); intra-empreendedorismo (empregado empreendedor) e políticas governamentais para o setor.

Atualmente existe uma grande preocupação das escolas em ensinar o empreendedorismo para os alunos. Essa necessidade é explicada pela questão da falência, logo no primeiro ano, de muitos empreendimentos que são criados no Brasil. Segundo especialistas, isso ocorre em função de que a maioria das pessoas que se aventuram a criar o seu próprio negócio o fazem pela necessidade e não pela oportunidade. Dessa forma, pessoas que não possuem nenhuma noção de gestão e planejamento estratégico investem suas poucas economias em um negócio altamente arriscado. (DOLABELA, 1999)

Porém, quando se é levada a proposta do empreendedorismo para o ambiente escolar, não é considerada as diferenças das classes sociais dos alunos que frequentam as escolas. Assim, acaba sendo apresentada uma ideia de que todos, de uma maneira geral, podem ser empreendedores bem sucedidos, sendo que aqueles que não conseguem obter o sucesso apontado, é porque não possuem competências para tanto ou não se esforçaram nesse sentido.

Uma obra importante que trata dessa questão é o livro “Violentamente Pacíficos: desconstruindo a associação juventude e violência” de Paulo Artur Malvasi e Maria de Lourdes Trassi Teixeira (2010), no qual os autores apresentam uma proposta de desconstrução da associação juventude-violência, a partir da consideração de que esse conceito foi produzido e sustentado historicamente com o intuito de esconder os problemas da convivência humana e o modo de organização econômica e política, responsável pela produção de desigualdades e intolerâncias para com as diferenças.

Os jovens estão, em geral, defrontando-se com uma trajetória profissional não linear, vivenciam suas experiências de trabalho como quem passa por uma peneira. Assim, vivenciar uma trajetória profissional a partir do “pente-fino” significa se envolver na coexistência de possibilidades e impossibilidades. Antes de qualquer coisa, experimentar caminhos, sem, contudo, ter certeza de que esse ou aquele é o caminho que levará à saída predeterminada ou esperada. (MALVASI; TEIXEIRA, 2010, p. 58)

Analizando as entrevistas realizadas pelas assistentes sociais que trabalham no Clube do NAIS, percebemos que a necessidade de recursos e a falta de oportunidades de obter rendimento por meios lícitos é um dos fatores que acaba levando o jovem à ilicitude e à prática de atos infracionais, principalmente, aos ligados ao tráfico de drogas. Isso ocorre, muitas vezes, em razão de o traficante fazer parte do meio onde o adolescente convive, e da sedução exercida pelo valor social e monetário que o tráfico gera, e por não exigir qualificação ou escolaridade.

Além disso, o adolescente que se envolve com o tráfico de drogas não sofre a mesma penalização de um adulto, uma vez que o menor de idade não pratica crime e sim ato infracional, motivo pelo qual os chefes do tráfico incentivam a participação dos jovens no comércio de substâncias ilícitas.

Art. 103. Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal.

Art. 104. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas nesta Lei.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, deve ser considerada a idade do adolescente à data do fato. (BRASIL, 1990)

De acordo com esses artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o ato infracional é a ação tipificada como contrária à lei que tenha sido efetuada pela criança ou adolescente. Dessa forma são inimputáveis todos os menores de 18 anos e, por isso, não poderão ser condenados a penas. Recebem, portanto, um tratamento legal diferente dos réus imputáveis (maiores de 18 anos) a quem cabe a penalização. Sendo assim, a criança acusada de praticar um ato infracional deverá ser conduzida imediatamente à presença do Conselho Tutelar ou Juiz da Infância e da Juventude. Se efetivamente praticou ato infracional, será aplicada medida específica de proteção (art. 101 do ECA) como orientação, apoio e acompanhamento temporários, frequência obrigatória em ensino fundamental, requisição de tratamento médico e psicológico, entre outras medidas.

Se for adolescente e em caso de flagrância de ato infracional, o jovem de 12 a 18 anos será levado até a autoridade policial especializada. Na polícia, não poderá haver lavratura de auto e o adolescente deverá ser levado à presença do juiz onde poderá receber a aplicação de medidas socioeducativas, sem caráter de apenação. É totalmente ilegal a apreensão do adolescente para "averiguação". A apreensão somente ocorrerá quando for em flagrância ou por ordem judicial e em ambos os casos essa apreensão será comunicada, de imediato, ao juiz competente, bem como à família do adolescente, (Art. 107 do ECA)

Diante desse quadro em que existe uma carência de emprego e o tráfico de drogas se apresenta com uma fonte de rendimentos, o número de adolescentes envolvidos com o tráfico tem aumentado consideravelmente no Brasil.

O pesquisador Sylvio Gadelha (2009), apresenta, no seu livro, *Biopolítica, governamentalidade e educação*, argumentos que reforçam a hipótese de que o mercado não consegue oferecer condições de prosperidade para todos. Para tanto, faz uma análise sobre “A Escola de Chicago e a teoria do Capital Humano”, discutindo a questão do empreendedorismo e a teoria do “Capital Humano”, conceitos que se moveram do âmbito empresarial para as searas socioculturais, assistenciais e educativos, levando a ideia de que cada cidadão deve ser um empreendedor de si mesmo, investindo na sua qualificação profissional e se tornando mais competitivo frente aos seus pares. Dessa forma, o autor entende que o empreendedorismo também é uma forma de implementar a competição entre as pessoas, principalmente, entre os trabalhadores, visando aumentar a qualificação profissional e a competitividade das empresas.

Gadelha demonstra que determinados valores econômicos migraram da economia para outros domínios da vida social, disseminando-se socialmente, alcançando um poder normativo, capaz de instituir processos e políticas de subjetivação que “vêm transformando sujeitos de direitos em indivíduos microempresas e empreendedores”. (2009, p.144) Para a Escola de Chicago, a teoria do Capital Humano faz parte da instituição de um novo espírito capitalista, no qual a noção de capital humano está interligada a um conjunto de habilidades, capacidades e destrezas que precisam ser abstraídos das pessoas concretas para se tornarem um valor de troca no mercado. Dessa forma, o conjunto de capacidades, destrezas e aptidões próprias dos homens passam a adquirir um valor de mercado e se apresenta como forma de capital.

De acordo com a teoria do capital humano a capacitação e a formação educacional e profissional dos indivíduos são elementos estratégicos nos quais deve haver investimento, e para tanto existe a necessidade de uma nova forma de governamentalidade, conforme explica Gadelha:

[...] trata-se de uma governamentalidade que busca programar estrategicamente as atividades e os comportamentos dos indivíduos; trata-se, em última instância, de um tipo de governamentalidade que busca programá-los e controlá-los em sua forma de agir, sentir, pensar e de situar-se diante de si mesmos, da vida que levam e do mundo em que vivem, através de determinados processos e políticas de subjetivação [...]. (p. 151)

Ainda segundo o mesmo autor, essa nova forma de governamentalidade vai influenciar a vida das pessoas, de maneira que todos passam a acreditar que a capacitação e a

formação educacional e profissional dos indivíduos são elementos estratégicos e funcionam como investimento cuja acumulação “permitiria não só o aumento da produtividade do indivíduo-trabalhador, mas também a maximização crescente de seus rendimentos ao longo da vida”. (p.150)

Esses processos e políticas de subjetivação, traduzindo um movimento mais amplo e estratégico, que faz dos princípios econômicos (de mercado) os princípios normativos de toda a sociedade de consumo numa sociedade, por sua vez, transformam o que seria uma sociedade de consumo numa sociedade de empresa (sociedade empresarial, ou de serviços), induzindo os indivíduos a modificarem a percepção que têm de suas escolhas e atitudes referentes às suas próprias vidas e às de seus pares, de modo a que cada vez mais estabeleçam entre si relações de concorrência. (p.151)

Diante de uma governamentabilidade que estimula os indivíduos a se tornarem “sujeitos microempresas”, os adolescentes que não conseguem serem incluídos no mercado de forma positiva e lícita, encontram formas para captação de recursos na prática de atos infracionais, como o tráfico de drogas.

Sylvio Gadelha (2009) entende que essa cultura do empreendedorismo vai muito além de “visão de mundo” ou de “uma maneira de ser”, pois ela também funciona de modo a fragmentar os indivíduos em mônadas, cada um ficando responsável apenas por si mesmo. Essa definição se ajusta ao conceito da pedagogia empreendedora, pois o empreendedor é alguém que deve aprender sozinho a iniciativa individual, enquanto o processo de “aprender a aprender” é considerado mais eficaz do que o trabalho em equipe e o ensino.

A partir dessa nova forma de governamentabilidade, os indivíduos e a coletividade vêm sendo cada vez mais investidos por novas tecnologias e mecanismos de governo. Desse modo, para as empresas, a formação e a educação tem se tornado uma espécie de competição que deve ser fomentada entre os empregados, cujo progresso representa índices de produtividade. Nessa nova realidade os indivíduos-micro empresas passam a ser avaliados pelos investimentos que são induzidos a fazer para se valorizarem como investidores, uma espécie de sócios, que investem o seu capital humano na empresa em que trabalham.

Os princípios da nova sociedade empreendedora são divulgados amplamente na rede mundial de computadores, sendo que a recomendação para cada um dos seus membros é de se mobilizarem para adquirirem habilidades e competências, tais como: respeito; inteligência emocional; conhecimento tecnológico (informática); ser saudável; ser solidário; ter consciência social; disciplina; consciência ambiental; cultura da paz; ter o hábito da leitura; empreendedorismo; ética e responsabilidade.

Completando essa visão, divulgada nos mais diferentes meios de comunicação, Gadelha (1999) diz que os empreendedores são caracterizados pelos seguintes traços: “são proativos, inovadores, inventivos, flexíveis, com senso de oportunidade, com notável capacidade de provocar mudanças, etc.”. (p.156) O autor escreve ainda que essa cultura é divulgada e disseminada.

A disseminação dessa cultura, sempre em estreita conexão com a educação, com as escolas, com os projetos sociais e assistenciais, esportivos e de formação técnico-profissional, vem sendo de tal modo a ampliar-se progressivamente, como estando associada a virtualmente tudo o que seria decisivo e bom, não só para o sucesso dos indivíduos, em particular, mas também para o progresso, o desenvolvimento sustentável e o bem-estar de toda a sociedade. (p.157)

O mesmo autor alerta para a questão das competências, pois a mesma governamentalidade que reporta ao desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e destrezas, “tem a ver também com a instituição, demarcação, medição e comparação daqueles componentes de capital humano que têm ou não valor, no e para o mercado” (GADELHA, 1999, p.157). Especificamente, o autor se refere aos componentes de capital humano que merecem ou não ser objeto de investimento por parte dos indivíduos. O efeito de uma governamentalidade assentada numa racionalidade econômica é que as atividades políticas passam a ser atribuições exclusivas de técnicos e a maioria da população passa a ser excluída dos processos decisórios.

Apesar de a cultura do empreendedorismo destacar que é necessário que os indivíduos possuam uma qualificação profissional para poderem se inserir no mercado de trabalho, essa qualificação não é garantia de emprego. Na modernidade líquida o trabalho passou a ser marcado pela precariedade e incerteza, sendo a camada mais jovem da população a mais afetada pelas mudanças ocorridas no mundo do trabalho.

Na sociedade atual, “ser alguém” ou “pertencer” a um determinado segmento é uma condição que se impõe nas relações sociais. Por esse motivo, entre os jovens o consumo e o lazer tornam-se elementos centrais na busca dessa visibilidade.

Os jovens precisam de espaços de sociabilidade, onde possam se identificar com as atividades culturais e as práticas de lazer. Trata-se de uma necessidade característica da idade em que os adolescentes precisam construir uma identidade como sujeitos sociais. A identificação com turmas de pertencimentos, que tenham interesses em comum, como, por exemplo, gostar das mesmas músicas, frequentar as mesmas festas são referências fundamentais na construção da identidade juvenil. Porém, nem todos os jovens conseguem essa condição de pertencimento que lhes dê uma visibilidade. “Quando, porém, jovens não

conseguem situar-se nem como trabalhadores nem como consumidores, passam a viver uma situação crítica nessa fase da vida: a invisibilidade pública.” (MALVASI e TEIXEIRA, 2010, p.59)

Os mesmos autores concluem que com as transformações ocorridas no Brasil, nos últimos 30 anos, houve uma incerteza quanto ao futuro baseado no modelo familiar e no modelo do trabalhador estável. Dessa forma, esse modelo antes divulgado com o ideal passou a concorrer com um “antiprojeto”, ou seja, a alternativa do “mundo do crime”. Esse antiprojeto passou a representar para os jovens a oportunidade da geração de renda (ser empreendedor), possibilidade de participar do consumo (ser visível) e através dessas características, empreendedor/consumidor, possuir status entre seus pares. “A maioria dos ‘jovens da periferia’ busca alternativas no mercado de trabalho legal formal e informal, e não no ‘crime’. Mas essas alternativas nem sempre são viabilizadas; são fugazes. (p. 60)

Esse tipo de comportamento demonstra que as condutas dos jovens expressam as contradições da ordem social vigente, e seus comportamentos são em grande parte espelhados no aprendizado transmitido pela sociedade.

Se observarmos jovens abusando de drogas, desrespeitando o semelhante, violentando instituições criadas (hipoteticamente) para protegê-los e emancipá-los, isso é uma mensagem de que “muitas coisas não andam bem” na sociedade “agredida”. É um sintoma de algo grave que ocorre no tecido social e nos indivíduos. (p.61)

Atualmente, o conceito de desenvolvimento de um país está diretamente ligado às oportunidades que a população tem de fazer escolhas e de exercer sua cidadania. Essa nova definição traz como pressuposto que para o Estado não basta a garantia dos direitos sociais básicos, mas também a garantia da liberdade do ser humano de modo que possa exercer sua condição de agente de decisão e transformação na sociedade. Por esse motivo, o índice de Desenvolvimento Humano (IDH) compreende a longevidade, o grau de instrução e a renda numa determinada região. Nesse sentido, as definições da pobreza e da exclusão social estão relacionadas com a elaboração de estratégias para combatê-las.

O conceito de exclusão social foi cunhado na França para designar a parcela da população à margem do desenvolvimento econômico do país. Nos anos 1980, foi bastante utilizado para se referir à quantidade crescente de pessoas que perderam o emprego e, com isso, seu lugar na sociedade. O conceito francês de exclusão tem a particularidade de apontar a crise dos laços sociais e da expectativa em relação ao futuro que acompanha as dificuldades financeiras. A exclusão é um processo, portanto tem causas identificáveis e reversíveis. (GOLDSTEIN, 2007, p.48)

Goldstein entende que a partir dessas novas definições de pobreza e exclusão social, passamos a compreender que para diminuir os seus efeitos perversos é necessária a criação de programas interdisciplinares que articulem iniciativas nas áreas da saúde, trabalho, educação e cultura. Por isso, é preciso que se “crie estratégias que possam combinar práticas compensatórias, mais imediatas, com políticas estruturais, de longo prazo”. (2007, p.48)

No que se refere a inserção no mundo do trabalho, pela legislação brasileira, ao adolescente entre 12 anos e 14 anos de idade é proibido qualquer trabalho, e isso representa qualquer forma de prestação de serviço, independentemente de sua natureza jurídica. Já, para o adolescente entre 14 anos e 16 anos de idade é também vedado qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, porém, na maioria das vezes recebendo um salário inferior ao mínimo estabelecido no país. Para receber uma remuneração maior teria que trabalhar de forma informal. E para o adolescente entre 16 anos de idade e 18 anos de idade é permitido o exercício de trabalho, salvo o noturno, perigoso, insalubre, dentre outras situações.

Já no “antiprojeto” do “mundo do crime” o adolescente, em qualquer faixa etária, encontra oportunidade de se tornar economicamente independente e muitas vezes obter remuneração superior à de seus pais.

A criminalidade também apresenta a possibilidade da visibilidade, uma vez que a aproximação com os grupos que praticam atos ilícitos traz a falsa impressão da conquista de prestígio e do respeito. O jovem passa a se considerar como uma pessoa importante, o que não ocorria quando levava uma vida dentro da normalidade esperada pela sociedade.

Os meios de comunicação apresentam situações em que o status social dos adolescentes pode ser conquistado com o uso do tênis da moda, da bermuda e do boné de marca famosa, ou seja, por meio do consumo é possível ser visível e ter acesso a lugares que estão na moda, com a conquista das meninas. Muitos jovens chegam a acreditar que esse é o caminho que leva a um futuro promissor, conforme depoimentos de jovens entrevistados pelo serviço social do Clube do NAIS.

Portanto, passa a ser necessário começar a compreender a visão que os adolescentes estão formando da nossa sociedade, que é vista por eles como o verdadeiro inimigo, responsável pela situação de exclusão deles e de sua família. A sociedade passa a ser considerada como responsável por sua invisibilidade.

No próximo capítulo serão discutidas as principais formas adotadas pelo Estado brasileiro visando estabelecer o controle da população jovem, por meio de ações que buscavam inibir o comportamento desafiador dos adolescentes. Durante a maior parte do século XX, o Estado brasileiro utilizou a hierarquia vertical da autoridade policial e judiciária

como forma para resolução dos conflitos existentes na população juvenil, sendo que somente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 é que se começa a pensar em medidas de proteção integral e na possibilidade da mediação desses conflitos.

4 NA SOCIEDADE DO CONTROLE – “SE PENSAS QUE PENSAS ESTÁS REDONDAMENTE ENGANADO”

Se tu falas muitas palavras sutis
 Se gostas de senhas sussurros ardis
 A lei tem ouvidos pra te delatar
 Nas pedras do teu próprio lar
 Se trazes no bolso a contravenção
 Muambas, baganas e nem um tostão
 A lei te vigia, bandido infeliz
 Com seus olhos de raios X
 Se vives nas sombras frequentas porões
 Se tramas assaltos ou revoluções
 A lei te procura amanhã de manhã
 Com seu faro de dobermann
 E se definitivamente a sociedade
 só te tem desprezo e horror
 E mesmo nas galeras és nocivo,
 és um estorvo, és um tumor
 A lei fecha o livro, te pregam na cruz
 depois chamam os urubus
 Se pensas que burlas as normas penais
 Insuflas agitas e gritas demais
 A lei logo vai te abraçar infrator
 com seus braços de estivador
 Se pensas que pensas estás redondamente enganado
 E como já disse o Dr Eiras,
 vem chegando aí, junto com o delegado
 pra te levar ... (CHICO BUARQUE, Hino de Duran
 Composição: Chico Buarque, 1979)

O “Hino de Duran”, de autoria de Chico Buarque de Holanda, é faixa do álbum *Ópera do Malandro*, lançado em 1979. As músicas desse álbum fazem parte da peça homônima, estreada um ano antes, no Rio de Janeiro. O enredo da peça “*Ópera do Malandro*” está contextualizado no período da ditadura de Getúlio Vargas, mas foi escrito por Chico Buarque durante a ditadura militar iniciada em 1964, fase de repressão política e violação das liberdades individuais.

A letra da canção trata do sistema político que vigia as liberdades dos indivíduos e da coletividade visando manter uma pretensa ordem das coisas. Já que a desordem da sociedade é resultado das ações praticadas pelos indivíduos considerados como contraventores da ordem estabelecida. Por esse motivo, a única forma do Estado conseguir evitar o caos é utilizando de mecanismo de restrição da liberdade ou ainda, providenciando a eliminação de indivíduos ou grupos, dependendo das circunstâncias ou do grau de classificação daquilo que é considerado como desordem, pelos agentes estatais,

A questão da violência na adolescência exige entendimento das diferenças no atendimento prestado pelo Estado durante a vigência do Código de Menores, e após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), pois conforme o entendimento de Vieira, Peixoto e Khoury (2002), “O poder de dominação não se localiza apenas no aparelho de Estado ou no nível do econômico, mas existe todo um processo de disciplinarização necessária da população, que permeia toda a atividade social [...]” (p. 08)

O quadro a seguir esquematiza as propostas do Código de Menores e do Estatuto da Criança e do Adolescente, pois durante a vigência do Código de Menores a maior preocupação do Estado era relacionado com os “menores que se encontravam em situação irregular” e somente a partir da Constituição Federal de 1988 e da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente é que o Estado passou a executor da “proteção integral” da criança e do adolescente.

Quadro 12 - Diferenças das ações do Código de Menores e do Estatuto da criança e do Adolescente

PRINCIPAIS MUDANÇAS	CÓDIGO DE MENORES (1927)	ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (1990)
Idades	Não havia diferenciação; o que estava previsto no Código de Menores era aplicado a qualquer um, entre 0 e 18 anos, considerado em situação irregular.	Divide os menores de 18 em crianças (0 a 12 anos incompletos) e adolescentes (12 a 18 anos)
Base da doutrina	Direito tutelar do menor, objeto de medidas judiciais quando se encontra em situação irregular.	A lei assegura os direitos de todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de qualquer tipo, que são considerados “pessoas em condição peculiar de desenvolvimento”.
Concepção político-social	Instrumento de controle social dirigido às vítimas de omissões e transgressões da família, da sociedade e do Estado.	Instrumento de desenvolvimento social, garantindo proteção especial àquele segmento considerado pessoal e socialmente mais sensível.
Infração	Todos os casos de infração penal passam pelo juiz.	Os casos de infração que não impliquem grave ameaça podem ser beneficiados pela remissão (perdão) como forma de exclusão ou suspensão do processo.
Apreensão	Preconiza a prisão cautelar.	Restringe a apreensão apenas a dois casos: • flagrante delito de infração penal • ordem expressa e fundamentada do juiz
Internamento	Medida aplicável às crianças e adolescentes sem tempo e condições determinados, quando “ <i>manifesta incapacidade dos pais para mantê-los</i> ”.	Medida só aplicável a adolescentes autores de ato infracional grave, obedecidos os princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Direito de defesa	O menor acusado de infração penal é “defendido” pelo curador de menores (promotor público)	Garante ao adolescente defesa técnica por profissional habilitado (advogado)
Crimes e infrações cometidos contra crianças e adolescentes	É omissa a esse respeito.	Pune o abuso do pátrio poder, das autoridades e dos responsáveis pelas crianças e adolescentes.
Políticas públicas	As medidas previstas restringem-se ao âmbito da: • Política Nacional de Bem-Estar Social (FUNABEM) • Segurança pública • Justiça Menores	• Políticas sociais básicas • Políticas assistencialistas • Serviços de proteção e defesa das crianças e adolescentes vitimizados • Proteção jurídico-social
Mecanismos de participação	Não abre espaço à participação de outros atores que limitem os poderes da autoridade policial, judiciária e administrativa.	Institui instâncias colegiadas de participação nos níveis federal, estadual e municipal (conselhos paritários Estado-sociedade)

Fonte: COSTA et al., 1989

Entendemos que compreender as diferentes formas de tratamento dispensado à criança e ao adolescente, em vários períodos da História do Brasil, é importante para podermos entender as transformações às quais as escolas, também, tiveram que se adaptar em função das mudanças ocorridas na sociedade e na legislação. Conforme pode ser verificado pelo Quadro 12, o Código de Menores, de 1927, era caracterizado pelo poder arbitrário do juiz de menores e por sua prática intervencionista. A proposta de internação era de caráter corretivo e a intervenção era realizada sem vinculação com as causas geradoras das situações de abandono e delinquência. Em 1941, cria-se o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), cujo tratamento pautou-se pela violência contra os internos e, em 1954, a Lei nº 2.705, cria o Recolhimento Provisório de Menores (RPM), destinado aos infratores e submetido ao Poder Judiciário. Em 1964, foi criado um modelo fundacional: FUNABEM (Fundação Nacional para o Bem Estar do Menor), cujo objetivo era formular e implantar a Política Nacional do Bem Estar do Menor (PNBEM) e buscar soluções para o problema do menor, considerado como insustentável para a época. Nesse contexto, em âmbito estadual, foi criada a FEBEM (Fundação para o Bem Estar do Menor), sendo que no Estado de São Paulo esse modelo de instituição foi criada em 1975/76.

Já durante o período da ditadura, vivido pelo país durante os anos de 1964 e 1985, o menor era alvo de intervenções do Governo Militar, pois, de acordo com a Ideologia de Segurança Nacional da época, por sua idade e condição social, os menores poderiam ser facilmente cooptados por subversivos. Dessa forma, os valores pelos quais se baseava a assistência eram os de ordem social, disciplina, discrição e discriminação. Para os

“desvalidos” ou “delinquentes”, que eram internados, a ressocialização era feita por meios coercitivos.

Quando a justiça considerava a família como “desclassificada” para educar e possibilitar o desenvolvimento de seus filhos, o Juiz de Menores os encaminhava para instâncias de tratamento, para prevenir ou reeducar, os frutos dessas famílias “desajustadas” e do meio de origem “inadequado” ao seu desenvolvimento.

4.1 Adolescência e medidas socioeducativas

Ao se tratar da problemática que envolve os adolescentes que se encontram em situação de conflito com a lei, é importante frisar que existe no Brasil um grande movimento que visa efetivar a garantia de direitos na execução das medidas socioeducativas em meio aberto. Entretanto, existem desafios a serem vencidos na implementação de políticas eficazes nos atendimentos voltados para as crianças e os adolescentes do país. As principais dificuldades estão no panorama sócio econômico, na retração do Estado em relação aos programas voltados a esse público e, principalmente, na descontinuidade de ações públicas.

Diante desse cenário, apesar de o CENSO 2010 apresentar dados que mostram que o país tem avançado na inclusão dos mais pobres, conciliando o crescimento com distribuição de renda e desenvolvimento humano, o Brasil ainda enfrenta o problema das desigualdades sociais. E as desigualdades existentes fazem com que um grande número de crianças e adolescentes ainda não tenham acesso aos direitos básicos e fundamentais que estão preconizados no ECA.

Por esse motivo, visando garantir o acesso aos direitos que a lei já garante, foram criados os seguintes sistemas de proteção:

- SGD – Sistema de Garantias de Direitos;
- SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo;
- SUAS – Sistema Único de Assistência Social.

A finalidade desses sistemas, no âmbito da proteção à criança e ao adolescente, é a de articular as ações governamentais e não governamentais, conforme prescreve a política de atendimento constante no Artigo 86 do ECA. “Art. 86. A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios”.

Dessa forma, o SUAS sinaliza a importância da intersetorialidade entre as políticas de saúde, educação, cultura, esporte, habitação, segurança pública e outras políticas que contribuam para o enfrentamento das situações de vulnerabilidade social existente. E, também, o SINASE aponta a necessidade da municipalização dos programas responsáveis pela aplicação das medidas socioeducativas em meio aberto. Sendo, que isso deve ocorrer através da articulação de políticas intersetoriais em nível local, e a formação de redes de apoio nas comunidades. Além disso, tem a finalidade de, também, regionalizar os programas de privação de liberdade, garantindo assim o direito à convivência familiar e comunitária dos adolescentes internos, bem como o respeito às especificidades culturais.

Art. 5º Compete aos Municípios:

- I - formular, instituir, coordenar e manter o Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo, respeitadas as diretrizes fixadas pela União e pelo respectivo Estado;
- II - elaborar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, em conformidade com o Plano Nacional e o respectivo Plano Estadual;
- III - criar e manter programas de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto;
- IV - editar normas complementares para a organização e funcionamento dos programas do seu Sistema de Atendimento Socioeducativo;
- V - cadastrar-se no Sistema Nacional de Informações sobre o Atendimento Socioeducativo e fornecer regularmente os dados necessários ao povoamento e à atualização do Sistema; e
- VI - cofinanciar, conjuntamente com os demais entes federados, a execução de programas e ações destinados ao atendimento inicial de adolescente apreendido para apuração de ato infracional, bem como aqueles destinados a adolescente a quem foi aplicada medida socioeducativa em meio aberto. (BRASIL, 2012a)

Nesse mesmo sentido, o SUAS também preconiza a municipalização das medidas socioeducativas, sendo que a Resolução nº 109/2009 do CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social tipifica como de média complexidade o acompanhamento às medidas socioeducativas.

Art. 1º. Aprovar a Tipificação nacional de Serviços Socioassistenciais, conforme anexos, organizados por níveis de complexidade do SUAS: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, de acordo com a disposição abaixo:

...

II - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade:

- a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI;
- b) Serviço Especializado em Abordagem Social;
- c) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida - LA, e de Prestação de Serviços à Comunidade - PSC [...] (BRASIL, 2009a)

A mesma Resolução informa que esse deve ser um serviço realizado pelos municípios, por meio dos CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social, sendo que

esses centros devem ser responsáveis pelo atendimento das mais diversas situações de violação de direitos, principalmente, aqueles que exigem um acompanhamento especializado, garantindo proteção às vítimas e responsabilização dos autores.

Como parte da proteção social de média complexidade, os CREAS também são os responsáveis pelo acompanhamento técnico dos adolescentes que estão em cumprimento de medidas socioeducativas nas modalidades de LA – Liberdade Assistida e PSC – Prestação de Serviços à Comunidade, sempre com o objetivo da promoção social do adolescente. Por isso, esse acompanhamento deve oferecer ao adolescente orientações visando a garantia da defesa de seus direitos.

4.2 Medidas socioeducativas em meio aberto

A prática do ato infracional é o resultado de múltiplos fatores que interferem na vida dos adolescentes e as medidas aplicadas devem possuir um caráter socioeducativo, privilegiando os processos de inserção social e prevenindo a reincidência.

O Estatuto da Criança e do Adolescente traz em seu Artigo 103 a definição do ato infracional: “Art. 103. Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal”. Já o Artigo 112 trata das medidas que a autoridade competente pode aplicar ao adolescente que se encontra em situação de conflito com a lei. Assim:

Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

- I - advertência;
- II - obrigação de reparar o dano;
- III - prestação de serviços à comunidade;
- IV - liberdade assistida;
- V - inserção em regime de semi-liberdade;
- VI - internação em estabelecimento educacional;
- VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.

§ 1º A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração.

§ 2º Em hipótese alguma e sob pretexto algum, será admitida a prestação de trabalho forçado.

§ 3º Os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental receberão tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições.
(BRASIL, 1990)

Os Boletins de Ocorrências encaminhados ao “Clube do NAIS” informam que os atos infracionais que ocorreram no ambiente escolar foram considerados de natureza leve, prevalecendo a lesão corporal e a ameaça. Sendo que as medidas socioeducativas aplicadas nesses casos podem ser a de Liberdade Assistida (LA) ou Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). Além dessas medidas, o juiz pode entender que são casos de remissão ou

de arquivamento do processo sem a aplicação de nenhuma medida socioeducativa. Nos casos pesquisados, houve situações em que o juiz determinou que o adolescente permanecesse em atendimento, no Clube do NAIS, por um período de sessenta dias.

A medida socioeducativa de LA está prevista no Art. 118 do ECA, e na cidade de Sorocaba o acompanhamento da medida está sob a responsabilidade do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) com aplicação feita por Organizações da Sociedade Civil, por meio de convênios com o Governo Municipal.

Art. 118. A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.

§ 1º A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento.

§ 2º A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor.

Art. 119. Incumbe ao orientador, com o apoio e a supervisão da autoridade competente, a realização dos seguintes encargos, entre outros:

I - promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social;

II - supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula;

III - diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho;

IV - apresentar relatório do caso. (BRASIL, 1990)

Já a medida socioeducativa de PSC está prevista no Art. 117 do ECA e consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto às organizações da rede socioassistencial, governamentais ou não governamentais. Em Sorocaba, a responsabilidade pela aplicação dessa medida também é de responsabilidade do CREAS, que encaminha os jovens para prestação de serviços em locais específicos, como, por exemplo, no “Projeto SOS ECO – Educação Ambiental e Cidadania”. Nesse processo, o adolescente e seu responsável são acolhidos por um técnico de referência para realização da interpretação da medida e agendamento de entrevista com o objetivo de organizar o plano individual de atendimento.

Nos atendimentos individuais com o adolescente, é feito o levantamento de suas aptidões, habilidades e interesses com observação de seus aspectos emocionais. Na proposta socioeducativa é considerado o perfil do adolescente, a complexidade do ato infracional e sua inserção grupal, privilegiando seu interesse e suporte familiar. Com vistas ao cumprimento desse objetivo, o jovem é encaminhado para a rede socioassistencial, que conta com espaços onde ele irá devolver o seu aprendizado. Essa medida permite o envolvimento individual e grupal em diferentes atividades, enquanto o jovem cumpre o prazo de reparação de seu ato

infracional. O intuito é mobilizador, incentivando o jovem a sentir-se especial: desenvolvendo-se em vários aspectos e compartilhando com outros as aquisições vivenciadas, finalizando com a prestação de um serviço responsável, que faça diferença em sua vida e na de outros.

Art. 117. A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.

Parágrafo único. As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou à jornada normal de trabalho. (BRASIL, 1990)

As medidas socioeducativas visam propiciar ao adolescente a formação de valores positivos de participação na vida social, devendo por isso conter, em sua metodologia, processos de envolvimento da família e da comunidade, com atividades que não sejam discriminatórias ou que rotulem o adolescente, expondo-o a situações vexatórias.

É necessário que exista um entendimento de que a existência de um Boletim de Ocorrência, registrando a prática de um ato infracional, passa a fazer parte do processo de vida do jovem, mas não pode ser entendido como sua identidade, uma vez que esse adolescente não se resume (em) e nem se define apenas por sua situação de conflito com a lei.

4.3 Conflitos sociais vividos no ambiente escolar: *cyberbullying* e lousa digital na escola do futuro

No dia 27/05/2010, o Jornal Cruzeiro do Sul publicou reportagem sobre a compra de lousas digitais para serem instaladas em escolas da cidade. Já em outra notícia, publicada no Diário de Sorocaba, no dia 28/09/2010, o assunto era a ocorrência registrada por uma professora que estava sendo vítima de *cyberbullying*, praticado por alunos da 8ª série do ensino fundamental de uma escola tradicional na cidade. Pelas datas das notícias, podemos perceber que quatro meses após a divulgação da compra de equipamentos de alta tecnologia para as escolas, o foco se volta para as dificuldades de relacionamento entre alunos e professores, nesse mesmo campo de alta tecnologia. Preocupado com problemas que ocorrem em escolas do município de Sorocaba, o Vereador Rozendo de Oliveira (PV) apresentou projeto de lei nº 424/2010 que visa estabelecer medidas de proteção para professores, diretores e inspetores de alunos da rede municipal de ensino, nos casos em que venham a sofrer violência ou ameaça. A justificativa assim foi apresentada:

PROJETO DE LEI Nº 424/2010. Estabelece procedimentos e medidas de proteção para os casos de violência e ameaças contra o professor, diretor, inspetor de aluno da rede municipal de ensino, proveniente da relação de ensino com alunos de todo ciclo ministrado. (Câmara Municipal de Sorocaba) JUSTIFICATIVA: Nos tempos atuais, a educação se transformou em noticiário policial, onde estão registrados casos de violência, ameaça desacato, dano patrimonial e outros fatos gritantes, praticados contra professor, diretor ou inspetor de aluno, em escolas do município ou na rede estadual de educação. Existe estudo que comprova o quadro preocupante da educação no Brasil. Tal estudo apontou graves problemas que merecem atenção: Professores são vítimas de ameaça, violência, agressão verbal e física. O estudo apontou que 58% dos professores não se sentem seguros em relação às condições ambientais e psicológicas nos seus contextos de trabalho; 87% não se consideram amparados pela legislação educacional, quando se veem vítimas de agressões praticadas por alunos; e 89 % dos professores gostariam de contar com leis que os amparassem no que tange essa situação. Em todos os casos, a direção da escola se limita a solicitar a presença de pais ou responsáveis e a efetivar registros de advertência aos alunos que praticam agressões contra professores. Julga-se que essa situação tem a ver com a forte proteção a criança e adolescente (ECA), sem um correspondente para professores e outros educadores. Com a falta de parâmetro, a questão de educação sob a responsabilidade dos pais, tem exigido dos professores um papel social de substituição destes na função de educar. Faltam nas escolas os mecanismos adequados de solução de conflitos. Quando ocorre a violência, o conselho tutelar não está presente ou demora a comparecer e normalmente a direção da escola tende a apoiar os alunos e familiares. Então o projeto visa equilibrar a atual situação, colocando parâmetros legais para a proteção de professor, diretor e inspetor de aluno, sem ferir os direitos dos alunos, porém, responsabilizando-os pelos seus atos de violência, ameaça ou dano patrimonial. A classe educadora necessita se sentir amparada para o bem da educação e a confiança em ministrar um ensino em situação de segurança dentro e fora da escola. (SOROCABA, 2010)

O referido projeto trata em seu Art. 10 a implantação de mecanismos internos para a solução de conflitos, prevendo o encaminhamento para atendimento multidisciplinar.

Art. 10. As escolas municipais desenvolverão mecanismos internos de solução de conflitos entre professor, diretor e inspetor de alunos e encaminharão, quando necessário, as partes envolvidas para atendimento multidisciplinar, integrada das áreas psicossocial e de saúde, para prestação de assistência, na rede da secretária de Saúde do Município. (SOROCABA, 2010)

O projeto de lei recebeu um parecer de inconstitucionalidade pela Secretaria Jurídica da Câmara, em função de o Município estar exercendo a competência legislativa suplementar à do Estado.

Ora, em face da existência da legislação estadual que rege a matéria acerca da prevenção e combate da violência nas escolas públicas, não poderia o Município, à guisa de exercer a competência legislativa suplementar, introduzir procedimentos administrativos objetivando a punição de alunos no sistema de ensino municipal, em casos da prática de violências físicas ou morais no âmbito escolar, em total contrariedade à Lei Estadual nº 10.312, de 1999, sob pena de ferir a repartição constitucional de competências. (SOROCABA, 2010)

A legislação estadual citada no parecer da Secretaria Jurídica da Câmara é a Lei nº 10.312, de 12 de maio de 1999, que institui Programa Interdisciplinar e de Participação

Comunitário para Prevenção e Combate à Violência nas escolas da rede pública de ensino e dá outras providências.

Artigo 1º - Fica instituído o Programa Interdisciplinar e de Participação Comunitária para Prevenção e Combate à Violência nas Escolas da rede pública de ensino no Estado de São Paulo.

Parágrafo único - Será priorizada a implantação nas escolas que apresentem maiores índices de violência.

Artigo 2º - São objetivos do Programa:

I - formar Grupos de Trabalho vinculados aos Conselhos de Escola para atuar na prevenção da violência nas escolas, analisar suas causas e apontar possíveis soluções;

II - desenvolver ações educativas e de valorização da vida, dirigidas às crianças, aos adolescentes e à comunidade;

III - implementar ações voltadas ao combate à violência na escola, com vista a garantir o exercício pleno da cidadania e o reconhecimento dos direitos humanos;

IV - desenvolver ações que fortaleça, o vínculo entre a comunidade e a escola;

V - garantir a formação de todos os integrantes do Grupo de Trabalho, aí incluídos o corpo docente e os servidores operacionais da rede de ensino, bem como dos membros da comunidade, preparando - os para a prevenção da violência na escola.

Parágrafo único - Os Grupos de Trabalho tratados no inciso I deste artigo, serão abertos e formados por professores, funcionários, especialistas da área de educação, pais, alunos e representantes da comunidade ligada a cada escola.

Artigo 3º - Vetado.

Artigo 4º - Vetado:

Artigo 5º - Vetado:

Artigo 6º - Vetado.

Artigo 7º - O Poder Executivo poderá estabelecer parcerias com entidades governamentais ou não, que possam subsidiar os Grupos de Trabalho nas escolas, obedecidos os requisitos legais.

Artigo 8º - O Programa poderá ser estendido às escolas particulares que estiverem vinculadas à Delegacia de Ensino e que constituírem Grupo de Trabalho na forma desta lei.

Artigo 9º - O Poder Executivo regulamentará esta lei dentro do prazo de sessenta dias, contados de sua publicação.

Artigo 10 - As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Artigo 11 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação. (SÃO PAULO, 1999)

Destacamos dessa lei estadual a previsão da criação de “Grupos de Trabalho” para atuar na prevenção da violência e, ainda, a possibilidade de o Poder Executivo estabelecer parcerias com entidades não governamentais para subsidiar esses grupos, por entender que servem de embasamento legal ao projeto que estamos propondo nesta pesquisa.

Diante de todas essas discussões, percebemos as dificuldades que a escola enfrenta na atualidade, pois ao mesmo tempo em que o ambiente escolar passa a contar com a mais avançada tecnologia, ainda existe a necessidade da implementação de políticas de proteção, que são elaboradas por agentes políticos.

O jornal Cruzeiro do Sul, da cidade de Sorocaba, realizou, em 2010, um encontro entre educadores da cidade, com a proposta de discutir a escola do futuro, apresentando, na ocasião, o uso da lousa digital. Nesse evento, foram distribuídos exemplares da Revista

Educação, publicação encartada no mesmo jornal com esclarecimentos de Anclar P. C. Mendes, editor responsável para a proposta de trabalho: responder questões como “Qual é a escola do futuro? O que se espera da educação para os próximos anos? Que escola queremos ter e que adultos iremos formar?”. Segundo o editor, a Revista Educação trazia para discussão o resultado de um trabalho jornalístico feito no universo educacional da Região apresentando o seguinte entendimento: “[...] a nova geração que praticamente ‘nasce’ acessando a internet e tem disponível toda a tecnologia deverá privilegiar uma educação humanizada, conforme os educadores”. (MENDES, 2010, p.3)

Porém, os pesquisadores convidados para o debate entenderam que o formato da escola do futuro, independente de qual tecnologia seja utilizada, vai depender de o que a sociedade quer para o seu futuro. Nesse sentido, o pesquisador Luiz Fernando Gomes em entrevista especial, apresentou o seguinte argumento:

Eu acredito que estamos na dúvida se discutimos a “Escola do Futuro” ou o futuro da escola. Para mim, temos que verificar, nesta mesma linha de pensamento, qual o papel da escola para a construção desse futuro, que vai avançando para dentro de nossas vidas por intermédio das tecnologias [...]. Temos que lembrar que a tecnologia não é neutra e está a serviço sim de algumas ideologias. A educação do futuro tem que ser pautada não por saberes consolidados, mas na perspectiva da visão do outro, na construção do conhecimento e também na convivência para a paz. (GOMES apud SANTOS, 2010, p.36)

Já o Professor Antonio de Oliveira, enfatizou a questão da educação que queremos para o nosso futuro.

Eu não quero ser controverso, mas vou começar com uma pergunta: educação para quê? Vocês já pensaram nisso? A “Escola do Futuro” vai derivar do que nós queremos para o nosso futuro. A “Escola do Futuro” não é decorrência do que nós estamos escolhendo, se vamos escolher a lousa eletrônica ou outra tecnologia, se vamos pagar bem o professor ou não. Qual é o futuro que nós queremos? Que sociedade queremos? É só ligar a televisão. As famílias estão doentes. As pessoas têm muitas habilidades, usam celular, acessam a internet, se matam, se odeiam, não sabem conversar, não se respeitam, destroem a natureza. É isso o que nós queremos? Eu não quero isso para mim. (OLIVEIRA apud SANTOS, 2010, p. 34)

Outra reportagem, publicada em agosto de 2009, pela Revista Nova Escola, trata de um dos conflitos mais comum nas escolas de hoje, que está relacionado com o termo *bullying* (do inglês: v. *to bully* – ameaçar, oprimir; subst. *Bully* – valentão, tirânico), que já faz parte do vocabulário dos brasileiros, principalmente daqueles que têm relação com o ambiente escolar. A palavra é utilizada para designar os atos de violência intencional que são praticados por apenas uma pessoa ou por um grupo contra um indivíduo, que, na maioria das vezes, tem pouca ou nenhuma condição de se defender.

Segundo a reportagem, a violência das agressões, físicas e/ou psicológicas, incomoda a vítima de tal forma que o ambiente se torna insuportável. Com isso ocorre diminuição do aprendizado e aumento o temor de frequentar as aulas. E, nos casos mais graves, podem ocorrer distúrbios psicológicos, como a síndrome do pânico e a depressão.

Porém, atualmente as vítimas desse tipo de agressão não são apenas atacadas nos corredores das escolas. Muitos jovens têm utilizado o ambiente virtual da internet para realizar provocações, levantar calúnias e outros tipos de ataques pessoais. O dano causado à vítima, nesse caso, é ainda mais prejudicial, pois quando os jovens utilizam as redes sociais para fazer esses ataques, a vítima fica exposta em um território sobre o qual não consegue exercer nenhum tipo de controle, e sem defesa.

A pesquisadora do *Bullying* Escolar, Cléo Fante (2005; 2008), autora do livro “Fenômeno *Bullying*: como prevenir nas escolas e educar para paz” e “*Bullying* Escolar: perguntas e respostas”, detectou casos de estudantes que precisaram ser transferidos de escolas, uma vez que além de tapas na cabeça, recebidos diariamente, passaram a receber xingamentos e complôs virtuais. A dificuldade para enfrentar o *cyberbullying* é maior, pois as agressões reais acabam no momento em que se retorna à casa, porém, a agressão virtual invade todos os ambientes...

A mesma pesquisadora é autora do programa *antibullying* “Educar para a Paz” (<http://www.bullying.pro.br/>). Nesse espaço, autores, que escrevem artigos sobre *bullying*, entendem que esse tipo de agressão produz um resultado devastador na vida das vítimas, afetando a autoestima, sendo difícil a recuperação sem ajuda da família ou de especialistas. Para os jovens que estão na fase da adolescência, a imagem é muito importante, sendo que os agressores utilizam esse aspecto pessoal para incomodar profundamente suas vítimas.

Os atos agressivos dos praticantes do *cyberbullying* não são voltados exclusivamente aos jovens, muitas vezes os ataques são direcionados contra os professores. Em reportagem, publicada pela revista Nova Escola, edição 212, do mês de maio 2008, sob o título de “Massacre virtual”, são relatados casos de professores que se sentem incomodados pelo fato de serem vítimas de mensagens difamatórias postadas em redes de relacionamento virtual.

Preocupado com os atos de agressão contra os professores e a violência que existe entre os próprios alunos, o Senador Paulo Paim apresentou o Projeto de lei do Senado, nº 191 de 2009, que estabelece procedimentos de socialização e de prestação jurisdicional e prevê medidas protetivas para os casos de violência contra o professor, oriundas na relação de educação.

Destacamos aqui o Art. 20 do Projeto de Lei, por tratar, também, dos mecanismos internos de solução de conflitos por meio de equipe de atendimento multidisciplinar:

Art. 20. Os estabelecimentos de ensino desenvolverão mecanismos internos de solução de conflitos entre professores e alunos e manterão equipe de atendimento multidisciplinar, integrada por profissionais das áreas psicossocial e de saúde, para prestar assistência aos professores e alunos. (BRASIL, 2009b)

O Senador Paulo Paim utilizou como justificativa da proposta de lei a pesquisa de autoria da Dra. Tania Maria Scuro Mendes e sua aluna Juliana Mousquer Torres (2007), denominada “A Vitimização de Professores e a ‘Alunocracia’ na Educação Básica”. Para elaboração dessa pesquisa as autoras entrevistaram professores de dez escolas de educação básica das redes pública e privada de ensino da grande Porto Alegre – RS. A referida pesquisa apresenta dados de natureza quantitativa e qualitativa sobre os problemas que ocorrem dentro do ambiente escolar:

Os professores são vítimas de ameaças e de agressões verbais e físicas;
As escolas, por meio de suas equipes diretivas, geralmente limitam-se a solicitar a presença de pais ou responsáveis e a efetivar registros de advertência aos alunos que praticam agressões contra professores;
No universo pesquisado, 58% dos professores não se sentem seguros em relação às condições ambientais e psicológicas nos seus contextos de trabalho;
87% não se consideram amparados pela legislação educacional quando se veem vítimas de agressões praticadas por alunos;
89% dos professores gostariam de poder contar com leis que os amparassem no que tange a essa situação. (MENDES; TORRES, 2007)

O trabalho também aponta alguns elementos que ajudam a entender o atual problema da violência sofrida pelos professores nas escolas:

A assimetria jurídico-instrumental entre professores e alunos: o ordenamento jurídico fornece um forte aparato de proteção a um lado (crianças e adolescentes), sem um correspondente contrapeso do outro (educadores);
A cada vez maior ausência dos pais ou excesso de permissividade na educação dos filhos: a sociedade moderna tem exigido dos professores um papel social de substituição dos pais na função de educar;
As escolas não têm mecanismos adequados de solução de conflitos;
A inoperância dos Conselhos Tutelares;
isolamento institucional do professor: a direção das escolas tende a apoiar os alunos e seus familiares. (MENDES; TORRES, 2007)

A revista IstoÉ, em artigo de Loes (2010) apresenta dados sobre a relação de jovens com a internet, dados provenientes de entrevistas on-line com 400 jovens na faixa etária de 13 a 17 anos, nas cinco regiões brasileiras:

89% acessam a rede de um computador em casa;

83% usam sites de redes sociais como o Orkut e o Facebook;
 79% afirmam saber como se manter seguros online;
 67% compartilham arquivos online;
 24% deixam de fazer outras coisas para ficar na internet;
 23% passam noites em claro por causa da internet;
 82% usam serviços de mensagens instantâneas, como o MSN Messenger;
 77% usam a internet pelo menos seis dias por semana;
 71% fazem atualizações de status “algumas vezes” ou “sempre”;
 21% avaliam que seu uso está acima do normal ou se consideram dependentes da internet.

Já em relação aos problemas virtuais a pesquisa detectou o seguinte:

72% conhecem alguém próximo que sofreu ou sofre bullying;
 50% já tiveram o computador infectado por vírus ou ameaças virtuais;
 25% já foram vítimas de insultos;
 20% já tiveram senhas roubadas.

A reportagem da revista IstoÉ utiliza os dados obtidos no estudo realizado pela McAfee Inc. (NYSE:MFE) sobre o comportamento dos jovens brasileiros na Internet, intitulado “A vida secreta dos adolescentes: o comportamento dos jovens na Web”. O resultado aponta que entre as dez principais atividades, apontadas acima, em sete delas há o compartilhamento de informações pessoais com desconhecidos. (PORTAL INTELIGENCIA, 2012)

A professora Donatila Ferrada Torres, da Universidade de Concepción, no Chile, em entrevista concedida ao jornal o Estado de São Paulo (MANDELLI, 2010), destaca que a escola, da forma como a conhecemos, somente vai sobreviver se abrir espaço para a participação das famílias e, principalmente, dos estudantes na discussão sobre o currículo.

4.4 Violência nas escolas – investigações, intervenções, avaliações e políticas públicas

As pesquisas citadas demonstram que os problemas de violência dentro do espaço escolar, como, por exemplo, *bullying* e *cyberbullying*, não serão resolvidos por decretos legislativos ou pela introdução de novas tecnologias, se a escola não se transformar e passar a chamar seus atores para discutir essa realidade, sem, contudo, assumir uma postura moralizante e distanciada.

A escola, portanto, precisa estar mais aberta ao diálogo. Deve conversar mais e impor menos; desenvolver com o jovem uma pedagogia que o ensine a refletir; a estabelecer relações entre o que está aprendendo e as suas experiências cotidianas. (PEREZ apud DAYRELL, 2003, p.178)

Diante dessa realidade, apresentamos, nos anexo, o resumo de trabalhos apresentados na Argentina e publicados em Investigaciones, Intervenciones, Evaluaciones y Políticas Públicas, do Centro de Congresos y Exposiciones ‘Governador Emilio Civit’ y Auditorio ‘Dr.

Ángel Bustelo”², (BLAYA; SANTANDER; SLEE, 2011) onde são relatadas experiências sobre ações que visam enfrentar situações de violência nas escolas. A partir das leituras desses relatos, percebemos que existem vários movimentos que apresentam novas propostas para enfrentar a violência e a exclusão social das crianças e dos adolescentes. Sendo que tais propostas não ficam apenas no aspecto da resignação e adaptação passiva a situação de violência. Ao contrário, esses programas se caracterizam por sua atuação nos territórios onde as famílias residem, buscando as vítimas e assistindo-as nos próprios locais onde se produziu a violência, fazendo o acompanhamento enquanto durem a emergência e a urgência.

4.5 Exemplos de parcerias entre o Terceiro Setor e escola

Com o intuito de exemplificar melhor a ação de organizações da sociedade civil, por meio de programas de apoio às escolas, apresentamos a experiência da organização “Ação Educativa” (1994), uma entidade não governamental que atua com educação e juventude.

A organização Ação Educativa desenvolveu entre 1999 e 2003, em São Paulo, o projeto “Culturas Juvenis, Educadores e Escolas”, com o objetivo de entender e buscar formas de superar a distância entre o mundo escolar e o mundo dos jovens.

O projeto tinha como hipótese que o estabelecimento do diálogo entre os educadores e os grupos juvenis que também buscam e produzem um conhecimento fora da escola utilizando outras redes sociais poderia evidenciar as dificuldades, mas também a potencialidade para a aproximação entre esses mundos.

O encontro e o estabelecimento do diálogo entre esses grupos possibilitaram a instituição de um conjunto de diretrizes que deveriam orientar os educadores na volta à escola. As “Diretrizes Básicas para os projetos nas escolas” acordadas foram as seguintes:

Contemplar os interesses dos jovens e da comunidade, respeitando suas características;
 Valorizar ao máximo a criatividade e a vivência do jovem;
 Abrir espaços para que os jovens expressem conhecimentos e vivências adquiridas fora da escola;
 Abrir espaços para a produção e a manifestação de diferentes formas de expressão cultural;
 Incentivar e propiciar a participação ativa de todos os envolvidos: alunos, professores, coordenadores, diretores, funcionários, ex-alunos e comunidade, num diálogo transparente e verdadeiro com o objetivo de explicitar as diferenças e os avanços na construção de compromissos coletivos;
 Integrar as ações ao projeto global da escola, de maneira que as decisões não se constituam em iniciativas episódicas ou em projetos paralelos àqueles adotados pela escola. (FREITAS apud DAYRELL, 2003, p.181)

² Encontros ocorridos entre 7 e 9 de abril de 2011, em Mendoza, Argentina. Disponível em: <<http://www.5cmve.mendoza.edu.ar/documentos/libro.pdf>>. Acesso em: agosto 2012.

Uma das dificuldades encontradas para o desenvolvimento da iniciativa foi o elevado número que constituía o corpo docente no final do ano letivo, fato que é comum na rede pública de ensino, conforme ilustra uma reportagem publicada na Revista Nova Escola.

É uma realidade da Educação pública brasileira: o quadro docente está sempre mudando. Alguns professores ficam pouco tempo na escola porque podem pedir transferência para outra unidade e outros passam pelas salas de aula para substituir colegas que estão de licença. Mas essa rotatividade está longe de ser positiva. Quem fica apenas alguns meses com uma turma não cria vínculos com os alunos - o que compromete a aprendizagem pela falta de interação e continuidade no trabalho pedagógico - nem com a comunidade, prejudicando assim a construção da identidade escolar. (PAULINA, 2009)

Porém, apesar disso, o projeto “Ação Educativa” se desenvolveu com uma série variada de atividades desenvolvidas de acordo com a oferta de pessoal voluntário, em grande parte alunos interessados em compartilhar seus conhecimentos.

Segundo o artigo de Freitas (apud DAYRELL, 2003), os educadores participantes fizeram uma avaliação positiva da experiência, ressaltando o quanto o projeto interferiu em cada um como pessoa. Além disso, reforçaram que, a partir do projeto, ampliaram a visão a respeito do jovem, reconhecendo que a abertura desse espaço criou um maior envolvimento dos alunos com a dinâmica escolar. Outro fato importante foi a constatação de que as atividades revelaram talentos e potencialidades que antes eram completamente desconhecidos, além de contribuir para alterar a percepção em relação ao outro.

O impacto social resultante desse projeto mostra que os problemas e os desafios existentes no âmbito da educação escolar devem ser observados por uma visão macro, porém, podem ser enfrentados por experiências que incidem no micro, por meio de projetos concretos desenvolvidos nas escolas, e resolvendo problemas importantes que surgem no cotidiano escolar.

A estrutura escolar e os projetos político-pedagógico ainda predominantes nas escolas não respondem aos desafios que estão postos para a educação da juventude contemporânea. Um dos aspectos é a mudança do perfil dos alunos. A ampliação do acesso escolar às camadas populares e as medidas tomadas contra as práticas de retenção e exclusão tem gerado uma ampliação da diversidade sociocultural dos alunos, demandando uma flexibilidade que o atual sistema não responde. Ainda predomina uma estrutura rígida, com tempos e espaços segmentados, e uma grade curricular estanque, na qual o conhecimento, materializado nos programas e livros didáticos, se torna “objeto”, coisa a ser transmitida. Nessa perspectiva, educar se reduz a transmitir esse conhecimento acumulado. Aprender não será nada além de assimilar esse conhecimento. (DAYRELL, 2003, p.185)

Outro exemplo positivo de projeto de apoio às escolas, também realizado por uma organização não governamental, é o desenvolvido pelo Centro de Criação de Imagem Popular

(CECIP, 1986). Pensando em criar espaços para a mediação dos conflitos escolares, o CECIP, organização fundada em 1986, no Rio de Janeiro, criou o Projeto “Jovens e seu potencial criativo na resolução de conflitos”. Esse projeto tem por objetivo contribuir para a ampliação da Cultura de Paz, buscando respostas efetivas a situações de conflitos e violência, no âmbito das escolas e das comunidades de entorno através da justiça restaurativa.

A metodologia do projeto propõe a substituição da cultura da punição pela busca das causas que levaram ao ato violento, suas consequências, e a responsabilização dos danos por parte dos que o cometeram. Segundo os idealizadores do projeto, que já foi implementado em 60 escolas municipais do estado de São Paulo e 50 da rede municipal do Rio de Janeiro, o processo é apoiado por representantes da comunidade e da rede de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, vivendo um procedimento de Justiça Restaurativa.

A Justiça Restaurativa é um modelo baseado na resolução de conflitos a partir de uma lógica distinta da punitiva e retributiva. Os valores que regem a Justiça Restaurativa são o empoderamento, a participação, a autonomia, o respeito, a busca de sentido e de pertencimento na responsabilização pelos danos causados, mas também na satisfação das necessidades que emergem da situação de conflito.

O movimento da justiça restaurativa se firmou quando em 1989, o governo da Nova Zelândia decidiu formalizar processos restaurativos como uma via para tratar infrações de adolescentes, reformulando todo o seu sistema de justiça da infância e juventude segundo princípios restaurativos, com impacto favorável já no primeiro ano de implantação. A partir daí, a Justiça Restaurativa começou a ser reconhecida e financiada, e outros países se sentiram mais tranquilos para implementá-la.

Por meio desses exemplos, podemos perceber que existem vários movimentos que buscam novas alternativas, visando desenvolver mecanismos que permitam a escola conviver de forma pacífica com a onda de violência que ocorre dentro do ambiente escolar. Sendo que esse cotidiano escolar, repleto de mudanças também é alvo dos trabalhos de outros pesquisadores.

Como num fogo cruzado, a escola está no centro dos problemas sociais conjunturais. A questão pedagógica, antes central, divide as atenções de professores, pais e alunos com a violência, manifesta em cenas cada vez mais presentes, como: a invasão das drogas na escola, o assédio ou a exploração da prostituição infanto-juvenil, o trabalho infantil, a briga de gangues, a violência racial e atos homofóbicos, em confrontos que vão rapidamente da agressão verbal à física. A comunidade escolar, especialmente professores e direção, contudo, não tem sabido guiar sua atitude no enfrentamento da violência e suas interfaces em seu seio. (AMARO, 2011, p.96)

4.6 A transição de uma escola que exclui visando disciplinar para uma escola que educa visando incluir

Para compreender o processo de mudanças pelas quais o mundo tem passado, vamos nos valer dos ensinamentos de Zigmunt Bauman, que distingue a modernidade em dois períodos: modernidade e pós-modernidade (1998); ou como tem preferido chamar em seus últimos livros: modernidade sólida e modernidade líquida (2001). Para Bauman, a modernidade sólida é caracterizada, principalmente, pela ideia de projeto moderno, projeto compreendido como de controle do mundo pela razão, ou seja, tornar o mundo o “melhor possível dos mundos” através do ordenamento racional e técnico. Sob a modernidade sólida as relações sociais são duradouras e com poucas mudanças.

Nesse cenário a escola e a família oferecem segurança às crianças e aos adolescentes, havendo nos pais e nos professores uma certeza de que aquela é a forma correta de se educar. E essa forma de educar, apesar de ser muitas vezes autoritária e violenta, não é questionada. Nesse sentido pais e professores servem como referência para os mais jovens.

Já na modernidade líquida, Bauman, nos mostra que é possível identificar através da centralidade do consumo um meio por onde opera uma objetivação e instrumentalização das relações sociais, ou seja, na modernidade líquida o consumo se torna fonte principal de satisfação. E além de fonte de satisfação, o consumo se torna o meio por onde os indivíduos se constroem como sujeitos.

Outro processo de transição sofrida para chegar-se à sociedade atual é a passagem da sociedade da vigilância e da disciplina (FOUCAULT, 1979), para uma sociedade do controle aberto e contínuo (DELEUZE, 1992). Na sociedade da vigilância havia quase que um encarceramento completo feito por poderes transversais, que através do medo, do julgamento e da destruição fazia com que os indivíduos interiorizassem a disciplina. Essa sociedade disciplinar tinha como principal representação o modelo panóptico de Jeremy Bentham:

Jurista e filósofo inglês, considerado o pai do utilitarismo. Bentham (1748-1832), entre outras ações, criou um modelo de penitenciária bastante especial, o panóptico, que se trata de um princípio apropriado tanto para prisões quanto para fábricas, escritórios, hospitais, escolas, casernas, reformatórios etc. Do aspecto arquitetônico, o panóptico consiste numa construção em círculo, em cujo centro se acha a cadeira (encoberta por cortinas) do "inspetor" e cuja periferia é destinada às celas, apartadas entre si, dos presos ou dos alunos. O refinado objetivo da disposição é fazer com que os presos se sintam permanentemente observados e controlados, sem saber se a cadeira do inspetor está realmente ocupada. Os detentos devem "a partir de si próprios", de modo progressivo e automático, comportar-se como se fossem observados, mesmo que não estejam. (KURZ, 1997, p.5)

Já na sociedade do controle o que se visa é a formação de indivíduos sociais móveis e flexíveis. Por esse motivo, o modelo panóptico tem sido substituído pela anti-arquitetura do mundo virtual, principalmente, pelos dispositivos tecnológicos de segurança.

Assim, a força física é substituída pelo poder ideológico dos meios de comunicação, que produzem uma nova forma de ser, de viver, de pensar e de sentir, uma vez que o olho que vigia e pune, é o mesmo que possibilita a fama. (DEBORD, 1997). Por isso, muitas vezes ocorre a encenação idealizada: “Não só se ama e admira a celebridade como, no cogito da sociedade escópica, todos aspiram a sê-lo como condição de ser alguém nesta grande novela que é a vida: “Sou visto logo existo”. (QUINET, 2002, p. 284)

Encontramos aí o cumulo da sociedade escópica, onde não só há o império do vídeo e da tele-visão e o imperativo do “ser visto”, mas também a utilização da tecnologia científica para fazer existir o olhar, colocando na prática uma razão paranoica, em que todos se sentem vigiados, pois na verdade essa possibilidade está permanentemente presente. Produção do mais-de-olhar na sua versão de mal-estar da civilização. (p.08)

Dentre todas as nuances sociais existentes, a escola, também passa a conviver com o fenômeno da violência, sendo esse um dos seus principais desafios. Porém, é necessário considerar que atualmente a violência tornou-se uma realidade dentro de todas as relações humanas e não somente dentro do ambiente escolar. E a sociedade escópica se encarrega de disseminar essa violência por todos os cantos do planeta.

Outra questão é que o mercado globalizado exige agilidade, ou seja, tudo precisa ser o mais breve possível. E isso também se reflete no ambiente escolar onde a racionalização do processo educativo é uma forma de transformar o ensino em algo funcional e rápido, mas que não respeita as subjetividades e as condições próprias de cada aluno.

A escola foi criada, inicialmente, para disciplinar os indivíduos que iriam trabalhar no modo de produção capitalista. E ela cumpriu muito bem esse papel numa sociedade em que vigorava a ética do trabalho. Porém, hoje vivemos na sociedade que está fundamentada na estética do consumo, sendo que para esse novo modelo de sociedade capitalista, o antigo modo de atuar da escola já não faz muito sentido. Sendo assim, uma escola que se utiliza apenas dos métodos de punição para exercer o poder e o controle sobre o seu público e, principalmente, visando fazer com que eles cumpram as regras pré-estabelecidas, não está se valendo do melhor modelo para se fortalecer juntos aos adolescentes da atualidade.

Outro aspecto que precisa ser levado em conta na questão da adolescência e da sociedade atual é a estreita relação que os meios de comunicação fazem entre a adolescência e a violência. Em nossa vida cotidiana é comum sermos informados pelos noticiários, de

situações que colocam os adolescentes como protagonistas da escalada da violência vivenciada pela sociedade, de uma forma geral.

A criminalização de ações de incivilidade, muito difundida no meio educacional, é um sintoma da dificuldade de a escola assumir seu papel de educadora da moral e da ética, por considerar que essa não é função da escola, o que demonstra a imagem de uma escola que se preocupa somente com a difusão do conhecimento útil e, como diz Martucelli, com a reprodução burocrática da instituição. (SILVA; SALLES, 2010, p. 27)

A partir desse procedimento, de uma forma genérica, os jovens infratores passam a ser considerados como “adolescentes em situação de conflito com a lei”, sendo que essa conotação passa a significar mais uma condição de exclusão da sociedade, da escola, do mercado de trabalho e, até mesmo, da própria família.

Para compreendermos melhor essa questão, podemos nos valer das reflexões de Giorgio Agamben (2004a), que em suas obras trata do ordenamento jurídico que, ao incluir o indivíduo como violador dos preceitos legais, provoca simultaneamente a exclusão desse mesmo indivíduo de outros direitos, previamente adquiridos. Conforme explica Ruiz (2011), “o *homo sacer* era uma figura jurídico-política pela qual uma pessoa, ao ser proclamada *sacer*, era legalmente excluída do direito (e conseqüentemente da política da cidade). Tal condição de *sacer* impedia que ela pudesse ser legalmente morta (sacrificada), porém qualquer um poderia matá-la sem que a lei o culpasse por isso”.

O *homo sacer* é um conceito-limite do direito romano que delimita o limiar da ordem social e da vida humana. Nele transparece a correlação entre a sacralidade e a soberania. Ambas são estruturas originárias do poder político e jurídico ocidentais porque revelam os dois personagens que estão fora e acima da ordem: o *homo sacer* e o soberano. O *homo sacer* não só mostra a fragilidade da vida humana abandonada pelo direito, mas também, e mais importante, revela a existência de uma vontade soberana capaz de suspender a ordem e o direito. Tal poder só poder ser exercido desde fora da ordem e além do direito. O que *homo sacer* revela é a existência do soberano como figura essencial do direito ocidental e da sua ordem política. O soberano existe porque tem o poder de decretar a exceção do direito, ou seja, suspender o direito para decretar a existência da vida nua. Só um poder soberano, que esteja fora da ordem e acima do direito, tem o poder de decretar a suspensão do direito para os outros. (RUIZ, 2011)

Aqui vamos fazer uma relação com a condição do *homo sacer* e o adolescente em situação de conflito com a lei, pois fica evidente que ao mesmo tempo que o Estado possui mecanismos eficientes para culpabilizar e para punir os jovens, não conta com a mesma eficiência quando se trata de cumprir o que está disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente. Sendo que esse é um problema que precisa ser discutido, uma vez que a proteção integral da criança e do adolescente, por todos, já está previsto na própria Constituição Federal, em seu artigo 227, como segue:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988)

Sendo assim, a partir do momento em que o Estado, por meio do seu Poder Judiciário, aplica uma medida socioeducativa, esse fato gera uma situação que pode levar à discriminação. E, portanto, passa a existir o dever constitucional, daqueles citados no Artigo 227, acima transcrito, de assegurar que a garantia dos direitos desses jovens não sejam violados.

O próprio legislador já havia previsto essa situação no momento da elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, pois o estatuto traz em seu artigo 98 a previsão de medidas de proteção à criança e ao adolescente, como segue:

Art. 98. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:
I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;
III - em razão de sua conduta. (BRASIL, 1990)

E logo em seguida o estatuto, apresenta no Artigo 101, esclarecedor para a situação verificada em qualquer hipótese do Artigo 98, prevendo várias medidas de proteção que deverão ser tomadas, como segue:

Art. 101. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:
I - encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
II - orientação, apoio e acompanhamento temporários;
III - matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
IV - inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;
V - requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;
VI - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
VII - abrigo em entidade;
VIII - colocação em família substituta.
Parágrafo único. O abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade.
VII - acolhimento institucional; (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009)
Vigência
VIII - inclusão em programa de acolhimento familiar; (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência
IX - colocação em família substituta. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009)
Vigência". (BRASIL, 1990)

Vamos nos ater especificamente no inciso IV desse Artigo 101, pois ele trata daquele jovem que foi inserido no Inciso III do Artigo 98 do ECA, prevendo a possibilidade de esse jovem ser “incluído em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente”.

Esse inciso está em perfeita consonância com o Artigo 227 da CF, principalmente, em dois aspectos:

- I. Reconhece que o jovem que recebe uma medida de proteção passa a carecer de um cuidado especial;
- II. Ao se referir a programas comunitário ou oficial viabiliza a participação da sociedade nesse processo de proteção.

Considerando a radicalização das posições sobre o problema do Adolescente em Conflito com a lei, onde alguns preconizam uma total aderência aos aspectos punitivos e outros consideram que qualquer comportamento inadequado dos jovens advém de condições familiares ou sociais inadequadas (e, portanto, eles seriam inimputáveis), torna-se ainda mais importante que haja uma integração de esforços e um verdadeiro trabalho em rede na execução das políticas pertinentes ao menor”. (LORENCETTI, 2011, p.13)

A citação acima foi divulgada pelo “Fórum Desenvolve Londrina”, que em 2011 escolheu como indicador para estudo o número de adolescentes em conflito com a lei. As discussões realizadas nesse Fórum são importantes, pois houve a participação de representantes dos três poderes, das escolas e da sociedade civil, sendo que a conclusão das discussões foi que todos os setores da sociedade precisam se empenhar no sentido de buscar soluções para a problemática dos jovens envolvidos com atos infracionais e com a violência de uma forma geral.

Além dessa ênfase no trabalho em rede, as propostas resultantes do estudo do Fórum procuram conciliar os três aspectos que foram julgados, fundamentais na solução desse problema: prevenção, responsabilização e recuperação. No que se refere à prevenção, são consideradas as ações junto às famílias e à escola que busquem reduzir a probabilidade de que o menor entre em conflito com a lei; na responsabilização (que muitos chamariam de repressão), salienta-se a necessidade de que os menores, especialmente na adolescência, sintam pessoalmente os reflexos de suas ações; finalmente, em relação à recuperação ou ressocialização, as ações devem induzir o jovem a buscar um lugar na sociedade que lhe permita o desenvolvimento pessoal fora do caminho da marginalidade. (LORENCETTI, 2011, p.13)

A “prevenção, responsabilização e recuperação” são de fato os caminhos que devem ser adotadas na implementação das políticas públicas voltadas para esses jovens. Os integrantes do referido Fórum, ao discutirem prioridades para a educação, apresentaram como proposta “implantar trabalho preventivo nas escolas, por meio de equipes multidisciplinares

por assistente social, psicólogo e pedagogo, com apoio do CMCA – Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, visando a criação de um núcleo de conciliação no espaço escolar”.

Consideramos que as discussões e os entendimentos divulgados por esse Fórum, formado por diferentes atores sociais, é um fator positivo na relação sociedade civil e Estado, no que se refere à proteção integral da criança e do adolescente, uma vez que de acordo com o já citado, Artigo 227 da CF, essa responsabilidade é de todos.

Além disso, fica difícil imaginar que o mesmo Estado que é encarregado de “Vigiar e Punir”, consiga sozinho criar mecanismos eficientes de “Proteção e Inclusão”. Essa consideração leva a intuir que são importantes as parcerias com outros setores da sociedade, principalmente, com as Organizações do Terceiro Setor.

5 OS ATOS INFRACIONAIS PRATICADOS NAS ESCOLAS E QUE GERARAM BOLETINS DE OCORRÊNCIA ENCAMINHADOS AO CLUBE DO NAIS

Ooooooooooh! Oooi!
 Vocês que fazem parte dessa massa
 Que passa nos projetos do futuro
 É duro tanto ter que caminhar
 E dar muito mais do que receber...
 E ter que demonstrar sua coragem
 À margem do que possa parecer
 E ver que toda essa engrenagem
 Já sente a ferrugem lhe comer...
 Êêêêh! Oh! Oh!
 Vida de gado
 Povo marcado, Êh!
 Povo feliz!...(2x)
 Lá fora faz um tempo confortável
 A vigilância cuida do normal
 Os automóveis ouvem a notícia
 Os homens a publicam no jornal...
 E correm através da madrugada
 A única velhice que chegou
 Demoram-se na beira da estrada
 E passam a contar o que sobrou...
 Êêêêh! Oh! Oh!
 Vida de gado
 Povo marcado, Êh!
 Povo feliz!...(2x)
 Ooooooooooh! Oh! Oh!
 O povo foge da ignorância
 Apesar de viver tão perto dela
 E sonham com melhores tempos idos
 Contemplam essa vida numa cela...
 Esperam nova possibilidade
 De verem esse mundo se acabar
 A Arca de Noé, o dirigível
 Não voam nem se pode flutuar
 Não voam nem se pode flutuar
 Não voam nem se pode flutuar...
 Êêêêh! Oh! Oh!
 Vida de gado
 Povo marcado, Êh!
 Povo feliz!...(2x)
 Ooooooooooooooooooh! (ZÉ RAMALHO, Admirável Gado Novo, 2008)

A letra da canção de Zé Ramalho foi composta no final da década de 1970, num período em que o Brasil ainda convivia com a Ditadura Militar. Em face desse momento histórico, observa-se na letra uma forte crítica social. Porém, o compositor utiliza como referência para sua composição, o livro de Aldous Huxley (1979), “Admirável Mundo Novo”, romance de ficção científica escrito em 1932. Nesse romance o autor nos apresenta uma hipotética sociedade, na qual os indivíduos foram pré-condicionados biologicamente e condicionadas psicologicamente a viverem em perfeita harmonia com as leis e ordens sociais

vigentes, sem nenhuma possibilidade de contestação e senso crítico. Nesse ambiente fictício criado por Aldous Huxley as dúvidas que porventura poderiam surgir, em relação ao sistema, deveriam ser eliminadas por meio do uso de uma droga chamada de “soma”. Assim, o autor escreveu sobre uma sociedade que de fato poderia ser considerada como admirável, pois conseguia impor-se como um modelo de perfeição e de ordem, escondendo as desigualdades e as mazelas sociais existentes. Diante do contexto dessa sociedade fictícia, fica a interrogação se não é esse o papel que a sociedade espera da escola, ou seja, que faça a homogeneização social.

A letra de Admirável Gado Novo trata de uma situação semelhante àquela se apresenta hoje no Brasil, quando o assunto é crianças e adolescentes em situação de conflito com a lei. Ao mesmo tempo em que temos o Estatuto da Criança e do Adolescente que é considerado referência mundial, ainda não conseguimos fazer inclusão social eficiente na maioria dos casos de atos infracionais, principalmente, nos casos de infração grave, quando o adolescente é privado de sua liberdade.

Cabe aqui também fazer um comentário sobre o Inciso I, do Art. 35 da Lei do SINASE (BRASIL, 2012a): “Art. 35. A execução das medidas socioeducativas reger-se-á pelos seguintes princípios: I - legalidade, não podendo o adolescente receber tratamento mais gravoso do que o conferido ao adulto”. Porém, o Art. 88 da Lei 9099, de 26 de setembro de 1995, dispõe o seguinte: “Art. 88. Além das hipóteses do Código Penal e da legislação especial, dependerá de representação a ação penal relativa aos crimes de lesões corporais leves e lesões culposas”. (BRASIL, 1995). Dessa forma, desde a edição dessa lei, nenhum adulto poderá ser processado por fatos como lesões leves, ameaças ou danos, se não houver um pedido expresso da vítima. Porém, esse benefício não foi estendido aos adolescentes, sob o argumento de que as medidas socioeducativas têm o objetivo educacional e não punitivo, mesmo que as medidas sejam cumpridas no regime fechado.

Nessas situações os mecanismos de inclusão social quase não existem e os existentes não conseguem atender toda a demanda apresentada. Sendo assim, as pessoas que tiverem contato com o ECA e com o SINASE, sem de fato conhecer a realidade social, poderão chegar à conclusão que o Brasil conseguiu resolver de forma satisfatória todas as questões que envolvem os menores de idade. Entretanto, a partir de uma análise mais aprofundada da realidade é possível verificar que existem problemas relacionados com a violência, com o uso de drogas, entre outros, que ainda não foram devidamente solucionados e que para isso ocorrer é necessário um envolvimento de toda a sociedade.

Por esse motivo, houve uma preocupação do Estado em municipalizar as medidas em meio aberto, ou seja, aquelas que são aplicadas nas infrações considerada leves. Entendeu-se que o Município, por estar mais próximo dos adolescentes e das famílias, possui melhores condições para desenvolver programas de inclusão social para os jovens que se encontram em situação de conflito com a lei. E esse processo de inclusão social deve se dar por meio de ações conjuntas do Poder Público e de toda a Sociedade Civil.

A municipalização do atendimento é a primeira diretriz no campo das medidas socioeducativas. Ela gera efeitos diretos sobre os programas de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade - medidas não detentivas que não implicam a contenção do adolescente -, e efeitos indiretos sobre as demais medidas socioeducativas. Para elucidar esta equação é de fundamental importância reconhecer que a municipalização, enquanto princípio norteador da organização das políticas de atenção ao adolescente, exige que todas as ações, sem distinção, sejam elas de cunho social básico, de proteção especial ou mesmo de natureza socioeducativa, estejam articuladas no âmbito municipal. Esta articulação pressupõe a existência de uma rede de serviços, em que a responsabilidade é compartilhada pelos diferentes entes políticos. Há uma definição inicial de competências exclusivas, seguida de um rol de competências concorrentes que não só podem como devem ser compartilhadas pelos estados, municípios e a União. (SPOSATO, 2004, p.15)

Visando facilitar a compreensão do papel das esferas de poder no que se refere à aplicação das medidas socioeducativas, apresentamos um quadro com o tipo de medida e as respectivas competências.

Quadro 13 - Demonstrativos das atribuições dos órgãos e esferas do Poder Público com referência às medidas socioeducativas

MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	UNIÃO	ESTADOS	MUNICÍPIOS
Advertência	Legisla e Normatiza (destaque às Resoluções do CONANDA)	Legisla supletivamente, Normatiza (destaque às Resoluções dos Conselhos Estaduais) e executa por meio do Poder Judiciário	Normatiza (destaque às Resoluções dos Conselhos Municipais)
Obrigação de Reparar o Dano			
Prestação de Serviços à Comunidade	Legisla, Normatiza (destaque às Resoluções do CONANDA) e Financia	Legisla supletivamente, Normatiza (destaque às Resoluções dos Conselhos Estaduais); Executa subsidiariamente ao Município; e Fiscaliza por meio do Poder Judiciário	Normatiza (destaque às Resoluções dos Conselhos Municipais) Financia e Executa, podendo haver participação da ONGs
Liberdade Assistida			

		Executa subsidiariamente ao Município; e Fiscaliza por meio do Poder Judiciário	podendo haver participação da ONG
Semiliberdade		Legisla supletivamente, Normatiza (destaque às Resoluções dos Conselhos Estaduais); Executa e Fiscaliza através do Poder Judiciário	Normatiza (destaque às Resoluções dos Conselhos Municipais) e Executa em cogestão com o Estado
Internação		Legisla supletivamente, Normatiza (destaque às Resoluções dos Conselhos Estaduais); Executa e Fiscaliza através do Poder Judiciário	Normatiza (destaque às Resoluções dos Conselhos Municipais) e Executa em cogestão com o Estado

Fonte: SPOSATO, 2004, p.12

5.1 Proteção integral à criança e ao adolescente no município de Sorocaba

No município de Sorocaba, foi aprovada a Lei nº 8627, de 04 de dezembro de 2008, que trata da proteção integral à criança e ao adolescente, visando a garantia de seus direitos fundamentais. A lei é bastante abrangente e trata, entre outros assuntos, do: NAIS - Núcleo de Acolhimento Integrado de Sorocaba; do FUNCAD - Fundo da Criança e do Adolescente; do CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Tutelar de Sorocaba. (SOROCABA, 2008)

Visando sistematizar todos os programas voltados para o atendimento à criança e ao adolescente, também, desde 2006 está se discutindo em Sorocaba a elaboração de um “Plano Municipal de Atenção ao Adolescente em Conflito com a Lei”, que consiste na sistematização das orientações técnicas e das diretrizes balizadoras para execução e atendimento ao adolescente nas medidas socioeducativas em meio aberto.

A proposta para elaboração desse plano partiu do conhecimento e da vivência acumulados pela Secretaria da Juventude, Secretaria da Cidadania, Centro de Referência Especializado em Assistência Social, ONGs que operam os sistemas de Liberdade Assistida e unidades UAI/UIP (Unidade de Atendimento Inicial/Unidade de Internação Provisória). A finalidade é preservar e aplicar todo o saber construído, à luz das responsabilidades na consecução das políticas públicas, principalmente aquelas dirigidas aos adolescentes em conflito com a lei.

Nesse sentido, o principal objetivo de todos os envolvidos na questão da criança e do adolescente é viabilizar a unificação dos procedimentos e dos principais conceitos que informam o atendimento dos adolescentes no cotidiano da execução da medida em meio aberto, bem como melhorar a qualidade das relações ali estabelecidas.

O aspecto central do plano municipal de atendimento é, a partir do olhar para a subjetividade de cada adolescente e das circunstâncias do ato infracional cometido, planejar as ações em relação a cada um. Para isso, é necessária a elaboração de um Plano Individual de Atendimento (PIA), para cada adolescente que se encontra em medida socioeducativa em meio aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade), instrumento que está previsto no Capítulo IV do SINASE, do qual destacamos a seguir alguns dos seus artigos:

Art. 52. O cumprimento das medidas socioeducativas, em regime de prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade ou internação, dependerá de Plano Individual de Atendimento (PIA), instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente.

Parágrafo único. O PIA deverá contemplar a participação dos pais ou responsáveis, os quais têm o dever de contribuir com o processo ressocializador do adolescente, sendo esses passíveis de responsabilização administrativa, nos termos do art. 249 da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), civil e criminal.

Art. 53. O PIA será elaborado sob a responsabilidade da equipe técnica do respectivo programa de atendimento, com a participação efetiva do adolescente e de sua família, representada por seus pais ou responsável.

Art. 54. Constarão do plano individual, no mínimo:

- I - os resultados da avaliação interdisciplinar;
- II - os objetivos declarados pelo adolescente;
- III - a previsão de suas atividades de integração social e/ou capacitação profissional;
- IV - atividades de integração e apoio à família;
- V - formas de participação da família para efetivo cumprimento do plano individual;
- e
- VI - as medidas específicas de atenção à sua saúde.

Art. 55. Para o cumprimento das medidas de semiliberdade ou de internação, o plano individual conterá, ainda:

- I - a designação do programa de atendimento mais adequado para o cumprimento da medida;
- II - a definição das atividades internas e externas, individuais ou coletivas, das quais o adolescente poderá participar; e
- III - a fixação das metas para o alcance de desenvolvimento de atividades externas.

Parágrafo único. O PIA será elaborado no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias da data do ingresso do adolescente no programa de atendimento. (BRASIL, 2012a)

O plano municipal, também, pretende registrar e normatizar o modo como se efetiva a garantia de direitos na execução das medidas socioeducativas em meio aberto, consolidando importante avanço na implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente e afirmando a viabilidade da mudança paradigmática, que está em curso no Brasil desde o advento dessa Lei.

A completa implementação do plano toma como fundamento para sua operacionalização e gestão, a política de parcerias entre as Secretarias Municipais afins com vistas à abertura para a sociedade e, sobretudo, para a rede de atendimento à população jovem, sempre pensando na perspectiva de potencialização das ações e corresponsabilização social dos adolescentes em medida socioeducativa.

Sendo assim, o Município de Sorocaba, por meio de um sistema de instituições formado pelas Secretarias Municipais que integram o Eixo Social, o CREAS e as organizações sociais, contando com a coordenação da Secretaria da Juventude, está estruturando o Plano de atenção ao adolescente em conflito com a Lei, com a finalidade de garantir a promoção do desenvolvimento integral do jovem na faixa etária de 12 a 18 anos, excepcionalmente até 21 anos a quem se atribui ato infracional, em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto: Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade e Egressos de medida socioeducativa.

As metas do plano são de oferecer a esse jovem, subsídios necessários para que ele possa exercer conscientemente sua cidadania e para isso tem por princípios a operação em três grandes movimentos:

- I. Pré Medida: Acolhimento dos Adolescentes pelo Clube do NAIS;
- II. Aplicação das Medidas Sócio-Educativa (MSE): acompanhamento dos jovens pelas organizações responsáveis pelo cumprimento das medidas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço a Comunidade;
- III. Período Pós-Medida: programa de apoio aos egressos das medidas socioeducativas.

A estruturação desses três movimentos tem como objetivos:

- Realizar o acompanhamento dos adolescentes em conflito com lei, antes durante e após o cumprimento das medidas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade;
- Prevenir a reincidência, através das ações socioeducativas;
- Inserir os adolescentes em conflito com a Lei nos programas existentes no Município, de acordo com a demanda de cada situação;
- Promover o desenvolvimento do adolescente em conflito com a lei, observando os vários aspectos e aptidões do adolescente, com ênfase no resgate dos laços e convívio familiares e comunitários.

O planejamento e implementação do Plano municipal de atenção ao adolescente em conflito com a Lei também atende os parâmetros estabelecidos pela Resolução CNAS nº

109/2009, no que se refere aos “Serviços da Proteção Especial – Média Complexidade”, que trata do serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos (PAEFI).

Serviço de Proteção e Atendimentos Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI: serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social. (BRASIL, 2009)

O fato do município de Sorocaba já estar empenhado na construção de uma rede de proteção voltada a crianças e adolescentes, facilita a possibilidade da implantação do serviço social nas escolas. A participação de assistentes sociais nas escolas é um dos instrumentos que podem evitar que os jovens se tornem adolescentes em situação de conflito com a lei. Além disso, esses profissionais passarão a integrar a rede de proteção que está sendo estabelecida no referido plano municipal.

Outro fator que facilita a criação de um projeto de integração entre Terceiro Setor, Escola e Assistência Social em Sorocaba é a existência do Clube do NAIS, que já realiza um serviço de proteção aos jovens, como vamos descrever a seguir.

5.2 Clube do NAIS – Núcleo de Acolhimento Integrado de Sorocaba

Dentro do planejamento estratégico do Município de Sorocaba foi inserido o plano e atenção ao adolescente em conflito com a lei. Já foram implementadas várias ações que visam cumprir a Lei Municipal nº 8627, de 04 de dezembro de 2008, que trata da proteção integral à criança e ao adolescente. (SOROCABA, 2008)

Dentre as ações, foi criado um programa que tem por objetivo dar apoio ao jovem em situação de conflito com a lei, durante o período em que ele aguarda a determinação, por parte da Vara da Infância e da Juventude, de uma medida socioeducativa a ser cumprida.

Trata-se do Clube do NAIS – Núcleo de Acolhimento Integrado de Sorocaba - que oferece acolhimento e atendimento aos jovens, atuando na prevenção da reincidência por meio de ações multidisciplinares, que visam possibilitar maior integração do jovem com a comunidade.

No Clube do NAIS, o jovem autor de ato infração é acolhido e encaminhado para avaliação psicossocial, onde recebe orientação e passa a contar com acompanhamento feito por profissionais especializados: assistente social, psicólogo, biólogo, professores de esporte, arte e música.

A partir de sua inclusão no programa, o adolescente pode participar de várias atividades multidisciplinares, antes de ser encaminhado para o cumprimento da medida socioeducativa, se for o caso. A participação nas atividades no Clube do NAIS não é obrigatória, ficando a escolha a critério do próprio jovem.

A criação do Clube do NAIS se deu por meio de uma parceria entre o Governo Municipal e uma Organização da Sociedade Civil, sendo justificada pelo elevado número de processos que se encontravam na Vara da Infância e da Juventude. Fato que acarretava uma demora nos procedimentos judiciais, principalmente nos casos de adolescentes envolvidos em atos infracionais leves.

Dessa forma, apesar de os Boletins de Ocorrência serem encaminhados para o Promotor de Justiça da Infância e da Juventude de Sorocaba, quando não se tratava de ação infracional grave, o processo ficava parado nos cartórios, aguardando andamento, o que somente era feito após o prazo médio de oito meses, dificultando, assim, a aplicação da medida socioeducativa.

E mesmo após o adolescente ter sido ouvido pelo Promotor de Justiça e o mesmo ter proposto a aplicação de medida socioeducativa, o procedimento ficava, novamente, parado no cartório, em função do acúmulo de processos que aguardam movimentação. Em muitos casos os adolescentes somente eram chamados em Juízo, para o início do cumprimento da medida imposta, até dois anos depois da prática do ato infracional.

Essa situação foi se agravando e, em 2005, tornou-se notório e preocupante o fato de que os índices de criminalidade envolvendo a população jovem cresciam no município. A partir da constatação de tais dificuldades e entraves, um grupo de pessoas envolvidas com a questão, formado por representantes da Sociedade Civil, Poder Público (Executivo e Legislativo), Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA), Organizações não governamentais (ONGs), se mobilizaram com o objetivo de buscar alternativas que pudessem reverter o quadro de envolvimento de jovens com atos infracionais.

Uma das propostas defendidas pelo grupo foi a atuação por meio de ações preventivas, imediatas e concretas, no sentido de agilizar uma intervenção de caráter social e técnico no atendimento àqueles adolescentes.

Além dessa frente de atuação, o grupo também defendia a implantação de um projeto que atendesse à população jovem vulnerável, visando o cumprimento do que está disposto no Artigo 88, inciso V do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, que preconiza o atendimento imediato aos adolescentes e jovens com idade entre 12 e 18 anos que aguardam a tramitação do processo legal a que estão submetidos, com o intuito de evitar ou diminuir a

reincidência de ato infracional e possibilitar novas oportunidades de planejamento de vida, por meio do atendimento clínico de equipe multidisciplinar.

Art. 88. São diretrizes da política de atendimento:

...

V - integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, preferencialmente em um mesmo local, para efeito de agilização do atendimento inicial a adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional. (BRASIL, 1990)

Para criação do projeto de atendimento aos adolescentes envolvidos com a prática de atos infracionais no município de Sorocaba, formou-se um grupo composto de integrantes de representantes dos mais variados setores da sociedade, e foram visitados os Núcleos de Atendimento Integrado das cidades de São Carlos e Americana. Além disso, também foi conhecido o trabalho realizado pela Fundação Criança, em São Bernardo do Campo e, ainda, realizou-se em 2005, uma audiência Pública na Câmara Municipal de Sorocaba, quando se fortaleceu a ideia da criação de um Núcleo de Acolhimento Integrado de Sorocaba (NAIS).

A implantação do NAIS em Sorocaba começou a ser discutida, portanto, em meados de 2005, porém, a parceria para execução do projeto somente ocorreu em 2006, por meio de um convênio com uma associação sem fins lucrativos, o Serviço de Obras Sociais – SOS. Os recursos financeiros para implantação vieram do CMDCA – Conselho Municipal de Assistência Social, do SOS e da Prefeitura de Sorocaba. Já os recursos para manutenção do projeto são oriundos da Prefeitura de Sorocaba, repassados ao SOS por meio de convênio com a Secretaria da Juventude.

O Clube do NAIS foi instalado em uma antiga área de esporte e laser, que por muito tempo pertenceu à Associação Atlética Banco do Brasil (AABB), situada na Av. Comendador Pereira Inácio, 2.239, no município de Sorocaba/SP.

Porém, a proposta inicial era que o projeto fosse instalado nas dependências da Associação Atlética Scarpa (Clube Scarpa), que no passado já havia sido um grande complexo de lazer, com piscinas, campo de futebol, pista de atletismo e sede social. O Clube Scarpa se localiza em uma travessa da Rua Comendador Oeterer, bairro Além Linha, ao lado das instalações da antiga FEPASA, sendo um espaço grande e localizado numa área próxima aos terminais de ônibus, o que facilitaria o acesso dos jovens. Entretanto, os moradores das imediações do clube se mobilizaram e impediram a continuidade do processo de instalação. Importante destacar que na Rua Comendador Oeterer, também, foi instalado em 13 de agosto de 2007 o Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente, porém, em função de inúmeros protestos dos moradores vizinhos o Centro teve que ser transferido para outro

espaço. Esses movimentos surgiram em função de terem ocorrido desentendimentos entre os jovens, sendo necessária a presença da Polícia Militar no local.

Outra proposta foi a de instalar o projeto em uma casa que estivesse ao lado de um Centro Esportivo. Porém, a ideia não prevaleceu, pois o grupo instituidor entendia que o Clube do NAIS precisaria possuir uma característica própria, que o identificasse e o tornasse um local de referência para os jovens, principalmente, no aspecto do esporte e do lazer.

Por esses motivos, o projeto foi instalado num espaço particular, alugado e pago pela Prefeitura de Sorocaba, com 25 mil metros quadrados, onde existe um amplo salão de eventos, salas de atendimentos, vestiários, quadra poliesportiva e campos de futebol de salão e de campo. Como o espaço permaneceu abandonado, por um longo período, desde a saída da Associação Atlética Banco do Brasil, foi necessário uma ampla reforma do local. Essa reforma foi custeada com recursos do FUMCAD – Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, recursos próprios da organização gestora (SOS) e recursos do Governo Municipal. A inauguração do projeto foi no dia 8 de outubro de 2007, sendo que a sistematização dos trabalhos realizados seguem o que está previsto na Lei municipal nº 8627/2008.

O projeto é uma parceria da Prefeitura de Sorocaba, Secretaria Municipal da Juventude (SEJUV), por meio de um convênio com o Serviço de Obras Sociais (SOS). Além desse convênio, o projeto também conta como o apoio do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Promotoria da Infância e da Juventude, Vara da Infância e da Juventude, Fundação Casa e Delegacia da Infância e da Juventude (DIJU). O principal objetivo do Clube do NAIS é proporcionar qualidade no atendimento e evitar marginalização dos adolescentes.

O programa atende jovens com a idade entre 12 a 18 anos que tenham sido citados como autores de atos infracionais nos boletins de ocorrência registrados na DIJU – Delegacia da Infância e Juventude. Os funcionários da DIJU orientam os responsáveis pelos menores, que cometeram atos infracionais leves, para que compareçam no Clube do NAIS e, também, encaminham para o programa uma cópia do boletim de ocorrência.

A partir dessas informações, os técnicos do projeto aguardam a presença do responsável e do adolescente no local, se isso não ocorrer, é realizada uma visita ao endereço que consta no boletim de ocorrência, sempre com o intuito de trazer o jovem e a família para o projeto. Se mesmo após a visita domiciliar não houver a participação, seja por desinteresse ou por endereço incorreto, esse fato será comunicado ao Ministério Público. A partir desse

comunicado, o Promotor pode priorizar a oitiva desse adolescente, uma vez que é necessário verificar o motivo pelo qual o mesmo não aderiu ao projeto.

O ingresso ao programa, bem como a permanência do adolescente não ocorre por determinação judicial, mas está condicionada ao interesse do mesmo, podendo ser estender mesmo após a avaliação do processo. Nesse caso, por determinação do Juiz, que pode entender que é melhor a continuidade da participação do jovem no Clube do NAIS por um período maior.

Conforme estabelecido na lei municipal 8627/08, art. 9º, os critérios de ação do Clube do NAIS são os seguintes:

- I. Orientação jurídica acerca da responsabilidade decorrente da prática de ato infracional;
- II. Orientação psicológica, com investigação das razões que levaram o adolescente à prática, em tese, de ato infracional;
- III. Orientação social, quando se verificar que o adolescente se encontra em situação de risco social ou vulnerabilidade social, em decorrência da situação social de sua família, ou de seus responsáveis;
- IV. Orientação pedagógica, quando se verifica deficiência do adolescente em sua escolarização, encaminhando-o, por ofício, para imediata matrícula escolar, quando assim se fizer pertinente;
- V. Acompanhamento do adolescente e sua família junto à rede social de proteção, se assim se fizer pertinente;
- VI. Acompanhamento do adolescente autor de ato infracional não considerado grave, junto ao Distrito Policial e mesmo nos Plantões Policiais, quando da lavratura do boletim de ocorrência;
- VII. Acompanhamento do adolescente junto ao IML – Instituto Médico Legal e ao IC – Instituto de Criminalística;
- VIII. Acompanhamento do adolescente junto ao Poder Judiciário, ao Ministério Público, à Fundação Casa e às entidades responsáveis pelas medidas socioeducativas de Semiliberdade, Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade;
- IX. Encaminhamento do adolescente e sua família para rede pública de saúde, se assim se fizer pertinente;
- X. Encaminhamento do adolescente para rede pública de ensino, requisitando, por ofício, seus últimos boletins escolares;

- XI. Inclusão do adolescente e sua família em programas internos e externos de geração de renda, de profissionalização, de esporte e lazer, culturais e outros que evitem a marginalização indicada pela prática, em tese, de ato infracional;
- XII. Acompanhamento do adolescente para regularização de sua documentação, requisitando-se dos órgãos públicos, por ofício, documentos pertinentes. (SOROCABA, 2008)

As atividades desenvolvidas pelo Clube do NAIS estão em consonância com a legislação brasileira, que estabelece procedimentos e penalidades administrativas ou medidas socioeducativas para crianças ou adolescentes em conflito com a lei, situados abaixo da maioridade penal. As normas brasileiras, por sua vez, também seguem os acordos internacionais que tratam desse tema, como, por exemplo, as “Diretrizes de Riad”, que fazem parte das diretrizes das Nações Unidas para prevenção da delinquência juvenil (ONU – 1º de março de 1988 – Riad).

As Diretrizes de Riad concentram-se na prevenção da delinquência juvenil mediante a participação de todos os segmentos da sociedade e a adoção de uma abordagem voltada à criança. As diretrizes estão fundamentadas na estratégia de que a prevenção da delinquência juvenil é uma parte essencial da prevenção do crime na sociedade. Como instrumento de orientação na elaboração de políticas públicas, as Diretrizes de Riad define o papel da família, da educação, da comunidade e da mídia para as massas, e ainda estabelece o papel e a responsabilidade da política social, da legislação, da administração da justiça juvenil, da pesquisa e desenvolvimento e coordenação de políticas.

As Diretrizes exortam os Estados a elaborarem e implementarem planos abrangentes, em todos os níveis de governo, para a prevenção da delinquência juvenil. E para que essas ações de prevenção sejam efetivas, deve haver uma estreita cooperação entre todos os setores relevantes da sociedade, por exemplo: os vários níveis de governo, o setor privado, cidadãos representantes da comunidade, os conselhos de direitos da criança e do adolescente, organizações de aplicação da lei e instâncias judiciais. Devendo haver pessoal especializado em todos os níveis.

Essas diretrizes das Nações Unidas dizem que os Estados-membros deverão prestar uma atenção especial às políticas de prevenção que favoreçam a socialização e a integração eficazes de todas as crianças e jovens, particularmente por meio da família, da comunidade, dos grupos de jovens nas mesmas condições, da escola, da formação profissional e do meio trabalhista, como também mediante a ação de organizações voluntárias. Além disso, deverá ser respeitado, devidamente, o desenvolvimento pessoal das crianças e dos jovens, que

deverão ser aceitos, em pé de igualdade, como coparticipantes nos processos de socialização e integração.

As Diretrizes de Riad, as convenções internacionais e as legislações brasileiras têm objetivado fazer com que os programas voltados para as crianças e os adolescentes possuam um número adequado de técnicos, espaço físico bem estruturado, opções de atividade, gestão financeira e administrativa, além de parcerias integradas à rede social de proteção. Pois são alguns dos elementos que garantem a qualidade e eficiência a esses programas.

Assim, o Clube do NAIS pode ser considerado um modelo que atende às orientações das Diretrizes de Riad, pois visa acolher, atender, dar crédito e atuar para que o adolescente e sua família tenham atendimento imediato.

A chegada ao Clube do NAIS se dá mediante o encaminhamento da DIJU ou através do convite feito pelo próprio programa no processo de acolhimento, momento em que os aspectos psicossociais são diagnosticados e fatores identificados como propulsores no seu processo de vulnerabilidade, recebendo intervenções imediatas.

Entre suas ações, encontra-se a contextualização destes mesmos aspectos psicossociais em circuito integrado ao sistema de justiça por meio do sistema on-line FAI (Ficha de Atendimento Individual). Esse sistema possibilita que dados pessoais dos adolescentes, como a trajetória e as vulnerabilidades individuais apresentadas sejam observados pelo sistema de justiça. A Ficha de Atendimento Individual também está prevista na Lei 8627/08 | Lei nº 8627 de 04 de dezembro de 2008 de Sorocaba.

Art. 5º O âmbito da comarca de Sorocaba, os atendimentos individuais de crianças e adolescentes em situação de risco, nos termos do art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente, serão cadastrados em uma Ficha de Acolhimento Individual - FAI, preservado o sigilo absoluto das informações, com fiscalização do Ministério Público e da Vara da Infância e da Juventude de Sorocaba. (SOROCABA, 2008)

Em 2011, foram atendidos, pelo projeto Clube do NAIS, 1.151 adolescentes, conjunto composto em sua maioria por jovens do sexo masculino, com idades entre 16 e 17 anos. Os atos configuram-se com supremacia entre lesão corporal, uso ou porte de drogas e furto.

Quadro 14 - Adolescente atendidos pelo clube NAIS em 2011. Classificação por sexo.

SEXO	NÚMERO DE ATENDIDOS	PERCENTUAL
Masculino	917	79,67%
Feminino	234	20,33%

Elaborado pelo autor, com base nos Boletins de Ocorrência encaminhados ao Clube do NAIS em 2011 (2013).

Quadro 14 - Adolescentes atendidos pelo clube NAIS em 2011. Classificação por idade.

IDADE	NÚMERO DE ATENDIDOS	PERCENTUAL
18 anos	016	1,39%
17 anos	305	26,50%
16 anos	280	24,33%
15 anos	194	16,85%
14 anos	172	14,94%
13 anos	113	9,82%
12 anos	048	4,17%
Menores de 12 anos	015	1,30%
Não consta no BO	008	0,70%

Elaborado pelo autor, com base nos Boletins de Ocorrência encaminhados ao Clube do NAIS em 2011 (2013).

Quadro 16 - Adolescentes atendidos pelo clube do NAIS em 2011. Classificação por tipo de ato infracional.

ATO INFRACIONAL	NÚMERO DE ATENDIDOS	PERCENTUAL
Artigo 129 – Lesão Corporal	234	20,33%
Artigo 16 – Porte ou uso de drogas	179	15,55%
Não consta no BO	169	14,68%
Artigo 155 - Furto	155	13,47%
Artigo 147 - Ameaça	098	8,51%
Artigo 281 CTN – Dirigir s/ habilitação	086	7,47%
Artigo 138 a 140 – Calúnia/difamação/injúria	047	4,08%
Artigo 12 (Lei 6368) Tráfico de drogas	045	3,91%
Artigo 180 - Receptação	034	2,95%
Artigo 163ss - Dano	027	2,35%
Artigo 214 – Atentado violento ao pudor	012	1,04%
Artigo 330 - Desacato	011	0,96%
Artigo 16 (Lei 10826) Porte/Disparo de arma de fogo	010	0,87%
Artigo 42 (Lei 3688) Perturbar o	010	0,87%

trabalho ou sossego alheio		
Artigo 146 – Constrangimento ilegal	010	0,87%
Artigo 299 – Falsidade ideológica	007	0,61%
Artigo 213 - Estupro	006	0,52%
Artigo 157 – Roubo Qualificado/simples/extorsão	005	0,43%
Artigo 217 - Sedução	002	0,17%
Artigo 50 – Periclitacão da vida e da saúde	002	0,17%
Artigo 157ss - Latrocínio	001	0,09%
Artigo 171ss – Estelionato e outras fraudes	001	0,09%

Elaborado pelo autor, com base nos Boletins de Ocorrência encaminhados ao Clube do NAIS em 2011 (2013).

Desde a sua inauguração, o Clube do NAIS cadastrou mais de 3.000 adolescentes, sendo que esses dados foram disponibilizados na Ficha de Atendimento Individual - FAI, visando auxiliar a rede social de proteção. Foram prestados atendimento a 70% do total de boletins de ocorrência recebidos, a quem destinou-se mais 40.000 tipos de intervenções interdisciplinares.

Após mais de três anos de funcionamento, a equipe operacional do projeto percebeu a necessidade de se ampliar a grade de atividades desenvolvidas pelo Clube do NAIS, pois para incentivar os jovens a participarem do projeto é necessário oferecer diversas opções de atividades. Por esse motivo, foram criados os seguintes projetos: “Projeto Música na Prática” e “SOS ECO- Educação Ambiental e Cidadania”. São projetos que começaram com recursos da própria organização executora, mas que devido à comprovação da sua relevância social, acabaram recebendo apoio da iniciativa privada e do poder público.

Além desses dois projetos, desenvolvidos de forma continuada e sistematizada, o Clube do NAIS conta, ainda, com diversas oficinas, tais como: acupuntura, futebol, basquetebol e judô. A Prefeitura de Sorocaba, também, realiza cursos profissionalizantes de curta duração para os participantes do projeto.

É preciso tratar de forma mais detalhada os projetos desenvolvidos como atividades complementares pelo Clube do NAIS para intensificar sua densidade, o que será feito a seguir.

5.3 Projeto música e serigrafia na prática

Esse projeto foi criado dentro do Clube do NAIS em função das sugestões, apresentadas pelos jovens, que gostariam de participar de atividades relacionadas à música.

Assim, foi criada uma oficina de “bate lata”, com instrumentos feitos pelos próprios adolescentes, a partir de materiais recicláveis. Como houve uma grande participação nessa oficina de música, em 2009 foi elaborado um projeto mais sistematizado e estruturado para ser apresentado ao CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, visando receber recursos do FUMCAD – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo que o projeto foi aprovado e recebeu o apoio financeiro, por meio de incentivos fiscais.

Com a vinda desses recursos o projeto passou para uma nova fase, com a contratação de mais profissionais especializados e a compra de novos equipamentos. Visando a continuidade das oficinas, o projeto foi apresentado e aprovado pelo CMDCA em 2010 e 2011. Além desses recursos, em 2011 o projeto recebeu a doação de instrumentos para a criação da “Banda do NAIS”. O projeto atende 80 adolescentes, mensalmente, oferecendo aulas de: canto coral, violão, guitarra, bateria e curso de DJ. E a “Banda do NAIS” já fez várias apresentações públicas na cidade.

Atualmente os profissionais envolvidos no projeto estão transformando as ações, visando uma formação para o mundo do trabalho, uma vez que é possível que os jovens tenham uma fonte de renda a partir do seu conhecimento musical. Os técnicos do projeto perceberam que alguns jovens estavam sendo convidados para ensinar a tocar violão ou para animarem festas de aniversário. Porém, eles não tinham condições de comprar os instrumentos necessários para exercerem essa atividade. Por esse motivo, o projeto passou a fazer o empréstimo de violões e de mesa de som para os jovens, e essa ação foi muito bem sucedida. Assim, o projeto está buscando outras parcerias para comprar um número maior de equipamentos para serem emprestados aos adolescentes.

5.4 Projeto SOS ECO- educação ambiental e cidadania

O Projeto SOS ECO foi criado em 2009 com a finalidade de aproximar os adolescentes das atividades ambientais práticas e teóricas. Por esse motivo, o SOS adquiriu um terreno com 6.000 m² ao lado de uma área verde e elaborou um projeto visando receber recursos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, para que pudesse instalar uma

estufa, com 350 m², para produção de mudas nativas e fazer a contratação de uma bióloga para ser a coordenadora do projeto.

Em 2009 o projeto foi aprovado em primeiro lugar na seleção feita pelo CMDCA e conseguiu os recursos que precisava para sua instalação. Já em 2010, o projeto foi selecionado entre 600 participantes de todo o país e recebeu o apoio financeiro do FIES Itaú – Fundo Itaú de Excelência Social. Com esses recursos, foi construída outra estufa, com 350 m², para produção de hortaliças pelo sistema de semi-hidroponia a vaso. Os recursos também foram suficientes para a construção do escritório, do laboratório para processamento de sementes, depósito, banheiros e, ainda, para pagamento dos salários da equipe técnica. E em 2011 o projeto foi novamente apresentado e aprovado para receber recursos do FUMCAD.

Desde 2009, o projeto conta com o apoio técnico do curso de Gestão Ambiental da UNISO – Universidade de Sorocaba e é conveniado com a Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Por meio desse convênio a Prefeitura fornece mão de obra e os insumos necessários para a produção de mudas nativas. Em contrapartida, o projeto entrega, mensalmente, 5.000 mudas que são levadas, ainda pequenas, para serem cuidadas pelas pessoas que estão cumprindo pena dentro das penitenciárias de Sorocaba, até serem plantadas nas áreas públicas da cidade.

Oitenta adolescentes frequentam o projeto, entre adolescentes que participam do Clube do NAIS e outros que estão cumprindo a medida socioeducativa de PSC – Prestação de Serviço à Comunidade. Além disso, o projeto é aberto para a participação dos alunos das escolas de Sorocaba.

Os frequentadores do projeto participam de todo o processo de produção da mudas, desde a coleta das sementes, beneficiamento, semeadura e transplante em tubetes. Da mesma forma, participam de todo o plantio das hortaliças que são levadas para casa ou beneficiadas em oficinas de culinária.

Além das atividades práticas, o projeto também trabalha a parte teórica, por meio de visitas especializadas em outros projetos ambientais, sessão de filmes ecológicos e palestras.

Em 2012, a experiência do projeto foi apresentada no “I Congreso Latinoamericano de Ecología Urbana - Desafíos y escenarios de desarrollo para las ciudades latinoamericanas”, que foi realizado nos dias 12 e 13 de junho, no Campus Universitário da Universidad Nacional de General Sarmiento, em Buenos Aires, Argentina.

5.5 Análises dos dados obtidos na pesquisa feita com os boletins de ocorrência originados nas escolas e encaminhados ao Clube do NAIS

Em 2011 o Clube do NAIS atendeu 1.151 adolescentes que estiveram envolvidos em atos infracionais. Esses Boletins de Ocorrência foram encaminhados pela DIJU – Delegacia da Infância e do Adolescente de Sorocaba. Desses BOs recebidos, 120 tiveram origem dentro do ambiente escolar, ou seja, 10,43% dos casos.

Esses dados foram comparados com os dados obtidos em outra pesquisa, coordenada pela Profª Drª Maria Lucia de Amorim Soares, nos anos de 2001, 2002 e 2003. Nesse período, ainda não havia sido criado o Clube do NAIS, por esse motivo, a pesquisadora utilizou todos os Boletins de Ocorrência que haviam sido registrados na DIJU Sorocaba, independente da gravidade do ato infracional.

Já na pesquisa realizada para esta tese, foi possível trabalhar somente com os boletins de ocorrência encaminhados pela DIJU Sorocaba ao Clube do NAIS, ou seja, aqueles boletins que registraram as infrações consideradas leves e de menor potencial ofensivo.

Outra consideração que se faz necessária é que a pesquisa coordenada por Soares (2005) analisou somente os boletins que tiveram origem nas escolas estaduais, já na pesquisa atual, foram analisados os boletins que tiveram origem em todas as escolas de Sorocaba, inclusive algumas particulares.

Para podermos comparar os dados obtidos nos anos de 2001, 2002 e 2003 com os dados referentes ao ano de 2011 apresentamos a seguir um quadro com essas informações:

Quadro 17 - Comparação entre os dados da pesquisa na DIJU e a realizada no Clube do NAIS

	PESQUISA REALIZADA NA DIJU EM 2001 E 2002. (SOARES, 2005)	PESQUISA REALIZADA NA DIJU EM 2003. (SOARES, 2005)	PESQUISA REALIZADA NO CLUBE DO NAIS EM 2011
Total de ocorrências	2.217 (média de 1.108 por ano)	997	1151
Ocorrências registradas nas escolas	207 (média de 103 por ano)	145	120

Elaborado pelo autor, com base nos Boletins de Ocorrência encaminhados ao Clube do NAIS em 2011 (2013).

A seguir faremos algumas comparações entre os dados relativos aos casos atendidos pelo Clube do NAIS, de uma forma geral, com os dados obtidos pela análise do BOs que tiveram origem nas escolas.

Quadro 15 - Comparativo entre os BOs encaminhados ao Clube do NAIS e que tiveram origem exclusiva em ambiente escolar.

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO INFRATOR		CASO ATENDIDOS PELO CLUBE DO NAIS, DE UMA FORMA GERAL	CASOS ORIGINADOS NAS ESCOLAS
		Total - 1151	Total - 120
Sexo	Masculino	917 - 79,67%	69 - 57,50%
	Feminino	234 - 20,33 %	51 - 42,50%
Idade	18 anos	16 - 1,36 %	02 - 1,67%
	17 anos	305 - 26,50 %	12 - 10,00 %
	16 anos	280 - 24,33 %	21 - 17,50 %
	15 anos	194 - 16,85 %	28 - 23,33%
	14 anos	172 - 14,94 %	26 - 21,67 %
	13 anos	113 - 9,82 %	23 - 19,17 %
	12 anos	48 - 4,17 %	07 - 5,83 %
	Menor de 12 anos	15 - 1,30 %	01 - 0,83 %
	Não informado	08 – 0,70%	00
Escolaridade	Ensino fundamental incompleto	164 – 14,25%	85 – 70,83%
	Ensino médio incompleto	101 – 8,77%	00
	Ensino fundamental completo	01 - 0,09%	00
	Cursando o ensino fundamental	120 – 10,43%	00
	Ensino médio completo	04 – 0,35%	00
	Cursando o ensino	39 – 3,39%	30 – 25%

	médio		
	Não informado no Boletim de Ocorrência	722 – 62,73%	05 – 4,17%

Elaborado pelo autor, com base nos Boletins de Ocorrência encaminhados ao Clube do NAIS em 2011 (2013).

Diante desses dados podemos verificar que no total dos casos atendidos pelo NAIS prevalece o envolvimento de adolescentes do sexo masculino, sendo que o mesmo ocorre nas infrações praticadas nas escolas. Já no que se refere ao item idade, no total dos atendimentos, as idades que prevalecem são 16 e 17 anos, porém, nos boletins que tiveram origem nas escolas, as idades que se destacam são 14 e 15 anos. No aspecto escolaridade, em ambos os casos, a prevalência é do ensino fundamental incompleto.

O quadro que será apresentado a seguir faz um comparativo entre o total de casos atendidos pelo Clube do NAIS em 2011, com os casos que tiveram origem nas escolas. O quadro também traz informações da pesquisa realizada por Soares (2005).

Quadro 19 - Tipos de atos infracionais

TIPO DO ATO	CLUBE DO NAIS	ORIGINADOS NAS ESCOLAS	DIJU 2001-2003 (SOARES, 2005)
	Total – 1.151	Total - 120	
Lesão corporal	234 - 20,33%	66 - 55%	140 – (média de 46 por ano)
Furto	155 – 13,47%	03 – 2,50%	06 – (média de 02 por ano)
Porte ou uso de drogas	179 – 15,55%	00	07 – (média de 02 por ano)
Ameaça	98 – 8,51%	25 – 20,83%	39 – (média de 13 por ano)
Tráfico de drogas	45 – 3,91%	00	
Dano	27 – 2,35%	03 – 2,50%	38 – (média de 12 por ano)
Dirigir sem habilitação	86 – 7,47%	00	
Porte ou disparo de arma de fogo	10 – 0,87%	00	

Calúnia, difamação, injúria	47 – 4,08%	10 – 8,3%	27 – (média de 09 por ano)
Roubo	5 – 0,43%	00	09 – (média de 03 por ano)
Atentado violento ao pudor	12 -1,04%	00	02
Receptação	34 – 2,95%	00	
Estupro	6 – 0,52%	00	
Desacato	11 – 0,96%	5 – 4,17%	34 – (média de 11 por ano)
Perturbação do sossego	10 – 0,87%	00	
Constrangimento ilegal	10 - 0,87%	00	
Falsidade ideológica	07 – 0,61%	00	
Não Informado	169 – 14,68%	00	
Outros	06 - 0,52%	08 – 6,7%	50 –(média de 16 por ano)

Elaborado pelo autor, com base nos Boletins de Ocorrência encaminhados ao Clube do NAIS em 2011 (2013).

O que nos chama a atenção nesses dados é que a lesão corporal é o ato infracional que mais se destaca nos Boletins analisados, independente do ano e da origem. Dessa forma, se torna importante trazer mais informações sobre esse tipo de ato infracional.

O crime de lesão corporal está previsto no Artigo 129 do Código Penal Brasileiro, como: “Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem”. Sendo assim, o crime é uma ofensa à integridade corporal ou à saúde, ou seja, todo e qualquer dano ocasionado à normalidade funcional do corpo humano, seja do ponto de vista anatômico ou do ponto de vista fisiológico ou mental. A lesão corporal também pode ser dolosa, quando há a intenção de produzir a lesão, ou culposa, quando a lesão é causada sem que exista a intenção.

Porém, por serem inimputáveis, a criança e o adolescente jamais cometem crimes ou contravenções, incorrendo somente em atos infracionais, nos casos em que adotam uma conduta idêntica à descrita no Código Penal. Dessa forma, o cotejo entre a conduta do menor e aquele descrito como crime ou contravenção serve apenas como critério para identificar os fatos passíveis de relevância infracional. De acordo com o Estatuto da Criança e do

Adolescente, não se aplicam penas, mas sim, outras medidas de cunho educativo e protetivo, vinculadas à política de proteção integral.

Nesse sentido, vamos transcrever alguns Boletins de Ocorrência que foram classificados como lesão corporal na pesquisa feita por Soares (2005):

Lesão corporal culposa – Vice-diretor registra BO, pois o aluno de 14 anos no pátio da escola sofreu um pisão no pé machucado vindo a sentir muita dor. A aluna empurrou o aluno dizendo que o “pisão” foi sem querer, fato que o aluno não aceitou. O aluno não tem nenhum registro na escola que desabone seu comportamento. BO encaminhado para a Coordenadoria Regional de Ensino. (SOARES, 2005a, p.29)

Lesão Corporal Dolosa – Diretora trouxe a aluna de 17 anos, 2º colegial, para registrar BO contra uma colega de classe. A aluna dormia na aula de biologia e o colega começou a importuná-la. Outro colega tomou as dores da aluna e começou a discussão. O aluno que a importunava disse para ela falar para a colega parar se não ele contaria as verdades do que ela fazia com outras colegas. Ela desafiou para que falasse e a discussão foi ficando cada vez mais violenta até que a aluna jogou a carteira no aluno machucando o braço. Sem poder controlar a discussão a diretora chamou a polícia e trás todos para a DIJU. BO para a Vara da Infância e da Juventude. (SOARES, 2005)

Apresentamos a seguir três relatos encontrados nos Boletins analisados em 2011. Observe-se que o resumo de todos os 120 Boletins de Ocorrência estão nos anexos desta pesquisa.

Lesão Corporal – Funcionários da escola registram a ocorrência em função da agressão sofrida por um aluno X que possui problemas psiquiátricos e que motivo de “sarro” dos outros alunos. No dia anterior ao BO o aluno Y começou a “tirar sarro” do aluno X e este não gostou, iniciando uma discussão. O amigo de Y, chamado aqui de Z, presenciou o ocorrido e agrediu X, ferindo o no nariz. Na data do BO o amigo aluno Z não foi a escola para assistir aula, contundo, pulou o muro do recinto para nova agressão ao aluno X, que defendeu-se, agredindo e ferindo o agressor. Os denunciante informam, ainda, que uma das testemunhas dos fatos foi ameaçada pela genitora do aluno Z. (BO emitido em 24/11/2011 pela DIJU)

Lesão Corporal – A vítima é professora de uma escola estadual, por volta das 13:40, estava trabalhando, mais precisamente na porta de uma sala de aula, de costas para os alunos, quando foi atingida no braço direito por um objeto que acabou trincando o seu braço. Deixou a sala para ser socorrida e posteriormente ficou sabendo que o objeto foi atirado pelo infrator, aluno da sala, e que seria uma cadeira. (BO emitido pela DIJU em 23/11/2011)

Lesão Corporal - A denunciante informou que o seu filho X, de 10 anos de idade, a algum tempo vem sofrendo bullying no colégio estadual em que estuda, na 5ª série. Na data dos fatos, um garoto Y, que estuda na 6ª série da mesma escola, encontrou o aluno X no ponto de ônibus e começou a chama-lo de cabeça de jaca e cabeção. Ao ouvir isso, o aluno X foi tirar satisfação e neste ato o aluno Y empurrou a cabeça de X no poste de madeira do ponto de ônibus. Logo após o ocorrido, uma professora da escola ficou sabendo do ocorrido e dirigiu-se ao aluno Y dizendo que esse “não podia bater a cabeça de X, coitado”, saindo logo em seguida. Ao procurar pela Diretora da escola, a mesma orientou a elaboração do BO. (BO emitido pela DIJU em 11/08/2011)

Transcrevemos esses Boletins com a intenção de demonstrar que passados oito anos entre as duas pesquisas, não existem grandes diferenças entre os atos de lesão corporal. Dessa forma, torna-se imprescindível que se pratique a “cultura da paz” nas escolas, para que ocorra a diminuição das lesões corporais praticadas entre os alunos e dos alunos aos professores. O aumento da violência, especialmente na escola pública, também foi abordado na pesquisa de Mendes e Torres.

Ao par das mudanças sociais e na legislação educacional, amparadas em paradigmas progressistas, verificamos, não obstante, um fluxo de violência que tem invadido as escolas de educação básica, compreendendo diferentes esferas de influência: violência urbana refletida no cotidiano escolar e violência intra-escolar (embora gestada em processos sociais mais amplos), com distintas relações, particularmente aluno(s)-aluno(s) e aluno(s)-professor(es). (MENDES; TORRES, 2006, p.2)

Partindo da parceria firmada entre o Município de Sorocaba e uma Organização do Terceiro Setor, para a implantação do Programa Clube do NAIS, que se tornou num dos mecanismos de proteção social da criança e do adolescente. No próximo capítulo vamos discutir o conceito do Terceiro Setor e as possibilidades de ampliação das parcerias desse setor com o Estado, entendendo que as organizações da sociedade civil podem contribuir para a inserção da cultura da paz nas escolas brasileiras. Nesse mesmo sentido, a disponibilização dos profissionais do Serviço Social, para atuarem conjuntamente com os profissionais da educação é uma alternativa viável para o enfrentamento do ambiente de violência nas escolas e para a inserção da família no processo de ensino-aprendizagem. Sendo que esses profissionais podem ser contratados por meio de convênios com organizações do Terceiro Setor.

6 O TERCEIRO SETOR E A ESCOLA ATUANDO JUNTOS NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA E DA EXCLUSÃO SOCIAL

Os serviços públicos normalmente são prestados diretamente pelo Estado, uma vez que objetivam atender às necessidades da coletividade. Porém, os serviços voltados para a população passam por um aumento na quantidade e na complexidade e em muitos casos o Estado passa a dividir a tarefa de executá-los por meio de parcerias. O regime de Parceria é uma das formas que o Estado pode utilizar para fazer a descentralização dos serviços públicos. “Regimes de Parceria propriamente ditos são também aqueles serviços públicos executados por entidades privadas que, por sua capacidade de mobilização, estrutura e eficiência, podem prestar com celeridade e presteza os serviços necessários à população. (PAES, 2010, p.620)

Nesse contexto, as organizações do Terceiro Setor podem atuar de três formas:

Quadro 20 - Tipos de regime e formas de parceria

TIPO DE REGIME	FORMA DE PARCERIA
Regime de convênios administrativos	Formalizado por meio de convênios administrativos.
Regime dos contratos de gestão	Formalizado por meio de contrato de gestão com as Organizações Sociais (OS)
Regime da gestão por colaboração	Formalizado por Termo de Parceria firmado com as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)

Fonte: Adaptado de (PAES, 2010, p.620)

A seguir vamos nos aprofundar na contextualização do Terceiro Setor e nas qualificações que essas organizações podem receber do Estado, visando facilitar suas parcerias.

6.1 Conceituando o Terceiro Setor

Atualmente a economia dos Estados modernos pode ser dividida em três setores distintos, que, para o bem estar da sociedade, devem ter efeitos complementares dentro de suas áreas específicas de atuação. Valendo-nos dos ensinamentos de Paes (2003), vamos fazer um resumo de cada um desses setores:

- **Primeiro Setor:** representado pelo Estado, deve se encarregar da promoção da justiça social, por meio do uso racional e responsável dos bens públicos destinados para fins públicos. Além disso, ao Estado cabe realizar a redistribuição da produção da sociedade a todos os seus membros e trabalhar para a diminuição das desigualdades produzidas pelo mercado;
- **Segundo Setor:** representado pelas organizações com fins lucrativos, ou seja, o mercado, formado pela iniciativa privada com finalidades lucrativas e coordenado pelas leis da oferta e da procura. Esse setor tem como finalidade ser o responsável pela produção de riquezas, porém, hoje a sociedade também exige que o mercado tenha responsabilidade social na realização de suas ações;
- **Terceiro Setor:** composto pelas organizações sem fins lucrativos, esse setor não é público e nem privado, porém, guarda uma relação simbiótica com ambos e tem a capacidade de mobilizar um grande número de voluntários e de recursos. É formado pelas organizações sociais privadas sem fins lucrativos, sendo motivado pelas atitudes de altruísmo e da filantropia. As pessoas jurídicas que formam esse setor são as Fundações e as Associações, que têm por função desempenhar as ações que visam uma terceira forma para a redistribuição das riquezas produzidas. Além disso, o Terceiro Setor deve ser o elo entre o Governo e o Mercado, atuando de forma diferenciada, ou seja, como mobilizador de recursos humanos e materiais, impulsionando as iniciativas voltadas para o desenvolvimento social.

Podemos, assim, conceituar o Terceiro Setor como o conjunto de organismos, organizações ou instituições sem fins lucrativos dotados de autonomia e administração própria que apresentam como função e objetivo principal atuar voluntariamente junto à sociedade civil visando o seu aperfeiçoamento. (PAES, 2003, p. 88)

O termo Terceiro Setor começou a ser utilizado desde a década de 1970, quando nos EUA servia para classificar um conjunto de organização sem fins lucrativos. Durante a década de 1980 o termo foi quase esquecido, porém, retornou com muita força na última década do século 20.

Apesar de o termo Terceiro Setor ser relativamente recente, as atividades realizadas pela sociedade civil organizada são antigas. Porém, com o surgimento do movimento cristão protestante ocorre um novo conceito de caridade, uma vez que à iniciativa individual das pessoas, aliava-se uma capacidade de associação para a consecução de objetivos comuns e de autoajuda. Nesse sentido, também, houve a influência dos iluministas que juntamente com as ideias protestantes formaram uma noção de responsabilidade do indivíduo para com os

assuntos da comunidade em geral. Essa nova característica da filantropia esteve muito presente do processo de colonização dos EUA, pois em função da ausência do Estado, todas as necessidades dos colonizadores, como, por exemplo, no campo da educação e da saúde, deveriam ser resolvidos pela própria comunidade.

Em nosso país, essa forma de atuação dos colonizadores não ocorreu, ou seja, durante o período colonial os indivíduos não se mobilizavam para resolver os problemas em comum. Esse fato é resultado da cultura e da forma de colonização imposta por Portugal. Sendo assim, os problemas sociais existentes eram minimizados por meio da atuação da Igreja Católica, que contava com a doação dos seus fiéis para a manutenção das Santas Casas, Casas de Órfãos e de outros trabalhos voltados ao acolhimento dos excluídos da sociedade.

Porém, nas últimas décadas temos assistido a uma expansão das iniciativas da sociedade civil brasileira nos problemas antes considerado como sendo da esfera pública. E isso já vem ocorrendo desde a década de 1970, quando houve um grande impulso dessas ações da sociedade civil, como, por exemplo, os movimentos associativistas; os movimentos das mulheres, das minorias étnicas, dos homossexuais, da ecologia e outros.

Segundo Paes (2003), esses novos movimentos têm se traduzido na criação e no desenvolvimento de uma peculiar forma institucional: as Organizações Não Governamentais, mais conhecidas por sua abreviação, ONGs. Tais organizações são responsáveis por trabalhos que atendem grande número de pessoas, principalmente, nos países mais pobres ou em desenvolvimento. A nomenclatura Terceiro Setor começou a circular no Brasil durante o período da Ditadura Militar, quando organizações internacionais passaram a apoiar os movimentos da sociedade civil do país. Essas organizações apoiadas, em grande parte, faziam oposição ao Governo e, também, desenvolviam algumas ações sociais.

O movimento associativista que surgiu no Brasil durante esse período manteve como sua principal característica o fato de agir sem visar lucro, ou seja, não centrado na lógica do mercado. Uma segunda característica importante é o fato de que a sua ação pode ocorrer muitas vezes em paralelo ao Estado, sem que haja qualquer tipo de absorção por parte deste.

Podemos citar, ainda, que o fenômeno associativista moderno tem um caráter internacionalista, muito embora também procure, simultaneamente, criar fortes vínculos com as localidades. Tais características implicam no aparecimento de outro agente no mundo; um agente que não é o mercado, pois não visa lucro, nem é Estado, mas age num campo que historicamente lhe é afeito. Trata-se de um agente que vai além dessas dimensões e que tem recebido - no mundo todo - diversas denominações, realçando os aspectos mais peculiares de cada cultura nacional.

Por esse motivo, um dos maiores desafios para que possamos encontrar e traçar uma definição comum para o setor associativo e não lucrativo é a grande diversidade de nomenclaturas encontrada em diversos países. Nas diferentes culturas nacionais existem nomes como: "setor não lucrativo", "setor da caridade", "setor independente", "setor voluntário", "setor não tributável", "organizações não governamentais", "economia social" etc.

Porém, cada uma dessas denominações enfatiza um único aspecto da realidade representada por suas organizações, deixando de lado outros aspectos relevantes. Seguem-se alguns conceitos que definem o Terceiro Setor e as suas características:

Quadro 21 - Características das principais definições dadas ao Terceiro Setor

DEFINIÇÃO	CARACTERÍSTICAS	OBSERVAÇÃO
Setor de caridade	Enfatiza o apoio que as organizações do Terceiro Setor recebem por meio de doações caridosas	Nem sempre essas doações são as únicas responsáveis pelas receitas das organizações.
Setor Independente	Destaca a forma de atuação dessas organizações, que atuam de forma independente do Estado e do Mercado.	Na prática ocorre uma interação entre todos os setores.
Setor Voluntário	Enfatiza a significativa contribuição que os voluntários oferecem para o desenvolvimento do trabalho do Terceiro Setor.	Porém, uma grande parte das atividades dessas organizações são executadas por mão de obra remunerada.
Setor não tributável	Realça o fato de que em muitos países as organizações do Terceiro Setor são isentas do pagamento de impostos.	Mas na prática as legislações tributárias diferem de um país para o outro e essa isenção é bastante relativa. No Brasil, por exemplo, a isenção de impostos está vinculada ao cumprimento de uma série de exigências legais.
Organizações não governamentais (ONG)	Termo que é bastante utilizado nos países em desenvolvimento, mas tem a limitação de referir-se apenas a uma parte do que é o Terceiro Setor.	Além disso, a expressão "organizações não governamentais" pode ser atribuída a todas as organizações que não fazem parte do governo.

Economia Social ou Negócio Social	O negócio social representa um campo com possibilidades de crescimento para o Terceiro Setor. É o termo utilizado para identificar uma larga faixa de organizações não governamentais na França e na Bélgica, que vem crescendo muito nas instituições da União Europeia. No Brasil o seu crescimento está diretamente relacionado com a vinculação de algumas organizações do Terceiro Setor com o desvio de recursos público. Nesse sentido, o negócio social se apresenta como uma oportunidade de realizar o bem, sem depender de verbas públicas.	Ocorre que este é um termo que também se associa a uma variedade maior de organizações, tais como: companhias de seguro mútuo, caixas de depósitos, bancos de crédito popular, cooperativas etc. que, em outros países, podem ser consideradas como organizações comerciais.
Organizações da Sociedade Civil	Tem o foco nas esferas das relações entre indivíduos, entre grupos, entre classes sociais, que se desenvolvem à margem das relações de poder que caracterizam as instituições estatais.	Porém, essa definição pode estar relacionada não somente organizações não lucrativas, mas também organizações pertencentes à esfera do mercado.

Elaborado pelo autor, com base nos Boletins de Ocorrência encaminhados ao Clube do NAIS em 2011 (2013).

Outro aspecto bastante importante do Terceiro Setor é a sua condição de ser um setor não lucrativo que, porém, não está impedido de exercer atividades econômicas. O termo existe para enfatizar o fato de que essas organizações não possuem como finalidade primária gerar lucros para os seus dirigentes ou associados. Ocorre que essas organizações, em várias ocasiões, geram superávit, isto é, suas receitas são maiores do que os seus gastos em alguns momentos, sendo que esses recursos devem ser aplicados nas finalidades estatutárias da organização.

O crescimento do Terceiro Setor tem como um dos fundamentos a crise enfrentada pelo Estado contemporâneo, principalmente seu tipo característico, o *welfare state* (Estado de Bem Estar Social). Porém, apesar de haver um consenso sobre a existência da crise,

encontramos um conflito quando se tenta explicá-la e mostrar suas possíveis soluções, ou seja, os diversos grupos, comprometidos com algum tipo de ideologia, se enfrentam para implementar suas concepções para a saída da crise.

Nesse emaranhado de posições em conflito, um discurso parece tender a se tomar hegemônico, o chamado discurso neoliberal, cujo ideário apregoado pode ser resumido na frase "menos Estado, mais mercado". Essa hegemonia tem se traduzido por todo o mundo em programas de governo que procuram diminuir o tamanho do Estado e a abrangência de atuação, afetando principalmente as políticas e programas sociais. Ao mesmo tempo, percebe-se que existe um aumento vertiginoso das demandas sociais das camadas não privilegiadas da sociedade.

Nos últimos anos, alguns estudos têm afirmado que a atividade do Terceiro Setor ou das ONGs, termo mais utilizado pela mídia, pode constituir uma alternativa ao quase desaparecimento do Estado no que se refere à garantia de direitos sociais básicos à população. É um fato público e notório a importante atuação desempenhada por inúmeras ONGs (algumas de caráter transnacional) nas áreas de educação, saúde, habitação, assistência social, etc., principalmente nos países em desenvolvimento, onde grande parte da população é considerada pobre e o Estado nunca teve como diretriz básica atender às necessidades dessa parcela da população.

Muitos setores, alguns do próprio governo, têm argumentado que o Terceiro Setor (mesmo sem empregar diretamente o termo) pode vir a substituir o Estado em diversas áreas onde ele não é eficiente, ou até mesmo o Estado pode ter partes amputadas e transformadas em organismos típicos do Terceiro Setor.

A partir desse contexto, surgiram outras possibilidades de trabalharmos com as questões sociais, principalmente nas que concernem as competências do Estado. O referido Terceiro Setor passou a "suprir" algumas necessidades que eram da responsabilidade exclusiva do Estado, através de parcerias, financiamentos, convênios e subsídios firmados com o Poder Público.

A mudança nesse panorama também possibilitou maior abertura no campo de trabalho de profissionais de diferentes áreas, já que o Terceiro Setor é um grande empregador de profissionais, principalmente, da área das ciências humanas e sociais.

Diante de todos os problemas sociais gerados pelo sistema capitalista, entendemos que o capitalismo, enquanto modo de produção, sobreviverá na medida em que souber administrar de forma satisfatória o seu maior desafio, ou seja, o seu lado desumano, resultado

da grande concentração de renda nas “mãos de poucos”, em detrimento da exclusão social de grande parte da população.

Esse é um tipo de situação que o Brasil está vivendo neste período da implementação do desenvolvimento a qualquer custo. Sendo que essa política desenvolvimentista é a responsável pela criação do PAC – Programa de Aceleração Econômica, que tem levado o apoio econômico, do Estado, para que grandes empresas desenvolvam projetos em todas as regiões do país. Todavia, em muitos casos, esses projetos não estão respeitando as leis ambientais, além de criarem situações que têm favorecido a exclusão social. Isso ocorre pela ocupação desordenada de terras para a instalação de hidroelétricas e projetos de agropecuária, por exemplo.

Por isso, o problema social constitui-se num dos pontos fracos do sistema capitalista e, para a diminuição desse problema, as parcerias com o Terceiro Setor aparecem como uma das opções possíveis e viáveis.

Portanto, o fortalecimento estratégico desse Setor já se compõe de uma agenda nos programas de governo e da iniciativa privada, que cada vez mais reconhecem a sua importância como meio para se construir uma sociedade mais justa.

Sendo assim, no desenho de uma moderna economia, o Terceiro Setor aparece como um novo setor que será fundamental para o equilíbrio social, permitindo à sociedade apoiar-se nos três setores: o Governamental, o Privado e o Terceiro Setor.

Até recentemente, a ordem sociopolítica compreendia apenas dois setores, o público e o privado, tradicionalmente bem distintos um do outro, tanto no que se refere às suas características, como à personalidade. De um lado ficava o Estado, a Administração Pública, a sociedade; do outro, o Mercado, a iniciativa particular e os indivíduos. (PAES, 2003, p.87)

Mas para que o Terceiro Setor consiga se tornar o Setor Social por excelência, sua grande responsabilidade será manter o sistema viável do ponto de vista de permitir que as necessidades humanas fundamentais sejam atendidas. E para o fortalecimento desse Setor Social, são grandes os desafios, pois seu crescimento depende da saúde financeira dos outros dois setores, uma vez que serão esses que irão financiá-lo.

Em contrapartida, o Setor Social será em grande parte responsável pelo clima de tranquilidade social que permitirá uma convivência mais civilizada entre os membros da sociedade. Uma sociedade em que cada vez mais possui conhecimentos do exercício da cidadania e que passa a ocupar espaços e a exigir seus direitos.

No Brasil, a atuação do Terceiro Setor assume, além das diferentes nomenclaturas, as mais variadas formas de atuação, que atendem a determinados interesses existentes na

sociedade, não existindo, portanto, um formato homogêneo. Diante disso, os estudos existentes sobre Terceiro Setor fazem a seguinte classificação dos segmentos formais existentes em nosso país, conforme explica Paes (2003):

- **As formas tradicionais de ajuda mútua:** representam aquelas instituições de caráter profissional ou religioso voltadas para a "caridade" (atividades assistenciais e beneficentes). Geralmente possuem uma única atividade específica (albergues, creches, asilos etc.). Este é o maior segmento dentro do Terceiro Setor, congregando maior número de entidades e atingindo o maior contingente de pessoas, principalmente as camadas mais e pobres e "desorganizadas" da população. Alguns exemplos de entidades de ajuda mútua são os Lares Espíritas, as organizações comunitárias, as Instituições Evangélicas.
- **Os movimentos sociais e as associações civis:** constituem o segmento mais "politizado" do Terceiro Setor. Os movimentos sociais, na sua luta pelo atendimento de demandas específicas, acabam criando entidades de base - associações civis - que lutam por uma determinada causa ou um determinado fim, assumindo um caráter reivindicatório ou contestatório junto à sociedade e ao Estado. São exemplos desse segmento as associações de bairro, os grupos feministas, os grupos de defesa dos homossexuais etc. É nesse segmento que se insere o Serviço de Obras Sociais – SOS, organização responsável pelas atividades do Clube do NAIS.
- **A filantropia empresarial:** trata-se de um segmento ainda incipiente e pouco articulado no Brasil, muito embora tenha forte tradição nos países do chamado “primeiro mundo”, principalmente nos EUA. É um segmento no qual empresas (ou organismos por elas financiados) auxiliam na execução de projetos sociais, sem qualquer preocupação com lucratividade. Justamente por não visar lucro, esse tipo de atividade é confundido com caridade, o que acabou por criar um viés pejorativo para a palavra "filantropia", pois a responsabilidade empresarial está vinculada a atividades planejadas, continuadas e desenvolvidas em longo prazo.

Existe também uma corrente doutrinária que entende o Terceiro Setor como a definição das organizações substantivas. Para esse grupo, as organizações substantivas são associações de indivíduos que, norteados por uma racionalidade substantiva, ampliam as possibilidades da cidadania, através de ações coletivas e contatos com múltiplos atores sociais.

A racionalidade formal e instrumental é determinada por uma expectativa de resultados, ou 'fins calculados'. A racionalidade substantiva é determinada independentemente de suas expectativas de sucesso e não caracteriza nenhuma ação humana interessada na 'consecução de um resultado ulterior a ela'. Nessa conformidade, Weber descreve a burocracia como empenhada em funções racionais, no contexto peculiar de uma sociedade capitalista centrada no mercado, e cuja racionalidade é funcional e não substantiva esta última constituindo um componente intrínseco do ator humano. (RAMOS, 1989, p. 5)

Essa definição é a que se aproxima mais dos pressupostos do projeto ético-político do Terceiro Setor, por ter um olhar e uma ação na coletividade, compromissada com aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

A seguir elencamos algumas características das organizações do Terceiro Setor:

- Existência de princípios norteadores logicamente inter-relacionados;
- Primazia da ação coletiva;
- Respeito às diferenças individuais;
- Busca de equilíbrio entre homem e organização;
- Ação calcada em identidade de valores;
- Existência de forte intensidade nas relações interpessoais;
- Reflexão coletiva constante e intensa sobre o cotidiano da organização;
- Estruturas hierárquicas extremamente flexíveis ou inexistentes;
- A aceitação de novos membros depende de sua identificação com os valores e com a causa maior da organização;
- Livre circulação de informações, facilitando o processo decisório coletivo;
- A remuneração dos indivíduos depende do tipo de atividade que executa e do seu comprometimento com a organização (possibilidade de trabalho voluntário);
- Horários de trabalho flexíveis;
- Aferição coletiva do rendimento individual em reuniões periódicas, com abertura para o diálogo e a negociação;
- Expressão social da organização através de seus valores definidos;
- Precariedade de mecanismos sistemáticos de avaliação da satisfação do usuário;
- Busca constante na sociedade visando o respaldo para suas ações.

6.2 Terceiro Setor no século XXI – responsabilidade social e negócio social

6.2.1 As empresas e os *shareholders* e *stakeholders*

O termo *shareholders* significa acionistas, sendo utilizado para designar todos aqueles que possuem parte de uma empresa ou organização, ou seja, aqueles que possuem interesses na lucratividade da organização.

Já o termo *stakeholders* significa “parte interessada” e é um tema pouco mais amplo que os *shareholders*. Essa denominação foi utilizada pela primeira vez pelo americano R. Edward Freeman, no livro “Gerência estratégica: uma aproximação da parte interessada”.

Como na própria tradução, dá-se a entender que *stakeholders* são os componentes, meio externo, interessados na empresa, ou seja, todos que são atingidos (por) ou atingem de forma positiva ou negativa as ações que a empresa venha a praticar.

A princípio, toda empresa trabalha para agradar o seu público alvo - seus consumidores. Mas uma empresa com responsabilidade social não visa somente isso, ela procura englobar em seus atos todos aqueles que venham a se influenciar, ganhando ou perdendo, por suas ações. Esses são os chamados *stakeholders*, conforme informações constantes no site do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

Na sociedade atual as organizações não podem se preocupar em atender apenas os interesses dos seus acionistas, pois para sobreviver no mercado extremamente competitivo, onde as informações circulam de forma rápida, é necessário que exista uma preocupação com todas as partes interessadas. Visando atender essas necessidades, as organizações passaram a priorizar as ações de Responsabilidade Social Corporativa.

A Responsabilidade Social Corporativa é o resultado da obrigação de uma empresa de prestar contas aos seus *stakeholders* sobre todas as suas atividades e operações com o objetivo de alcançar um desenvolvimento sustentável, não apenas em sua dimensão econômica, mas também nas dimensões social e ambiental. Dessa forma, a organização deve ter uma preocupação constante com a qualidade ética nas relações da empresa com as partes interessadas (*stakeholders*), principalmente no que tange aos acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores, comunidade e Poder Público.

Para que isso ocorra na prática, é necessário que seja incorporando esse conceito na missão da empresa, que deverá compreender e praticar esses valores no cotidiano da gestão. Esse envolvimento deve ser divulgado entre todos os interessados, buscando alcançar um desenvolvimento socialmente responsável, econômico e ambientalmente sustentável. A

Responsabilidade Social Empresarial é um processo aberto e contínuo que reflete em um ambiente de trabalho produtivo, moderno e participativo.

A Responsabilidade Social Corporativa (RSC), também chamada Cidadania Empresarial ou Responsabilidade Social Empresarial (RSE), deve ser encarada como o reconhecimento e assunção, pelas empresas e por seus atores-chave (proprietários ou controladores, demais acionistas, dirigentes, gestores e outros empregados) dos seus deveres em relação à comunidade em que atuam e à sociedade em geral.

RSC, contudo, não se confunde com a filantropia ou benemerência, que prevalecem na área social. Seu conceito refere-se às estratégias de sustentabilidade a longo prazo das empresas que, em sua lógica de *performance* e lucro, passam a contemplar a preocupação com os efeitos sociais e ambientais de suas atividades e o objetivo de contribuir para o bem comum e a melhoria da qualidade de vida das populações.

Assim, a RSC expressa compromissos muito mais amplos do que aqueles previstos em lei (obrigações trabalhistas, tributárias e sociais; cumprimento das legislações ambiental e de usos dos recursos naturais, etc.). Expressa, sobretudo, a adoção e disseminação de valores, atitudes, comportamentos e procedimentos mais positivos dos pontos de vista ético, social e ambiental.

Por isso, podemos dizer que a responsabilidade social corporativa (da empresa) é a extensão do papel empresarial além de seus objetivos econômicos, e deve estar devidamente voltada para as questões morais e éticas que envolvem as políticas praticadas pela organização.

Sendo assim, uma empresa somente passa a ser considerada como responsável, se cumprir com todas as suas políticas sociais implementadas e também ao adotar uma visão estratégica de negócios transparente e honesta com todos aqueles que possuem algum tipo de relacionamento direto com a mesma.

6.2.2 Negócio Social

Nos últimos anos está ocorrendo um fortalecimento dos chamados “negócios sociais”, atividade que além de gerar algum tipo de lucro, ainda tem a capacidade de beneficiar as pessoas pertencentes às classes menos privilegiadas.

Essa proposta de intervenção social, aliada ao conceito de Responsabilidade Social é uma oportunidade de atuação para as organizações do Terceiro Setor, que deixam de apenas receber subvenções públicas por meio de convênios com o Poder Público. Sendo que a dependência dos convênios com o Poder Público pode se tornar um fator limitador das ações

sociais, uma vez que nesses casos a organização fica vinculada aos interesses do órgão concedente dos recursos.

Por isso, o “negócio social” se apresenta como uma oportunidade para que o Terceiro Setor tenha uma atividade meio, que gere recursos extras que possam ser destinados a sua atividade fim. Nesse sentido, as organizações podem utilizar da sua expertise para a produção de bens ou para a geração de serviços, que sejam competitivos no mercado. A vantagem que as organizações responsáveis pelo negócio social possuem é que seus produtos ou serviços terão um significativo diferencial, qual seja: o consumidor estará apoiando, de forma indireta, ações que beneficiam a sociedade.

6.3 O Clube do NAIS e o Terceiro Setor

Como a pesquisa de campo foi realizada dentro do Clube do NAIS, torna-se importante fazer a contextualização desse Projeto dentro do Terceiro Setor.

O Clube do NAIS é um programa do SOS – Serviço de Obras Sociais, organização responsável por firmar o convênio com a Prefeitura de Sorocaba para a gestão do projeto.

O SOS é uma associação de direito privado, fundada em 1968, reconhecida como de Utilidade Pública em nível Federal, Municipal e Estadual, que desde a sua fundação tem se dedicado à manutenção do único albergue existente em Sorocaba. O albergue do SOS atende pessoas que se encontram em situação de rua, pessoas que estão de passagem pela cidade e não possuem um local para morar e oferece abrigo em situações de emergência ou calamidade pública.

Nos últimos dez anos, o SOS também passou a atuar no segmento da proteção integral à criança e ao adolescente. Nesse sentido, durante alguns anos foi a organização responsável pelo Programa Agente Jovem no Município e, também, pelo Programa Adolescente Aprendiz, em parceria com o Banco do Brasil.

Em função dessa experiência é que o SOS se inscreveu, e foi o escolhido, no processo de seleção de organizações, feito pelo CMDCA, visando escolher um parceiro para implementação e gestão do Clube do NAIS. Para a manutenção de seus projetos, o SOS mobiliza recursos públicos, recursos privados e recursos próprios.

Os projetos desenvolvidos pela organização são os seguintes:

1. **SOS Albergue:** serviço de albergamento para pessoas em situação de rua e moradores locais que se encontram em processo de exclusão social. Convênio com a Secretaria

Municipal de Cidadania e Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social. O projeto realiza, em média, 2.500 atendimentos mensais;

2. **Clube do NAIS:** Núcleo de Acolhimento Integrado de Sorocaba. Programa que atende adolescentes que cometeram infrações leves, buscando a reinserção social por meio de atividades psicossociais e atividades de esporte e lazer. Convênio com a Secretaria Municipal da Juventude. O projeto atende atualmente 513 adolescentes.
3. **Projeto SOS ECO - Educação Ambiental e Cidadania:** programa que visa desenvolver atividades relacionadas com o meio ambiente e preservação da natureza para os adolescentes que participam das atividades do Clube do NAIS e para os que receberam a medida de PSC – Prestação de Serviços à Comunidade. O projeto também recebe visitas especializadas feitas por alunos de escolas do Município. O projeto conta com o apoio da Secretaria Municipal do Ambiente; UNISO – Universidade de Sorocaba; UFSCAR – Universidade de São Carlos; e FIES – Fundo Itaú de Excelência Social. Atualmente o projeto atende 80 adolescentes por mês.
4. **Projeto Música na Prática:** em 2010, com os recursos recebidos do FUNCAD, por meio do CMDCA, iniciou-se o “Projeto Música”, no qual são ministradas as aulas de Bateria, Violão, Guitarra e DJ. No ano de 2011 e 2012 com os novos recursos cedidos, também pelo CMDCA, foram acrescentados o Canto/Coral e o Curso de DJ e seus Componentes como curso profissionalizante. Para 2013 existe a previsão da compra de um número maior de equipamentos, para que possam ser emprestados aos jovens visando a geração de renda, por meio de aulas de música e de animação de eventos. Esse projeto hoje está atendendo 100 adolescentes mensalmente.

6.4 Terceiro Setor e escola: possibilidades de parcerias

A partir de todo o estudo sobre a atuação e as perspectivas do Terceiro Setor, principalmente, a partir da incorporação dos conceitos de Responsabilidade Social Empresarial e Negócio Social pelo mercado brasileiro, podemos dizer que o Terceiro Setor poderia se aproximar mais, e de forma continuada, das organizações escolares. Principalmente, porque as escolas precisam desenvolver novas estratégias que auxiliem na prevenção da violência e no empoderamento dos alunos.

A escola há muito não é mais representada como o lugar seguro de integração social, de socialização, não é mais um espaço resguardado, ao contrário, tornou-se cenário de ocorrências violentas. (ABRAMOVAY, 2002/2003, p. 93)

Por esse motivo, a presente pesquisa defende as parcerias das organizações do Terceiros Setor com as escolas públicas. A aproximação desses dois setores favorece o desenvolvimento de um projeto conjunto que permita a atuação de profissionais do serviço social como consultores e apoiadores das escolas. Fazendo a interação com os alunos, pais de alunos e agentes escolares, esses profissionais do serviço social podem ser contratados por meio de parcerias feitas entre o Terceiro Setor, com a colaboração da iniciativa privada.

Consideramos que essa atuação conjunta, Terceiro Setor e Escolas, seja diferenciada, pois atualmente, existem outros projetos que visam disponibilizar profissionais dos serviços social e da psicologia para as escolas, que estão sendo discutidos em nível federal e municipal. Porém, a proposta desses projetos é de que esses profissionais sejam funcionários públicos, concursados para ocuparem seus cargos.

Acreditamos que talvez esse seja um dos motivos de essas iniciativas não terem ainda sido implementadas de forma intensiva, pois a partir da Reforma do Estado, existe uma política que visa transferir muitos dos serviços públicos para a iniciativa privada.

Um exemplo de proposta é o Projeto de Lei que foi aprovado, mas nada indica que será implementado.

Por iniciativa do vereador Jamil Murad (PCdoB), a Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) realizou nesta quinta-feira o debate “Expressões Sociais no Cenário Escolar”, que tratou, entre outras coisas, da derrubada do veto ao projeto de lei 280/09, de autoria do próprio Murad, que dispõe sobre a implantação de serviço social e psicológico nas escolas da rede municipal.

“O projeto foi vetado pelo Executivo talvez porque o prefeito foi mal assessorado na questão, mas os acontecimentos de bullying e violência nas escolas colocam na ordem do dia essas necessidades. Existem propostas para a instalação de detectores de metais na porta das escolas, ou colocar um soldado nas salas de aula. Isso só piora a situação, temos de acabar com as desavenças e a intolerância”, disse o vereador. (SOROCABA, 2010)

Dessa forma, a proposta para que esse trabalho possa ser realizado por organizações do Terceiro Setor é uma iniciativa nova na área da educação, uma vez que as parcerias entre o Terceiro Setor e o Poder Público são comuns em outras áreas, principalmente, na área da saúde. Como, por exemplo, as parcerias que vêm sendo realizadas por muitos municípios quando se trata da implementação ou consolidação do Programa Médico da Família.

O debate público e privado na saúde tomou fôlego no contexto do movimento de reforma do Estado a partir de 1980, apresentando concepções que questionam o papel do Estado na execução direta de bens sociais, em que foi criticada sua eficiência para operar os serviços públicos. Nessa perspectiva, as instituições sem fins lucrativos colocaram-se como agentes sociais privilegiados para assumir essa função em parceria com o Poder público. Nos sistemas nacionais de saúde a atenção primária tem sido historicamente responsabilidade direta do Estado. Contudo, no contexto das reformas aparecem proposições para a flexibilização a centralidade

estatal, passando para o setor privado a função de viabilizar os serviços primários. No Brasil, essa questão surgiu fortemente a partir de 1990 com a estratégia saúde da família, na contratação de profissionais, através de parcerias entre o Poder público e entidades filantrópicas e sem fins lucrativos, possibilitando sua implantação e ampliação, particularmente nos grandes centros urbanos. O estado de São Paulo tem acumulado vasta experiência na articulação público e privado em saúde, particularmente, na atenção básica, através das organizações sociais. (CARNEIRO JUNIOR; NASCIMENTO; COSTA, 2011, p. 971-979)

A partir das pesquisas realizadas no Clube do NAIS, foi possível constatar que muitos dos Boletins de Ocorrência, registrados por pessoas que estão envolvidas com o ambiente escolar, eram referentes a situações que podiam ser mediadas na própria escola. Por esse motivo, entendemos que com o apoio de profissionais do serviço social, as escolas passariam a contar com outro mecanismo para enfrentar os problemas de violência, além de simplesmente registrar o fato na Delegacia de Polícia.

Outro fator que precisa ser considerado nessa questão é que está ocorrendo um processo de culpabilização por conta dos conflitos que acontecem dentro do ambiente escolar, ou seja, a escola culpa as famílias e vice-versa. Contudo, não existe uma estratégia que permita o empoderamento das vítimas ou de inclusão dos envolvidos nos conflitos na rede de proteção social.

O problema é que a violência, seja ela de que tamanho for, é relacional e não particular, individual. Portanto, geralmente, erra-se em pensar que se deva orientar ou onerar uma das partes envolvidas e, ao fazê-lo, novamente prejudicar quem apenas respondeu a uma série de intimidações e violências até então silenciadas. (AMARO, 2011, p. 98)

Além desse impacto social produzido diretamente no que se refere às partes interessadas, a partir dos resultados obtidos pela atuação conjunta e interdisciplinar, da assistência social e da pedagogia, começam a existir condições de se fomentar políticas públicas voltadas para a inclusão social positiva dos jovens, principalmente, daqueles que hoje se encontram na situação de adolescentes em situação de conflito com a lei.

Assim, apresentamos nesta pesquisa alternativas para se fomentar as parcerias entre o Terceiro Setor e o Estado. Além do Primeiro Setor, o Segundo Setor também pode apoiar esse projeto, uma vez que atualmente as empresas têm uma grande preocupação com a questão da responsabilidade social. Temos exemplos de grandes organizações que já apoiam projetos visando realizar um impacto social. Melhorar as relações sociais dentro das escolas é um significativo avanço social e educacional, que pode receber apoio financeiro ou técnico das empresas.

Nesse mesmo sentido, em relação às empresas, o projeto possui outro fator motivador de apoio que é a possibilidade de utilizar a isenção do Imposto de Renda, por meio de doações ao FUMCA, conforme esclarecemos a seguir.

FUMCAD - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente: é o mecanismo que destina recursos a programas e projetos de atenção aos direitos da criança e do adolescente em situação especial, com base nas medidas de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) por meio de ações Governamentais, como, por exemplo, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e Não Governamentais em conjunto.

Por meio desse incentivo, a Pessoa Jurídica pode fazer a dedução de 1% do IR devido (lucro real) e a Pessoa Física de 6% do IR devido (devolvido com restituição), dos valores que forem destinados aos projetos aprovados pelo FUMCAD. Além disso, como uma questão de Responsabilidade Social as empresas podem incentivar e facilitar condições para que os seus empregados também apoiem projetos, destinando 6% do seu imposto devido. Esse tipo de ação já é desenvolvido por algumas empresas que criaram formas facilitadoras para que seus empregados apoiem projetos voltados para as crianças e os adolescentes.

Dessa forma, abrir a possibilidade de se formar parcerias com organizações do Terceiro Setor é uma oportunidade para que mais escolas passem a oferecer esse serviço. O Terceiro Setor possui condições técnicas e jurídicas para buscar recursos financeiros, necessários para o desenvolvimento do projeto, junto ao Primeiro e ao Segundo Setores.

Essas parcerias podem ser viabilizadas por meio de contrato, convênio ou termo de parceria, uma vez que essas modalidades de trabalho conjunto já possuem uma previsão legal, sendo, também, uma forma de redução dos custos do programa, além de produzir grandes impactos sociais.

O trabalho poderá ser iniciado com a participação de recursos públicos, porém pode ser ampliado ou complementado com recursos advindos da iniciativa privada, por meio de projetos que possibilitem a recuperação dos recursos através de incentivos fiscais.

Esta proposta traz uma oportunidade para que gestores do estado e do município ofereçam às escolas novos mecanismos de aproximação com a sociedade, por meio de parcerias com o Terceiro Setor. A partir dessas iniciativas de aproximação com os seus *stakeholders*, a escola passará a contar com mais um auxílio na resolução dos conflitos que enfrenta.

E nesse processo de aproximação da escola com a realidade social que a cerca, a participação de profissionais do serviço social, por sua vez, representa a oportunidade de

aproximação da escola com os alunos. Principalmente dos alunos que precisam do auxílio da rede socioassistencial e dos programas de seguridade pública existentes.

Além disso, esse trabalho conjunto vai trazer mais informações sobre os mecanismos de proteção existentes no município, pois, em muitas situações, a rede de proteção ainda é insuficiente. Esse trabalho tem, ainda, a capacidade de fornecer informações que possam auxiliar os gestores na implementação de novas políticas públicas, especialmente voltadas para o atendimento do público escolar que se encontra em situação de vulnerabilidade. Sendo que essas informações também são importantes para que os órgãos responsáveis pelo controle social, Conselho Municipal de Assistência Social e dos Direitos da Criança e do Adolescente, possam cobrar a implementação de políticas públicas que atendam esse público de forma satisfatória.

6.5 O serviço social nas escolas

Já existem algumas iniciativas públicas que possibilitam a atuação de assistentes sociais nas escolas. Por exemplo, no município de Limeira, Estado de São Paulo, onde esses profissionais realizam um trabalho de aproximação da família com a escola.

Vários estados e municípios brasileiros já contam com a atuação de assistentes sociais nas escolas da rede pública e mesmo em algumas escolas particulares. Em municípios como Limeira/SP, tanto a rede pública como a rede privada contam com esse profissional em seus quadros. Mas essa presença, qualitativamente importante, revela-se pouco representativa quantitativamente; ou seja, há escolas e regiões em que a educação – dado o aporte do serviço social escola – consegue focalizar e desenvolver o encontro da cidadania com a educação, tal como orienta a legislação vigente. Em contrapartida, em outras escolas e regiões desprovidas desse profissional, no compasso em que mediações escola-Estado-sociedade inexistem, os caminhos da educação rumo à potencialização da cidadania no ambiente escolar tornam-se mais acidentados e difíceis. (AMARO, 2011, p. 24)

Como já foi citado anteriormente, na cidade de São Paulo existe o Projeto de Lei 280, de 05/05/2009, da Câmara Municipal, que dispõe sobre a instituição de programa de assistência social e psicológica nas instituições da rede municipal de ensino nos níveis infantil, fundamental e médio. Esses projetos preveem a contratação de funcionários públicos, por meio de concurso.

Em nível federal, no dia 25 de junho de 2012, a Presidenta Dilma Rousseff sancionou a lei 12.677/2012, que “dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação, destinados às instituições federais de ensino”. (BRASIL, 2012b). Importante destacar que a referida lei prevê 589 vagas para assistentes sociais. Nesse sentido, o Conselho Federal de Serviço Social avaliou que o número

está longe do ideal, porém já é um avanço. “A criação de vagas para assistente social nas instituições federais de ensino é um passo significativo na legitimação da importância desse profissional na Educação, debate que vem sendo fortalecido pelo Conjunto CFESS-CRESS”, ressalta o conselheiro Marcelo Sitcovsky.

Essa discussão, sobre a importância do assistente social na área de educação, é um assunto antigo, já nos anos de 1960, muitas Secretarias de Educação, principalmente, de grandes cidades, contavam com o apoio desses profissionais.

Observe-se que a Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, revogada pela Lei nº 9.394, de 1996, tratava, no Título XI, Da Assistência Social Escolar:

Art. 90. Em cooperação com outros órgãos ou não, incumbe aos sistemas de ensino, técnica e administrativamente, prover, bem como orientar, fiscalizar e estimular os serviços de assistência social, médico-odontológico e de enfermagem aos alunos. (Revogado pela Lei nº 9.394, de 1996)

Art. 91. A assistência social escolar será prestada nas escolas, sob a orientação dos respectivos diretores, através de serviços que atendam ao tratamento dos casos individuais, à aplicação de técnicas de grupo e à organização social da comunidade. (Revogado pela Lei nº 9.394, de 1996). (BRASIL, 1961)

Os assistentes sociais atuavam em programas específicos da educação, porém, como não houve uma ampliação do quadro de servidores, esses profissionais acabaram migrando para outras áreas das políticas sociais.

Somente nas universidades, a atuação dos profissionais do serviço social teve uma continuidade, principalmente nos programas de assistência ao estudante. No caso das universidades sem fins lucrativos ou nas comunitárias, a necessidade do assistente social tornou-se mais evidente a partir da Lei nº 12.101/2009, que trata do CEBAS – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, sendo que é fundamental a presença do assistente nas organizações de ensino, que concedem bolsas de estudo em troca da isenção da Cota Patronal do INSS. Esses profissionais atuam, principalmente, na avaliação socioeconômica do aluno e no levantamento da renda familiar, por ser esse um dos requisitos para a concessão da bolsa de estudo. Devendo por isso, ser um trabalho muito criterioso.

Atualmente, também, tramita no Senado um Projeto de Lei que dispõe a prestação de serviços de psicologia e assistência social nas escolas públicas de educação básica. Porém, a última tramitação é de 12/11/2010 e, desde então, o mesmo encontra-se nos arquivos do Senado.

Projeto de Lei da Câmara nº 60 (substitutivo), de 2007. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas redes públicas de educação básica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de assistência social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais.

§ 1º As equipes multiprofissionais deverão desenvolver ações voltadas para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais.

§ 2º O trabalho da equipe multiprofissional deverá considerar o projeto político-pedagógico das redes públicas de educação básica e dos seus estabelecimentos de ensino.

Art. 2º Necessidades específicas de desenvolvimento por parte do educando serão atendidas pelas equipes multiprofissionais da escola e, quando necessário, em parceria com os profissionais do SUS.

Art. 3º Os sistemas de ensino disporão de um ano, a partir da data de publicação desta Lei, para tomar as providências necessárias ao cumprimento de suas disposições.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. (BRASIL, 2007)

A maior defesa da participação do serviço social como forma de proteção social escolar está relacionada com o apoio desses profissionais para o ensino fundamental e para a educação básica. Sendo essa a discussão que repercute nos Projetos de Leis, que desde 2003 tramitam na Câmara dos Deputados e nos Municípios.

Defende-se aqui uma concepção de educação que tem por finalidade a formação de sujeitos capazes de pensarem por si mesmos a partir do domínio dos bens culturais produzidos socialmente; enfim, de indivíduos que assumam sua condição de sujeito na dinâmica da vida social, sem perder de vista um projeto coletivo de sua transformação. Nesse sentido, educar significa preparar para a vida de cidadão, processo, que sem dúvida, ultrapassa os limites da escola, mas a ela cabendo um papel importante. A escola, portanto, deve ser pública, igual para todos e democrática em todos os seus aspectos. (BACKX, 2009, p. 122)

Nesse sentido, o serviço social mobiliza um conhecimento importante do ponto vista explicativo e também do ponto de vista interventivo, que faz sentido no movimento histórico das relações sociais no processo de reprodução da vida social, que também ocorrem dentro do ambiente escolar.

Sendo que no cotidiano escolar existe uma interação de situações que na sua origem possuem diferentes dimensões da questão social e que acabam interferindo no processo de ensino-aprendizagem.

Na educação, no que diz respeito aos que tiveram acesso à escola, o grande desafio é o chamado fracasso escolar. Assim, torna-se imprescindível um estudo qualificado sobre os indicadores sociais do setor e os específicos da escola, pois, além de dar a dimensão daquela unidade de ensino no município no qual se situa, permitirá ao profissional identificar prioridades da ação e caminhos para a investigação. (BACKX, 2009, p.130)

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto as instituições educativas, em especial a escola, não se transformarem em espaço de reflexão, desvelamento e conhecimento de suas histórias, de suas realidades, dificilmente se verão alternativas em direção às necessidades dessas mesmas realidades. Só assim a escola poderá passar de uma ação disciplinar para uma ação de intervenção social, ou seja, uma ação que de fato possa contribuir para verificar as origens dos problemas e buscar soluções para os conflitos.

Nesse sentido, o serviço social pode desempenhar um importante papel da intermediação das relações entre escola, aluno, família e comunidade. Porém, para que o profissional do serviço social consiga realizar um trabalho diferenciado dentro das unidades de ensino é necessário obter um conhecimento mais aprofundado sobre as condições e o modo de vida dos usuários, além das representações que os atores institucionais possuem sobre a sua área de atuação. Somente a partir da aquisição desses conhecimentos será possível “a construção de hipóteses explicativas dos fenômenos em sua particularidade, bem como a identificação de possíveis estratégias de ação”. (BACKX, 2009, p.130)

A mesma autora entende que o fracasso escolar é resultado do modelo de ensino e da manutenção que foi adotada pelo Brasil e que apresenta algumas particularidades, como, por exemplo, a forma de organização adotada pelas instituições escolares, cheia de rotinas pré-estabelecidas por um padrão burocrático de gestão.

Essa forma organizativa e a concepção da escola como um espaço de socialização colidem com a vitalidade e a espontaneidade que os alunos apresentam. Diante dessas disparidades, a escola enfrenta um permanente estado de tensão, pois ao mesmo tempo em que precisa cumprir uma série de normas e regras pré-estabelecidas, interna e externamente, é um local de comunicação, de vida e de resistência.

Dessa forma, é necessário que as famílias e os professores transmitam, de forma convincente, a importância que a educação escolar representa para a vida do aluno, qualquer que seja a sua idade, seja no aspecto social, político ou profissional.

Sem essa orientação, é muito difícil para a criança imprimir finalidade e suportar a escola que, sem sentido e sem um projeto pedagógico que considere a dinâmica da faixa etária e aspectos específicos das condições de vida dos usuários, se torna um lugar para cumprir regras, que cerceia a liberdade. Essa, portanto, já se constitui uma frente de ação para o assistente social que, ao conhecer o universo da criança, encontrará indicações para abordar essa questão. (BACKX, 2009, p.131)

É necessário também considerar o aumento significativo do número de famílias monoparentais, em que a mãe exerce o papel de responsável pelo núcleo familiar. Sendo assim, a organização familiar dos alunos que frequentam a escola apresenta formas distintas daquelas do passado. Esse aumento do número de famílias do tipo monoparental feminino (mulher sem cônjuge e com filho) é confirmado pelas pesquisas realizadas pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, sendo que resultados semelhantes também se apresentaram nos relatórios de atendimento do Clube do NAIS.

As famílias do tipo monoparental feminino (mulher sem cônjuge e com filho) se destacam nas áreas urbanas e metropolitanas, onde os aspectos culturais propiciam maior liberdade de comportamento. No conjunto do País, a média, em 2006, foi de 18,1%, mostrando crescimento de quase 3 pontos percentuais em relação a 1996 (15,8%). Nas Regiões Metropolitanas, a proporção variou de 16,6%, em Curitiba, a 25,5%, em Recife. Por outro lado, é surpreendente observar que são elevados os percentuais de arranjos com chefia feminina onde há presença de cônjuge. A média nacional foi de 20,7%, enquanto nas Regiões Metropolitanas os valores variaram entre 17,7%, na do Rio de Janeiro, a 30,5%, na de Fortaleza. Em geral, a representação da pessoa de referência recai sobre os homens. Duas principais hipóteses podem ser formuladas com vistas a explicar o aumento continuado desse tipo de arranjo no momento atual: um aumento de “poder” por parte das mulheres em suas famílias ou o desemprego dos homens. (IBGE, 2007)

Tais mudanças na composição familiar muitas vezes produzem impactos na vida dos jovens, pois quando a mãe assume a responsabilidade familiar, implica dizer que, em muitos casos, precisa também prover o sustento do grupo. Dessa forma, essa mãe necessita sair de casa logo pela manhã, retornando no final da tarde, portanto, durante o dia parte dos jovens permanecem sozinhos. Essa situação é vivenciada pelos Assistentes Sociais do Clube do NAIS nas visitas domiciliares, quando encontram apenas o adolescente na casa e sendo que essa situação não é do conhecimento da escola ou da rede de proteção existente. Assim, torna-se importante conhecer melhor essa realidade, fazendo o levantamento do número de jovens que permanecem sozinho durante o dia e, a partir dessas informações, criar alternativas públicas e privadas que visem formar uma rede de proteção a esses jovens.

Outra questão que tem reflexo no ambiente escolar, podendo ser trabalhada pelo serviço social, é a da violência doméstica. Nas entrevistas realizadas com os jovens que frequentam o Clube do NAIS, observou-se que a violência existente dentro das famílias é constantemente levantada pelos adolescentes, que presenciam ou, em alguns casos, são vítimas de agressões físicas, psicológicas e, até mesmo sexual. Porém, os adolescentes não encontram, no ambiente escolar, um espaço apropriado para dividir essa situação com outras pessoas. Portanto, também, nesse aspecto é necessária a criação de um serviço permanente,

planejado e continuado com o objetivo de ouvir os jovens, analisar os fatos e fazer os encaminhamentos possíveis.

Não podemos nos esquecer, ainda, da questão da renda e da seguridade social, pois desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, as políticas de proteção social fazem parte das prestações positivas obrigatórias que devem ser prestadas pelo Estado. E visando cumprir essa determinação o Brasil tem criado vários mecanismos de proteção social. Porém, de uma forma geral, o que se observa é que existe um desconhecimento por parte dos profissionais, que atuam nas unidades escolares, sobre tais programas de inclusão social, disponibilizados pelo Estado. Sendo que muitas vezes, a própria as famílias desconhecem os benefícios dos quais poderiam usufruir e que poderiam melhorar as condições de vida dos seus membros. Dessa forma, a presença do assistente social no ambiente escolar é uma das formas de viabilizar uma gestão mais democrática dos programas de transferência de renda existentes no país e na ampliação das políticas públicas.

O assistente social, portanto, precisa viabilizar uma articulação com outros setores da política social de forma a atender da forma mais integral possível o aluno e sua família, buscando, por um lado, seu acesso aos serviços e programas sociais existentes e, por outro, a reconstrução da autonomia da família para que consiga articular respostas e recursos compatíveis com uma melhor qualidade de vida. Coloca-se aí a importância da estreita articulação com os Conselhos de Direitos e Tutelares, como também o contato com as instituições da localidade na qual se situa a escola. (BACKX, 2009, p. 132)

Entendemos ainda, que assim como o assistente social pode se tornar uma fonte de apoio social para alunos e familiares, ele também tem muito para contribuir quando se trata da questão do corpo docente. Pois, conforme a pesquisa realizada pela Apeospe (2011), a violência na escola e a situação social dos alunos aparecem entre as cinco principais situações que causam sofrimento ao professor.

Além da questão salarial, pesquisas apontam que os profissionais da educação, muitas vezes, trabalham em condições precárias, com especificidade para os recursos pedagógicos, institucionais. Esses fatores geram insatisfação, o que contribui para o aumento dos conflitos nas relações pedagógicas, frequentemente levando a uma situação crônica de tensão emocional e de insatisfação com o que fazem. Na maioria das vezes, apesar desse desconforto os professores persistem mantêm-se na situação, principalmente, por questões econômicas.

Os estudiosos da Síndrome de Burnout na profissão docente, também, têm procurado explicar suas causas na situação da escola da sociedade contemporânea: mudanças da função pedagógica da escola, que, diante do agravamento da crise social foi imbuída de tarefas desafiadoras para as quais os docentes não estão preparados; mudanças do estatuto social do professor marcado por desvalorização social e perda salarial; evidências da proletarianização da classe docente nas atuais

relações de trabalho; fragilidade da cultura docente que não se reconstruiu na nova realidade da educação e se apegou aos valores e princípios já superados; multiplicação e acúmulo de atividades atribuídas ao professor pelas atuais instituições de ensino; influência dos agentes de socialização (mídia) nas personalidades dos alunos e nas relações sociais; sobrecarga de trabalho mental; conflitos entre a vida profissional e a vida doméstica ou familiar. (VILELA, 2006, p. 25)

A escola também é palco de manifestações sutis de discriminação que acabam interferindo no desempenho dos alunos, uma vez que o respeito às diferenças fica, na maioria das vezes, apenas no discurso da igualdade, mas não é aplicada na prática cotidiana. Nesse sentido, os próprios docentes têm dificuldade com situações de discriminação que ocorrem dentro das salas de aulas. Parte dos alunos acaba por reagir de forma violenta às sucessivas humilhações e detrações que sofrem dentro do ambiente escolar. Sendo que essas situações podem fazer com que muitos alunos passem a se recusar a continuar frequentando a escola.

Instala-se, assim, um processo de culpabilização no qual todos os envolvidos acusam-se mutuamente. Os docentes responsabilizam as crianças e suas famílias, as quais, por sua situação de pobreza, são consideradas desorganizadas e negligentes no disciplinamento dos filhos; a família aponta a rotatividade e a ausência de professores; a direção justifica com a formação do quadro docente, as más condições de trabalho e o baixo salário. Numa história sem autores, sobra para a criança o rótulo do fracasso. (BACKX, 2009, p. 134)

Diante de todas essas situações de conflitos e contradições vivenciadas pelas escolas da atualidade, já se tornou comum a existência da indisciplina e da violência. Porém, ainda não se efetivou uma prática de combate a essa situação que não seja pela perpetuação de ações repressivas e muitas vezes violentas. Entendemos que o assistente social é o profissional que possui as melhores condições para mudar o ciclo de culpabilização existente, apresentando outras estratégias formais e informais, visando sempre promover “a socialização de outro olhar sobre a cultura escolar, trazendo também para dentro dela a lógica e percepção dos usuários”. (BACKX, 2009) Como exemplo de atuação, a autora sugere estratégias formais as seguintes atividades:

[...] sugerir grupos de discussão com os docentes sobre as dificuldades na relação pedagógica, incentivar a participação do conselho de classe, propor qualificação docente na área de relações de gênero e étnico-raciais, criar espaços e condições de discussão com as crianças e adolescentes sobre as questões do seu interesse e do interesse da escola como um todo, dentre inúmeras outras possibilidades. (BACKX, 2009, p. 134)

Já no que se refere às estratégias informais que podem ser desenvolvidas pelos assistentes sociais no ambiente escolar, a autora apresenta algumas sugestões.

No plano do informal, sugere-se que o assistente social não perca a oportunidade de, em qualquer situação presenciada, apontar marcas de discriminação de qualquer

espécie, postura que, sem dúvida, exige uma atenção especial para com os princípios do projeto ético-político. Enfim, iniciar um debate aberto sobre as questões que incidem no processo de ensino-aprendizagem, envolvendo o conjunto dos sujeitos do cotidiano escolar. (BACKX, 2009, p. 135)

Na realização deste trabalho foram feitas leituras sobre o tema aqui tratado, e análises dos Boletins de Ocorrência encaminhados ao Clube do NAIS, em 2011, que possuíam relação com o ambiente escolar. O resultado apresentado se esforçou em ser contribuidor, não para responder plenamente às questões iniciais, mas para ampliá-las e levantar novas questões, como, por exemplo, a introdução da função de professor mediador, que não pode ser assistencial e pulverizada e, em consequência, perder-se entre as demais ações, igualmente desintegradas da sala de aula.

A aproximação de Políticas de Educação com Políticas de Assistência Social através de parcerias com organizações do Terceiro Setor tem sido discutida em encontros nacionais e internacionais na busca de vínculos, teias de vínculos, como quer Norbet Elias (2000), que são a gênese da vida em sociedade da formação de grupos de *insiders* e *outsiders* e, conseqüentemente, da ideia de uma nação de indivíduos com identidade similares frente àqueles com, por exemplo, línguas diferentes. Logo, na diversidade e na adversidade.

Finalizando, validamos a pertinência da força persuasiva de Aguiar e Castro (2012).

Em um contexto de desigualdades sociais, especialmente considerando a infância e a adolescência brasileiras, ações que promovam a equidade ganham cada vez mais relevância. Na nova “arquitetura” da ação pública, o envolvimento dos diversos setores da sociedade, além do Estado, como as organizações da sociedade civil, também cumprem importante papel na garantia de direitos e na proteção social aos segmentos mais vulneráveis. A parceria Estado e sociedade civil tem um papel decisivo na governabilidade social nas comunidades e pode promover experiências transformadoras que materializam o conceito de Educação e Proteção social de crianças e jovens brasileiros. (AGUIAR; CASTRO, 2012)

REFERÊNCIAS

- ABMP – Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude. Diretrizes de uma justiça adaptada a crianças e adolescentes. 2010. Disponível em: < <http://www.juecesinfanciamecosur.org/directrizes-criancas.htm>>. Acesso em: 13 ago. 2012
- ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças. **Violência nas escolas**. Ed.Unesco, doações institucionais.(2002/2003).
- AÇÃO EDUCATIVA. Ação Educativa, Assessoria, Pesquisa e Informação, 1994 (ano de fundação). Sítio eletrônico. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org/>>. Acesso em: 25 ago. 2012.
- AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- AGUIAR, Rui; CASTRO, Ieda Maria Nobre de. Experiências que transformam: educação e proteção social. In: **Seminário Nacional de Educação Integral**: Experiências que transformam. 2012. Disponível em: <<http://www.fundacaoitausocial.org.br/acontece/noticias/fundacao-ita-social-e-unicef-debatem-praticas-de-educacao-integral.html>>. Acesso em: 15 fev. 2013.
- AMARO, Sarita Teresinha Alves. **Serviço social na educação**: base para o trabalho profissional. Florianópolis: UFSC, 2011.
- APEOESP. **Saúde dos professores e a qualidade do ensino**. São Paulo: APEOESP, 29 dez. 2011. Disponível em: < <http://www.apoesp.org.br/publicacoes/saude-dos-professores/saude-dos-professores-e-a-qualidade-do-ensino/>>. Acesso em 22 mar. 2012.
- BACKX, Sheila. O serviço social na educação. In: REZENDE,V. L.; CAVALCANTI, L. F. **Serviço social e políticas sociais**. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. p. 121-137.
- BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- _____. **Globalização**: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar,1999.
- _____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- _____. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. **Vida em fragmentos**: sobre ética pós-moderna. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.
- BLAYA, Catherine; SANTANDER, Alejandro Castro; SLEE, Phillip (Orgs). Investigaciones, intervenciones, evaluaciones y políticas públicas. In: 5ta Conferencia Mundial y IV Congreso Iberoamericano, 7-9 de abril de 2011. **Violencia em la escuela invesigaciones, evaluaciones y políticas publicas**. Mendoza – Argentina, 2011.
- BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009a**. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/sobreministerio/legislacao/assistenciasocial/resolucoes/2009/Resol>

ucao%20CNAS%20no%20109-%20de%2011%20de%20novembro%20de%202009.pdf>.
Acesso em: 14 mar. 2012.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 12 mar. 2012.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 13/03/2012.

_____. Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012b. Dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação, destinados às instituições federais de ensino; altera as Leis nos 8.168, de 16 de janeiro de 1991, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e 11.526, de 4 de outubro de 2007; revoga as Leis nos 5.490, de 3 de setembro de 1968, e 5.758, de 3 de dezembro de 1971, e os Decretos-Leis nos 245, de 28 de fevereiro de 1967, 419, de 10 de janeiro de 1969, e 530, de 15 de abril de 1969; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/L12677.htm>. Acesso em: 30 ago. 2012.

_____. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm>. Acesso em: 27 dez. 2012.

_____. **Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995**. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19099.htm>. Acesso em: 27 jun. 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Gestão do trabalho no âmbito do SUAS**: uma contribuição necessária. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011b.

_____. Ministério do desenvolvimento social. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif). Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/servicos/protecao-e-atendimento-integral-a-familia-paif/servico-de-protecao-e-atendimento-integral-a-familia-paif>>. Acesso em 14 jan. 2013.

_____. Senado Federal. Projeto de Lei da Câmara, nº 60 de 2007: (nº 3.688/2000, na casa de origem). Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas de educação básica. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=50998&tp=1>>. Acesso em: 27 mar. 2012.

_____. Senado Federal. Projeto de lei do Senado nº 191, de maio de 2009b. Estabelece procedimentos de socialização e de prestação jurisdicional e prevê medidas protetivas para os casos de violência contra o professor oriunda da relação de educação. 2009b. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/publicacoes/diarios/pdf/sf/2009/05/12052009/16666.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2012

_____. Sinase. **Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012a**. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nos 8.069, de 13 de

julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nos 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm>. Acesso em: 31 mar. 2012.

BUARQUE, Chico. Hino de Duran. **Ópera do malandro**. 1979. Disponível em: <<http://letras.terra.com.br/chico-buarque/45134/>>. Acesso em: 20/07/2011.

CARNEIRO JUNIOR, Nivaldo; NASCIMENTO, Vânia Barbosa do; COSTA, Ieda Maria Cabral. Relação entre Público e Privado na Atenção Primária à Saúde: considerações preliminares. **Saúde Soc. São Paulo**, v.20, n.4, p. 971-979, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v20n4/14.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2012.

CECIP. Centro de criação de imagem popular, 1986 (data de fundação). Educação Infantil: Aprendendo com experiências de gestão aqui e em Portugal. Sítio eletrônico. Disponível em: <<http://www.cecip.org.br/>>. Acesso em: 25 ago. 2012.

CLAUDIO, Ivan. Músicas contra o autoritarismo e de conteúdo político tornam-se populares com as revoltas nos países árabes e em parte da Europa. **Isto É**, 2011. Disponível em: <http://www.istoe.com.br/reportagens/143332_A+ONDA+DAS+CANCOES+DE+PROTES+TO>. Acesso em: 12 mar. 2013.

CORTÁZAR, Julio. **Histórias de cronópios e de famas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **O jogo da amarelinha**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

COSTA, A. C. G. et al. Brasil Criança Urgente: o novo direito da criança e do adolescente. Coleção Pedagogia Social. v. 1. São Paulo: Columbus Cultural, 1989.

DAYRELL, Juarez. Escola e culturas juvenis. In: FREITAS, M. V. de; PAPA, F. de C. (Org.). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez: Ação Educativa: Fundação Friedrich Ebert, 2003. p. 173-189.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. 3.ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELEUZE, Gilles. Controle e devir. São Paulo: Editora 34, 1992.

DEOLINDA. **Parva que sou**. Ainda não gravada foi apresentada ao público pela primeira vez no Coliseu do Porto, Portugal, nos dias 22 e 23 de janeiro de 2011. Disponível em: <<http://letras.terra.com.br/deolinda/1829885/>>. Acesso em: 26 jun. 2011.

DOLABELA, Fernando. O segredo de Luísa. Rio de Janeiro: Sextante, 1999.

ELIAS, Norbet. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FANTE, Cleo. **Fenômeno bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz**. 2. ed. Campinas: Verus, 2005.

FANTE, Cleo; PEDRA, José Augusto. **Bullying escolar: perguntas e respostas**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FERREIRA, Stela da Silva. **NOB-RH: Anotada e Comentada** – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GADELHA, Sylvio. **Biopolítica, governamentalidade e educação: introdução e conexões**, a partir de Michel Foucault. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

GOLDSTEIN, Ilana Seltzer. **Responsabilidade social: das grandes corporações ao terceiro setor**. São Paulo: Ática, 2007.

GOTAN PROJECT. Rayuela. 1978. **Tango 3.0**. Faixa 02. 2010.

HUXLEY, Aldous. Admirável Mundo Novo. 5.ed. Porto Alegre: Globo Porto Alegre, 1979

IBGE. Comunicação Social, 28 de setembro de 2007. **IBGE divulga indicadores sociais dos últimos dez anos**. Sala de Imprensa. Síntese de Indicadores Sociais 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=987>. Acesso em: 27 mar. 2012.

JACINTO, Daniela. ECA completa 21 anos, mas ainda falta maturidade. **Jornal Cruzeiro do Sul**, 16 de julho de 2011. Disponível em: <<http://portal.cruzeirosul.inf.br/acessarmateria.jsf?id=315262>>. Acesso em: 25/07/2011.

JARETA, Gabriel. Programa que introduz a figura do professor mediador de conflitos sinaliza para ação além do espaço escolar. **Revista Educação**, nº 173, 2011. Disponível em: <<http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/173/em-meio-ao-fogo-235013-1.asp>>. Acesso: 15 fev. 2013.

KLEIN, Naomi. **Sem logo: a tirania das marcas em um planeta vendido**. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

KURZ, Robert. Gênese do absolutismo de mercado. **Folha de São Paulo**, 8 de junho de 1997. Caderno Mais. Disponível em: <<http://www.nossacasa.net/dire/texto.asp?texto=70ao>>. Acesso em: 02 abr. 2012.

LOES, João. O que seu filho faz na internet? **IstoÉ**. São Paulo, ano 34, nº 2144, 15 de dezembro, p. 80-85, 2010.

LORENCETTI, Luiz Carlos (Org.). Fórum Desenvolve Londrina. O adolescente em conflito com a lei. Prevenção - Ressocialização - Medidas Socioeducativas. Londrina, 2011. Disponível em: <http://www.forumdesenvovelondrina.org/download/estudo_2011.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2012.

MALVASI, Paulo Artur; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Violentamente pacíficos: desconstruindo a associação juventude e violência**. São Paulo, Cortez, 2010.

MANDELLI, Mariana. Se não dialogar, a escola vai se extinguir. **Estadão**. São Paulo, 27 de setembro de. 2010. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20100927/not_imp615732,0.php>. Acesso em: 15 dez. 2010.

MELO, Eduardo Rezende; SOUSA, Andrea Santos. Diretrizes de uma justiça adaptada a crianças e adolescentes: apresentação do documento referencial para debate. ABMP. Disponível em: <<http://www.juecesinfanciamecosur.org/diretrizes-criancas.htm>>. Acesso em: 23 jul. 2012.

MENDES, Anclar P. C. Nas escolas o futuro. **Revista Educação**. Jornal Cruzeiro do Sul (encarte especial). Sorocaba, 26 set. 2010.

MENDES, Tania Maria Scuro; TORRES, Juliana Mousquer. **A vitimização de professores e a “alunocracia” na educação básica**. 2007. Disponível em: <<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=a%20vitimiza%C3%A7%C3%A3o%20de%20professores%20e%20a%20%E2%80%9Calunocracia%E2%80%9D%20na%20educa%C3%A7%C3%A3o%20b%C3%A1sica&source=web&cd=1&ved=0CFIQFjAA&url=http%3A%2F%2Fxa.yimg.com%2Fkq%2Fgroups%2F10564754%2F215510483%2Fname%2FA%2BVITIMIZA%25C3%2587%25C3%2583O%2BDE%2BPROFESSORES%2BE%2BA%2BALUNOCRACIA%2BNA%2BEDUCA%25C3%2587%25C3%2583O.doc&ei=d8kWUKvIMuS16AHcpYCgDA&usq=AFQjCNGgiE9iZijwJA5-kqDXreKw85UQsQ&cad=rja>>. Acesso: 30 jul. 2012.

MUNIZ, Egli. Equipes de referência no SUAS e as responsabilidades dos trabalhadores. In: Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Gestão do trabalho no âmbito do SUAS: uma contribuição necessária**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011. p. 87-121.

OS INCRÍVEIS. **Capeta em forma de guri**. Single, 1965c. Disponível em: <<http://www.vagalume.com.br/os-incriveis/capeta-em-forma-de-guri.html>>. Acesso em: 15 mar. 2012.

PAES, José Eduardo Sabo. **Fundações e entidades de interesse social: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis, e tributários**. 4. ed. Brasília : Brasília Jurídica, 2003.

PAES, José Eduardo Sabo. **Fundações e entidades de interesse social: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis, trabalhistas e tributários**. 7. ed. – São Paulo: Forense, 2010.

PAULINA, Iracy. Como lidar com a rotatividade de professores. **Nova Escola**. Edição 2, junho/julho, 2009. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/gestao-escolar/diretor/rotatividade-professores-483054.shtml>>. Acesso em: 22 jun. 2012.

PORTAL INTELIGEMCIA. McAfee revela o comportamento do jovem brasileiro na Internet: A vida secreta dos adolescentes: o comportamento dos jovens na Web. Disponível em: <<http://www.inteligencia.com.br/15765/2010/11/10/mcafee-revela-o-comportamento-do-jovem-brasileiro-na-internet/>>. Acesso em: 15mar. 2012.

QUINET, Antonio. **Um olhar a mais: ver e ser visto na psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A Nova ciência das organizações**. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

REZENDE, Ilma; CAVALCANTI, Ludmila Fontenele. **Serviço Social e Políticas Sociais**. 3 ed., Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

RUIZ, Castor. **Homo sacer**. O poder soberano e a vida nua. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4044&secao=371>. Acesso: 31 jul. 2012.

SANTA HELENA, Eber Zoehler. O fenômeno da desjudicialização. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 11, n. 922, 11 jan. 2006. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/7818>>. Acesso em: 22 jul. 2012.

SANTOS, Regina Helena. Encontro discutiu escola do futuro: educadores revelam otimismo e sugerem debate contínuo. *Jornal Cruzeiro do Sul*, 26 de setembro, 2010. **Revista Educação**. (Encarte especial). Sorocaba, 2010.

SÃO PAULO. Lei nº 10.312, de 12 de maio de 1999 de São Paulo. Institui Programa Interdisciplinar e de Participação Comunitário para Prevenção e Combate à Violência nas escolas da rede pública de ensino e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/168315/lei-10312-99-sao-paulo-sp>>. Acesso em: 10 fev. 2012.

SARLO, Beatriz. **Cena da vida pós-moderna: intelectuais, arte e videocultura na Argentina**. 4. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

SILVA, Joyce Mary Adam de Paula; SALLES, Leila Maria Ferreira. (Orgs). **Jovens, violência e escola: um desafio contemporâneo**. São Paulo: Cultura Acadêmica. 2010.

SOARES, Maria Lúcia de Amorim. A. Sociedade indisciplinada: ocorrências disciplinares nas escolas. In: II Congresso de Educação da Uniso, 2005, Sorocaba, SP, 2005. v. 01. p. 15.

SOROCABA – Câmara Municipal. **Projeto de Lei Ordinária 424/2010**. Estabelece procedimentos e medidas de proteção para casos de violência e ameaças contra o professor, diretor, inspetor de aluno da rede municipal de ensino, proveniente da relação de ensino com alunos de todo ciclo ministrado. Disponível em: <http://200.155.3.178/arquivos/ordemdodia/ordem_do_dia_12_7_2012_2.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2012.

_____. **Lei 8627/08 | Lei nº 8627 de 04 de dezembro de 2008**, Sorocaba. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/523355/lei-8627-08-sorocaba-0>>. Acesso em: 16 mar. 2012.

_____. Secretaria Jurídica da Câmara. **Parecer de 18 de outubro de 2010**. Opina pela inconstitucionalidade de Projeto de Lei 424/2010. Sorocaba. Disponível em: <http://200.155.3.178:8080/sapl_documentos/materia/2920>. Acesso em: 03 jul. 2012.

SPOSATO, Karyna Batista (Org). **Guia teórico e prático de medidas socioeducativas**. Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente – Brasil. UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância. 2004. Disponível em: <<http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/Guia-MedidasSocioeducativas.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2011.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. **A pesquisa em historia**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2002.

VILELA, Rita Amelia Teixeira. O trabalho do professor nas condições de adversidade: escola, violência e profissão docente. Fip - projeto 2005/2006. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. **Relatório final de pesquisa**; Belo Horizonte, 30 de setembro de 2006. Disponível em: <http://www.ich.pucminas.br/pged/arquivos/publica/ratv/ritavilela_trabalho-professor-adversidade_relatoresq.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2012.

ZÉ RAMALHO. Admirável gado novo. **Zé Ramalho da Paraíba**. Faixa 23, Discobertas, 2008. CC-ROM. Disponível em: <<http://letras.mus.br/ze-ramalho/49361/>>. Acesso em: 27 fev. 2012

Anexos

ANEXO A - RESUMO DOS 120 BOLETINS DE OCORRÊNCIA ANALISADOS NA PESQUISA

➤ Lesão Corporal

- Art. 129 do Código Penal
- Art. 129. Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem
- **60 Boletins: (50 % do total)³**

01. Histórico: Comparece a vítima e sua genitora em plantão policial declarando que após o término das aulas, estava indo para casa quando foi agredida por seu colega de sala, que estava acompanhado por mais dez colegas. A vítima alega que foi empurrada e agredida com socos e chutes, que atingiram sua face e abdômen. A declarante explana que tais agressões se deram pelo motivo da mesma ter advertido o agressor que estava sujando seu uniforme, carteira e cadeira com corretivo e arremessando giz em sua costa. Informa ainda a vítima que não reagiu às agressões por ordem do agressor que a ameaçou dizendo que os outros adolescentes também poderiam agredi – la.

02 - Histórico: Em plantão policial a vítima declara ter sido agredida pela colega de escola, no intervalo. A adolescente agressora teria emprestado um “piercing” para a vítima, há um mês, e que na manhã do dia 19/04/2012, a adolescente queria que a vítima matasse aula com ela, e ao se negar a adolescente agressora solicitou o “piercing” de volta. Explanando a vítima que entregaria o “piercing” depois do intervalo e não aceitando a proposta de matar aula. Por esses motivos, a adolescente agressora avançou na vítima arranhando-a na face. A declarante ainda explana que a adolescente já vem tendo comportamento indisciplinado há certo tempo e lhe fazendo ameaças. A responsável pela vítima declara, ainda, que a mãe da adolescente agressora foi tirar satisfação consigo na frente da escola.

03 - Histórico: Comparece em plantão policial a genitora e a vítima relatando que na noite de 06/04/2011 a vítima estava em sala de aula quando foi colocado em sua cadeira escolar o dizer: “Gay”. No mesmo local a vítima passou a ser provocada pelo adolescente agressor com o mesmo dizer, momento em que a vítima respondeu com a mesma palavra. Diante do fato, o adolescente agressor ameaçou a vítima dizendo “não tem medo de morrer de ir para o inferno, vou chamar os caras da minha vila para bater em você, vou te matar”. Após

³ Transcrição direta, sem correção ortográfica.

tais ofensas os outros alunos começaram a incentivar o adolescente a agredir a vítima, onde a vítima explicou “você é um bosta” fato este que irritou ainda mais o agressor levando-o a agredir fisicamente a vítima.

04 - Histórico: Presente no plantão policial a vítima estudante de uma escola estadual, informando ter sido agredida no interior da sala por cinco alunos da mesma escola. A vítima informa que foi empurrada na parede e na sequência foi agredida com socos no abdômen, o que lhe ocasionou vômitos. Alguns dias passados a vítima foi ameaçada na frente do núcleo escolar sentindo-se acuada e não entrando para assistir as aulas. No dia seguinte, a vítima foi novamente ameaçada com uma faca por um dos agressores dizendo-lhe “vou pegar você”.

05 - Histórico: Presente nesta unidade policial a representante da vítima narrando que na data de 28/03/2011 a vítima foi agredida no interior da sala de aula por uma adolescente de outra sala, por motivo fútil de desavença no intervalo. Ao procurar direção da escola a genitora da vítima foi informada que a agressora teria sido suspensa e que seria marcada uma reunião com os responsáveis de ambas adolescentes. A genitora narra que após o ocorrido a adolescente agressora e mais quinze amigas passaram a ameaçar a vítima, que esta amedrontada, não comparecendo a escola na última semana.

06 - Histórico: Comparece a vítima na manhã de 18/05/2011 narrando ter sido agredida no rosto por motivos fúteis. E que essa agressão lhe causará ferimentos e que a mesma ocorreu no interior da sala de aula, sendo praticada por uma colega de sala.

07 - Histórico: Presente no plantão policial a vítima juntamente com sua genitora relatando ter sido agredida com chutes e socos por quatro adolescentes em frente à escola estadual. A declarante explica que o fato que levou as agressões foi devido já haver um desentendimento anterior, entre a vítima e as agressoras.

08 - Histórico: Notícia a vítima, no plantão policial, ser estudante de uma escola estadual e que no horário do intervalo foi agredida com chutes e socos por duas adolescentes da referida escola. Tais agressões foram, conforme alegado por uma das agressoras, pelo motivo de a vítima “estar olhando torto para uma das adolescentes”. Após as agressões a vítima foi ameaçada de nova violência se comparecesse no dia seguinte ao núcleo escolar.

09 - Histórico: Presente no plantão policial a vítima, declarando exercer a função de professora e que na data de 07/04/2011 estava na frente da porta da sala de aula onde iria lecionar, quando observou uma briga entre dois adolescentes vindo em sua direção momento este em que a vítima sentiu um forte impacto e foi levada ao chão causando-lhe lesões.

10 - Histórico: Comparece a vítima informando que desde o início do ano vem sendo provocada e xingada sem motivo algum por duas alunas da escola onde estuda. Na data de 08/04/2011 foi agredida fisicamente no interior da sala de aula e frequentemente é ameaçada. Diante da situação a genitora da vítima solicitou a lavratura do boletim de ocorrência.

11 - Histórico: No plantão policial a vítima informa exercer a função de inspetora de alunos na instituição de ensino, e que na data de 20/04/2011 ao repreender o adolescente o mesmo lhe agrediu com um chute na perna e pronunciou palavras de baixo calão a vítima e ameaçando-a de que se fosse à delegacia esta “iria ver com ele”. Sendo que foi tomada a providência de suspensão ao adolescente agressor.

12 - Histórico: Presente no plantão policial a vítima acompanhada de sua genitora informando que na data de 27/04/2011 foi abordada por aproximadamente dez meninas as quais lhe agrediram fisicamente provocando ferimentos em sua cabeça. A vítima informa que sabe apenas o nome de duas agressoras e que todas as adolescentes são estudantes da mesma escola em que a vítima estuda.

13 - Histórico: Comparece na unidade policial a Policial Militar, noticiando que foi requisitada a comparecer na escola estadual, para atendimento de uma ocorrência envolvendo quatro adolescentes, da mesma sala de aula, que teriam se envolvido na agressão física a uma vítima na saída da escola. Sendo que as motivações da agressão precisam ser apuradas, pois estavam contraditórias. A genitora da vítima presente foi orientada a leva-lo ao Pronto Socorro, pois apresentava ferimentos de natureza leve, sendo requisitado exame de corpo delito aos demais adolescentes.

14 - Histórico: Comparece a vítima acompanhada de seu genitor relatando ter sido agredido fisicamente com chutes e puxões na gola da camiseta, ocasionando lesões em seu pescoço, por um colega de sala durante a aula. A vítima informa que o agressor sempre apresentou problemas de relacionamento com os colegas de sala, e já vem sendo advertido por

outras agressões e indisciplina com os colegas. A vítima relata, ainda, que vem sofrendo provocações desde início do ano letivo como: esfregar papel em sua face e mandando comer. Segundo a vítima, ela foi tolerando ao máximo, porém acabou desferindo um chute no agressor, motivo que se iniciou as agressões.

15 - Histórico: Comparece no plantão a Policial elucidando ter sido solicitada a viatura na escola estadual. Ao chegar ao local à diretora da escola informou que duas adolescentes vieram a se agredir fisicamente no interior do núcleo escolar, onde sofreram escoriações. Os pais das adolescentes foram requisitados a comparecer na escola, sendo que um dos responsáveis optou por comparecer ao plantão policial no dia seguinte. Sendo assim, a policial conduziu a outra adolescente e sua genitora ao plantão, onde a vítima declarou que havia sido provocada pela outra adolescente e que não se controlando agrediu a adolescente, puxando seus cabelos e lhe acertando alguns tapas. Porém, alega que também foi agredida em sua face e recebeu um puxão no braço que lhe causará muita dor, não conseguindo movimenta-lo. A vítima afirma que a outra adolescente costuma lhe ameaçar de morte, dizendo que irá lhe matara com um estilete. Sendo que a vítima diz que tais ameaças e agressões são devido a um desentendimento anterior entre as partes.

16 - Histórico: Presente em plantão policial as três testemunhas, informando trabalharem na escola estadual e que no núcleo escolar estuda um aluno com problemas psiquiátricos. Sendo que os demais alunos costumam zombar dele. Na data de 23/11/2011 um aluno começou a zombar da vítima, que por sua vez não gostou. Dessa forma, iniciou-se uma discussão, quando outro adolescente agrediu a vítima no nariz e que esta se defendeu agredindo e ferindo o adolescente. Diante dos fatos os representantes do núcleo educacional entenderam por melhor solicitar a lavratura do boletim de ocorrência. Uma das testemunhas afirma, ainda, ter sido ameaçada pela genitora do adolescente agressor, tendo como testemunhas outros funcionários da escola.

17 - Histórico: Noticia a vítima trabalhar como professora na escola estadual. E que na data de 22/11/2011, estava na porta da sala de aula quando foi atingida no braço, ocasionando-lhe um ferimento e “trincando o braço”. Sendo socorrida e, mais tarde, tomando conhecimento que teria sido atingida por uma cadeira.

18 - Histórico: Comparece no plantão policial a responsável pela vítima informando que há algum tempo seu filho vem sofrendo “bulling”. E que na data de 11/08/2011, um adolescente da mesma escola ao encontrar a vítima no ponto de ônibus o chamou de “cabeção” e “cabeça de jaca”. Irritado a vítima foi tirar satisfação, quando foi agredida fisicamente tendo sua cabeça empurrada contra o poste do ponto de ônibus. Ao procurar a direção da escola, a responsável pela vítima, foi orientada a lavrar o boletim de ocorrência.

19 - Histórico: Presente no plantão policial a vítima juntamente com sua responsável noticiando que, na data de 02/09/2011, sofreu uma agressão. O fato ocorreu na saída da escola estadual, onde a vítima estuda. Nesse local, encontravam-se outros dois adolescente, de outra escola, que estavam à espera da vítima e ao avistarem partiram para a agressão física com socos no nariz e na boca. Nesse momento um amigo da vítima interviu e separou a briga. A vítima não soube dizer o motivo de tal agressão, dizendo conhecer os agressores há um ano, quando estudaram juntos e que nunca houve desentendimento entre as partes. Sendo encaminhada a vítima para exame de corpo de delito.

20 - Histórico: Presente no plantão a Policial, narrando que na data de 03/10/2011 encontrava-se no Conselho Tutelar. Quando compareceu a vítima, acompanhada de sua genitora, narrando ter sofrido agressão física de uma colega da mesma turma de sala, pois haviam discutido por motivos fúteis. A adolescente agressora havia prometido agredir a vítima, e momentos antes de deixarem a escola tais promessas se concretizaram, quando a vítima foi agredida com arranhões, joelhadas no rosto e na cabeça. As agressões foram tantas que a vítima chegou a desmaiar, sendo socorrida por uma professora e levada a sua residência. A genitora da vítima foi até o Conselho Tutelar e ao chegar lá a Policial viu o estado da vítima e as conduziu ao PA da zona norte para avaliação médica.

21 - Histórico: Comparece no plantão policial a vítima com sua representante legal, noticiando que a vítima tinha sido agredida fisicamente por uma colega da sala de aula. Tais agressões se deram pelo motivo que a agressora estava atrapalhando a aula, quando um colega pediu silêncio. Por essa razão houve uma discussão na sala, quando a vítima resolveu intervir na discussão para acalmar. A vítima declara ter ouvido em sala que teria briga no intervalo. Ao chegar o intervalo, a agressora passou a fazer provocações a uma amiga da vítima, que havia perguntado se a adolescente que havia causado o tumulto em sala teria vindo. Foi nesse momento que a agressora ouvindo o comentário, partiu para agressão. Por esse motivo, a

vítima posicionou-se em sua frente para proteger a colega que havia feito o comentário, sendo que por isso a vítima recebeu murros, arranhões e puxões de cabelo.

22 - Histórico: Presente no plantão policial a vítima, com sua genitora, explanando estar na frente da escola aguardando a entrada com seu colega, quando atravessou a rua para comprar “geladinho” momento em que apareceram quatro adolescentes, sendo que apenas um estava sem uniforme da escola. Estes passaram a pedir dinheiro para seu colega quando a vítima disse que ele não precisaria emprestar dinheiro para os adolescentes. Foi nesse momento que o adolescente agressor, que estava sem uniforme da escola, lhe deu vários socos em seu rosto. A genitora da vítima procurou a escola, onde foi informada que a escola não poderia informar o endereço do agressor, pois este estava fora do horário de aula. Dessa forma, os responsáveis pela escola somente poderia tomar providencias mediante o registro do boletim de ocorrência.

23 - Histórico: Comparece em plantão a vítima acompanhada de seu genitor explanando que estava na fila para pegar a merendar escolar, quando foi avisada pelo seu colega, também vítima, que alguns adolescentes iriam lhe agredir. Nesse momento a vítima correu para a direção, alertando a diretora do que estava acontecendo. O suposto adolescente que iria lhe agredir foi chamado à diretoria, para que explicasse o que estava acontecendo. Foi quando, ao se aproximar da vítima, o ameaçou dizendo que não tinha medo em lhe matar, e que se não pudesse agredi-lo na escola então seria na rua e ainda elucidou “tenho dois brinquedinhos em casa”. Logo após esse fato, a vítima e seu colega estavam ao lado do banheiro, quando outro adolescente, em companhia de mais treze alunos, passaram a dizer “e ai “talarico”, fica “talaricando” a mina dos outros, seu galinha”. E logo em seguida, desferiu um soco no ombro da vítima e com o joelho passou a pressionar seu abdômen, na sequência jogou o colega da vítima contra a parede.

24 - Histórico: Comparece no plantão policial o Soldado, informando ter sido solicitado para comparecer na escola, pela diretora. O motivo da solicitação foi uma briga entre dois alunos. Esses dois alunos discutiam, quando um terceiro tentou separar. Este terceiro da à versão que o outro adolescente estava empurrando seu amigo quando foi defendê-lo, e por isso deu um soco no nariz do adolescente. Nesse momento a briga foi separada pelo inspetor da escola e todos os alunos foram levados à diretoria. Porém, o adolescente agressor frisa que só agrediu porque foi agredido primeiro. Já na versão do aluno

agredido, consta que ao adentrar na escola passou a receber provocações do outro adolescente e trocaram alguns socos, porém sem força. Sendo que logo em seguida este adolescente chamou seu amigo, que ao aproximar-se já o agrediu com socos no rosto e corpo, até o instante em que foram separados pelo inspetor e, juntamente com outros alunos foram levados até a diretoria.

25 - Histórico: Presente no plantão a vítima, acompanhada de sua genitora, noticiando que fora agredida com um soco no olho no pátio do núcleo escolar, por outro adolescente. Sendo chamado pela diretora o pai da vítima para que fosse socorrida. O adolescente agressor foi expulso. Explica a vítima ter sido ameaçada por outro adolescente da mesma escola, dizendo que se o agressor fosse expulso ela iria se arrepender. A vítima afirma que tais agressões se deram pelo motivo de que na aula de educação física a vítima fez um “gol”. A vítima foi socorrida e teve diagnóstico de “deslocamento da retina”.

26 - Histórico: Comparece na unidade policial a vítima e sua declarante, informando em que no intervalo da escola uma adolescente cuspiu em seu rosto e em seu prato de comida. Após essa provocação, a vítima pegou o prato de comida e arremessou na adolescente agressora, motivo pelo qual acabaram por se agredir fisicamente. A vítima informa que o desentendimento foi devido a um jogo de handebol.

27 - Histórico: Presente no plantão policial a genitora da vítima, declarando que seu filho foi agredido fisicamente em sala de aula no estomago, pernas e com um forte tapa na cabeça. A agressão foi realizada por três alunos da mesma unidade escolar. Informou, ainda, que os alunos envolvidos na agressão foram suspensos das atividades escolares.

28 - Histórico: No plantão a declarante, genitora da vítima, informa que a vítima ao chegar a casa, após o período escolar, apresentava um hematoma na face. Ao ser indagado por sua representante, informou que foi agredido sem motivo algum no corredor da escola por outro adolescente, que já havia agredido outros alunos. A direção da escola só tomou conhecimento após a genitora comparecer a escola, onde foi informada que serão tomadas as devidas providências.

29 - Histórico: Comparece a vítima acompanhada de seu genitor, explanando estudar na escola estadual e que na data de 16/03/2011, quando saía da escola, nas proximidades do

estabelecimento de ensino, foi agredida fisicamente e ameaçada por outra aluna da escola. As informações são que a agressão foi por motivo de namorado. A vítima ficou com um ferimento no rosto.

30 - Histórico: No plantão policial, a vítima acompanhada de sua representante explana ter sido agredida fisicamente em frente à escola em que estuda, por um aluno da mesma escola, sem motivo aparente. Informa que nunca teve desentendimento com o agressor.

31 - Histórico: Comparece no plantão o Policial informando ter requisitado a sua presença para averiguar a ocorrência de agressão na escola estadual. No local foi informado que quatro adolescentes teriam tentado tirar a calça e introduzir o dedo no ânus da vítima. A vítima esclareceu que os adolescentes o conduziram a uma sala, e somente não conseguiram consumir o ato, pelo fato de ter se debatido muito. A vítima explana, ainda, que os adolescentes passaram a mão por dentro de sua calça em suas pernas e colocaram os dedos por cima da calça na região das nádegas. Dois dos quatro agressores esclarecem que estavam somente brincando com a vítima, juntamente com seus colegas e, que conduziram a vítima até o piso superior e a soltaram, sendo que foram outros alunos que conduziram a vítima a uma sala. Mas não sabem informar quem são o adolescente e negam ter tentado abusar da vítima. Um terceiro acusado alega apenas estar em companhia dos outros adolescentes e que em nenhum momento tentaram abusar da vítima. O quarto envolvido nega qualquer participação no ato.

32 - Histórico: Presente no plantão policial a vítima informando ser professora da escola estadual e que, na data de 15/09/2011, tentou separar uma divergência entre dois alunos. Porém, um dos alunos atirou uma cadeira em direção ao outro, sendo que a cadeira veio a atingir a vítima, lesionando a mão e joelho.

33 - Histórico: Comparecem as três vítimas explanando terem sido agredidas, por três vezes, no trajeto da escola para a casa, sofrendo hematomas e escoriações. As vítimas podem citar apenas os nomes de quatro adolescentes envolvidos, porem havia mais de vinte na agressão e quase todos da mesma escola.

34 - Histórico: Presente no plantão policial a vítima acompanhada de sua representante legal, noticiando ter sido ofendida e agredida fisicamente com um tapa no rosto, por uma adolescente da mesma escola. Contudo, para se defender, a vítima segurou a agressora pelos cabelos, que lhe agrediu com socos no rosto causando-lhe ferimentos. A vítima declara que há algum tempo a agressora a provoca e também a suas amigas. A vítima explana que as agressões se deram há uns duzentos metros da escola.

35 - Histórico: Comparece no plantão policial o genitor da vítima, informando que seu filho foi agredido por um aluno, com um soco na região do olho, durante a aula de educação física na escola. Sendo que o motivo da agressão foi uma discussão, durante o jogo de basquete. A vítima foi socorrida pela enfermagem do colégio e, logo após, pelo seu responsável que o levou para o hospital. No hospital, a vítima foi encaminhada a um especialista, pois a princípio teve fratura, com deslocamento do osso da região afetada e que possivelmente teria a necessidade de cirurgia. O responsável pela vítima procurou a escola. No local, foi informado que não poderiam fornecer os dados do agressor, pois isso somente poderia ser feito por meio de pedido policial por escrito. O responsável, também, foi informado que embora o filho estivesse participando de um jogo no período escolar não havia um responsável presente.

36 - Histórico: Comparece a vítima, acompanhada de sua representante legal, informando ter sido agredida fisicamente, com chutes e socos, por um colega de sala, juntamente com alguns amigos e outros desconhecidos, totalizando uns dez indivíduos. A vítima informa que um dia antes havia tido um desentendimento, em sala de aula, com o agressor por motivos banhais. Nessa oportunidade, a direção da escola havia requisitado a presença dos pais de ambas às partes.

37 - Histórico: Comparece a vítima, acompanhada de sua genitora, noticiando que a cerca de um mês e meio vem sendo perseguida nas dependências da escola, por outra adolescente da mesma escola. A vítima explana ter ido cobrar satisfações da adolescente por tais perseguições, momento em que entraram em luta corporal. Na data de 01/06/2012, a vítima foi procurada por uma amiga da agressora que lhe fez ameaças, dizendo que se soubesse que alguém ajudou na briga ela iria agredir a vítima.

38 - Histórico: Noticia a vítima, na presença de sua representante legal, que algum tempo vem se estranhando com a agressora e, que na data 01/06/2011, durante a saída da escola, a vítima passou a ser provocada pela adolescente, que a chamou de “lixo”. E que, posteriormente, foi agredida com um chute na altura de seu rosto e na sequência entraram em luta corporal.

39 - Histórico: Presente no plantão policial a vítima, acompanhada de sua genitora, noticiando ter sido agredida fisicamente, sem motivos aparentes na saída da escola pela agressora que estava em companhia de outras adolescentes. Sendo solicitada a presença da Polícia Militar, que orientou a vítima e sua genitora a registrar o boletim de ocorrência.

40 - Histórico: Comparece a vítima, acompanhada de sua genitora e irmão, narrando estudar na escola estadual e, que na saída da escola, próximo ao portão, foi surpreendida por quatro adolescentes da mesma escola e agredida fisicamente por uma das adolescentes. Sendo que a agressora, usou um caco de vidro e lhe feriu o rosto, lábios e orelha. Ao perceber que estava ferida a vítima retornou para o interior da escola escapando das outras adolescentes que a cercavam. A adolescente foi socorrida e levada ao PA onde foram suturados os ferimentos. A vítima informa que as adolescentes sempre estão juntas na escola e costumam agir com agressividade.

41 - Histórico: Presente no plantão policial, o genitor da vítima, informando que a mesma, já há algum tempo vem tendo problemas com um colega de escola, que sem motivos aparentes “tira sarro e lhe ofende moralmente”. Além disso, esse colega agride a vítima com “tapinhas nas costas e petelecos na orelha”, intimidando-o. Na data de 24/08/2011, a vítima foi cercada por alguns garotos que estavam acompanhados do infrator, que tentou lhe agredi-la. Sendo que o fato somente não foi consumando em razão do agressor ter sido contido pelos garotos.

42 - Histórico: Comparecem no plantão as vítimas (irmãs), acompanhadas de sua genitora, informando que na data de 26/08/2011 foram agredidas fisicamente, por duas adolescentes conhecidas de vista das declarantes. Sendo que a agressão causaram-lhe ferimentos leves. Declaram, ainda, que na data de 29/08/2011 a genitora, juntamente com as vítimas, encontraram as agressoras, oportunidade em que a genitora tentou conversar com as

agressoras, contudo não obteve resultados e acabou, também, sendo agredida juntamente com suas filhas.

43 - Histórico: Comparece a vítima, acompanhada de sua representante, informando que há algum tempo vem tendo problemas com uma aluna da mesma escola em que estuda. E que há alguns dias atrás foi agredida fisicamente pela mesma, causando ferimentos em sua boca e nariz. Após o fato a agressora passou a ameaçar a vítima de nova agressão. Na data de 20/09/2011 a agressora tentou agredir a vítima novamente. Porém, tais fatos não se concretizaram, pois a agressora foi contida por funcionários da escola.

44 - Histórico: Presente na unidade policial a Policial Militar, conduzindo a vítima, acompanhada de sua genitora, para registro de boletim de ocorrência. Sendo informado que, na presente data, a vítima foi agredida, por motivos fúteis. Sendo que agressora é uma adolescente aluna da mesma escola. A vítima relata que, durante o intervalo, a agressora se muniu de uma tesoura e com o uso da força física cortou os seus cabelos. A tesoura usada na ação não foi encontrada nos pertences da agressora, já os cabelos cortados foram recolhidos para perícia. A autora da agressão, até o final do registro dessa ocorrência, ainda não havia comparecido com sua responsável.

45 - Histórico: Comparece a vítima, acompanhada de sua representante legal, narrando ter sido agredida fisicamente, por duas alunas, no corredor da mesma escola em que estuda. As agressoras discutiram com a vítima e logo após a empurraram, sendo que a vítima acabou caindo ao chão, momento em que as agressoras deferiram vários chutes e socos pelo seu corpo. Durante a agressão, professores e a diretora da escola tentaram conter a agressão, porém sem sucesso, sendo necessária a ajuda dos alunos. No mesmo período a vítima recebeu uma mensagem em seu celular, informando-a que uma pessoa iria lhe agredir, novamente, na saída da escola.

46 - Histórico: Comparece a vítima, acompanhada de sua genitora, informando que, no dia dos fatos, a vítima estava em sala de aula e ao ser feita a chamada está explanou que duas alunas não estavam em sala. No intervalo as duas alunas, ora agressoras, tomaram conhecimento do fato e ao retorno do intervalo em sala de aula agrediram fisicamente a vítima. A agressão foi com puxões de cabelo, chutes, socos e arranhões no rosto, além de proferirem palavras de baixo calão à vítima, ameaçando-a com as palavras: “isso não vai ficar

assim”. Todas as envolvidas foram encaminhadas a direção e solicitado a presença dos responsáveis e na presença destes e da diretora as mesmas continuaram a fazer os insultos.

47 - Histórico: No plantão policial comparecem as vítimas, acompanhadas de suas genitoras, relatando que as vítimas foram agredidas fisicamente pela agressora que estuda na mesma escola. A agressora partiu para cima de uma das vítimas, fazendo provocações e dando-lhe um tapa na face, momento em que a vítima se defendeu dando-lhe um chute. A segunda vítima tentou apartar a briga e também foi agredida com um puxão de cabelo, iniciando-se as agressões. Na mesma data dos fatos, a agressora ainda fez novas provocações às vítimas. Também o irmão da agressora proferiu ameaças, dizendo que as vítimas mereciam apanhar mesmo.

48 - Histórico: Comparece a vítima, acompanhada de sua genitora, informando que, na saída da escola, foi abordado por três alunos da mesma escola e outros adolescentes sem uniforme. Sendo que este grupo lhe agrediram, com socos e chutes, deixando ferimentos internos na boca e dores no rosto e nos braços.

49 - Histórico: Comparecem as vítimas, acompanhadas de seus genitores, informando que estudam na escola municipal, local dos fatos. Sendo que já faz algum tempo que as vítimas estão tendo problemas com três adolescentes da mesma escola, que os insultam com “xingamentos” e os agridem fisicamente. Na presente data os adolescentes infratores novamente agrediram as vítimas causando lhes ferimentos.

50 - Histórico: No plantão policial a vítima, acompanhada de sua representante legal, noticia que na data de 12/05/2011, no período do intervalo escolar, os alunos começaram a atirar mexericas uns nos outros. Sendo que a vítima foi acusada de ter começado a atirar as mexericas. Por este motivo, a vítima foi conversar com um dos adolescentes, que a acusou, momento em que foi empurrado por duas vezes e revidou. Porém, a vítima acabou sendo agredido, com socos e chutes, pelo agressor e pelo amigo do mesmo. Após os acontecimentos, a Vice-Diretora chamou a vítima e lhe disse que ele era o culpado pelas brigas. Logo em seguida, um amigo da vítima lhe avisou que a “gangue” do agressor iria até a escola para lhe agredir novamente. Ao tomar conhecimento dessa informação, a Vice-Diretora pediu para que a vítima faltasse nos dois dias seguintes.

51 - Histórico: Comparece a vítima, acompanhada de sua genitora, declarando que na data de 11/05/2011, foi agredida fisicamente por vários alunos durante o intervalo. Sendo que o fato ocorreu no interior da escola estadual em que estuda, no período da tarde. A vítima reconheceu quatro dos adolescentes envolvidos. Tais fatos foram levados a direção da escola, que determinou suspensão de cinco dias para a vítima e de seis dias para os demais envolvidos.

52 - Histórico: Comparece a vítima, na presença de sua genitora, relatando que ao sair da respectiva escola onde estuda, foi abordado por dois desconhecidos que lhe agrediram fisicamente. A vítima declara que a agressão foi a mando de um adolescente da mesma escola. Porém, a vítima não sabe informar o motivo da ação declarando, ainda, que já tem informações de que os agressores estão se programando para agredi-lo novamente.

53 - Histórico: No plantão policial a vítima, acompanhada de sua genitora, relata que, na data de 20/05/2011, foi agredido fisicamente por motivos fúteis. A agressão foi feita por um colega de sala da vítima, com socos nas costas e no rosto, que lhe causaram ferimentos na boca e nariz.

54 - Histórico: Comparece a vítima, com sua representante legal, informando que na data de 01/06/2011 a vítima foi agredida fisicamente. Segundo o depoimento, a vítima foi derrubada ao chão, recebendo chutes e tapas no rosto. Esse fato ocorreu na saída da escola, sendo que a agressora é uma colega de escola, que estava na companhia de mais duas meninas. Segundo a vítima, a agressão foi realizada por uma das adolescentes, porém as outras duas acobertaram o fato. A genitora da vítima procurou a direção escolar, sendo informada que a agressora seria suspensa, pois já havia causado outros problemas na escola.

55 - Histórico: No plantão policial a declarante apresenta-se como professora da escola estadual, noticiando que presenciou quando o adolescente infrator segurou a vítima para ser agredida em frente à escola.

56 - Histórico: Comparece a vítima declarando ser professor de inglês na escola estadual. Sendo que na presente data, quando fazia um esclarecimento a uma aluna, precisou chamar a atenção de outro aluno, que fazia muita bagunça na sala de aula. Porém, ao chamar a atenção desse aluno, o mesmo passou a fazer caretas pelas costas da vítima, sendo necessário

retirar o adolescente da sala, que passou a desferir chutes e socos contra a porta. A vítima pediu para outra aluna chamar a inspeção, momento em que o agressor partiu para cima da vítima dando-lhe um arranhão no braço e fazendo ameaças.

57 - Histórico: Comparece a vítima, acompanhada de seu genitor, informando que a vítima teve um desentendimento com outra adolescente na escola em que estuda. Por esse motivo, a agressora aguardou a vítima na saída da escola e a agrediu-a fisicamente, lesionando seu lábio inferior.

58 - Histórico: Comparece no plantão policial a vítima, noticiando que na data de 25/08/2011 foi agredida fisicamente com arranhões, tapas e puxões de cabelo sofrendo lesões corporais no rosto, pescoço e boca. Tais agressões se deram pelo motivo de fofocas na escola.

59- Histórico: No plantão policial a vítima, acompanhada de sua irmã, relata que estuda na escola estadual e que há alguns dias atrás, no interior da escola, uma aluna lhe pediu um pirulito, porém, a vítima declarou não o ter. Por esse motivo, a aluna agressora passou a lhe dirigir palavras de baixo calão e em seguida agrediu-lhe com unhas no rosto, pescoço e braço.

60 - Histórico: Comparece a vítima, acompanhada de sua genitora, informando que na data de 24/11/2010 foi agredido fisicamente com um soco em sua barriga e jogado ao chão. Sendo que o motivo foi um desentendimento que ocorreu durante a aula de educação física, quando estavam participando de um jogo de futebol. A vítima explana não ter sido a primeira vez que foi agredido por esse adolescente.

➤ **Ameaça**

- Art. 147 do Código Penal
- Art. 147 – Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave
- **25 Boletins: (21 % do total).**

1. Histórico: Noticia a vítima ser auxiliar de limpeza da escola estadual onde presta serviços. Sendo que, no dia 03/05/2011, passou a ser ameaçada por um ex-aluno do estabelecimento escolar. O referido aluno já havia sido expulso da instituição. Na data citada,

o ex-aluno proferiu ameaças à vítima, dizendo que iria quebrar-lhe as pernas. O agressor disse, ainda, que o motivo da agressão era por ter conhecimento de que a vítima o havia denunciado a direção escolar, pela prática de vandalismo e mal comportamento.

2. Histórico: Comparece a vítima e sua genitora, relatando que a adolescente foi ameaçada por alunas da escola onde estuda. Segundo o depoimento, as alunas agressoras lhe proferiram palavras de baixo calão e, fizeram ameaças como: “iremos te pegar na saída e dar um soco na sua cara”.

3. Histórico: Comparece a vítima com sua genitora, noticiando que a adolescente foi ameaçada dentro da unidade de ensino. A ameaça ocorreu na sala de aula e foi feita por outra adolescente, que dizia que se fosse advertida ou suspensa pela direção iria lhe agredir. O motivo da ameaça foi o fato da vítima ter informado, a direção da escola, que a adolescente agressora havia provocado uma chama em seu próprio caderno.

4. Histórico: Comparece a vítima com sua responsável, relatando que a adolescente estuda no período diurno na escola estadual. Informou que uma amiga da vítima lhe disse que certa adolescente, que pertence a outra turma da escola, iria lhe bater. A vítima ficou assustada com essa informação, pois a adolescente agressora já havia lhe ameaçado dizendo: “fique esperta que eu vou pegar você e vou deixar você caída no chão”. Sendo que na data de 09/11/2011, tais ameaças se concretizaram.

5. Histórico: A vítima informa ser professora de inglês, na escola estadual, e que na data de hoje, 10/11/2011, precisou repreender um aluno que estava com comportamento inadequado na sala de aula “dizendo que era mau aluno”, pois estava faltando com o respeito em relação aos outros companheiros de sala. Momento que o aluno agressor caminhou até a vítima de maneira ameaçadora. O referido aluno agressor possui uma estatura avantajada e ao se aproximar da vítima lhe disse que: “mau aluno é sua filha”. Por esse motivo, a vítima sentiu-se ameaçada e entendeu por bem, registrar a ocorrência.

6. Histórico: Comparecem as vítimas, acompanhadas de suas responsáveis, informando estudarem na escola estadual. Sendo que outras duas alunas, da mesma escola,

estão lhe ameaçando de agressão física, fato que já vem ocorrendo a mais de quinze dias. Sendo que a direção da escola já havia sido informada e não tomou providências a respeito.

7. Histórico: Declara a vítima ser aluna da escola estadual e que na data de 01/09/2011, no interior da escola, outra adolescente, também aluna da escola, lhe ameaçou dizendo que iria lhe bater fora da escola, porque no local poderia ser expulsa. A vítima notificou a diretora que chamou a adolescente agressora, sendo que, na presença da diretora, a agressora reafirmou que iria bater na vítima, fora da escola. Quando a agressora foi indagada do motivo dessa pretensa agressão, disse que seria apenas por diversão.

8. Histórico: Noticia a vítima ser aluna da escola estadual, no período noturno. E que, após a saída da escola, foi surpreendida por outra aluna da mesma turma, que dizia para a vítima não olhar para trás e abaixar a cabeça senão iria apanhar. Sendo que na sequência a agressora lhe agrediu fisicamente.

9. Histórico: Comparece no plantão policial vítima e representante, relatando que após a vítima sair da escola estadual onde estuda, foi abordada por outras alunas do mesmo estabelecimento escolar. Essas alunas diziam que a vítima estava falando mal delas para outras pessoas e, que se continuasse com tais boatos seria agredida. Sentindo-se ameaçada a vítima comunicou à genitora, que em seguida informou a escola, sendo orientada pela diretora a registrar um boletim de ocorrência.

10. Histórico: No plantão policial a vítima, acompanhada de sua genitora, relata que em dias consecutivos vem recebendo provocações nos corredores, sala de aula, no pátio, etc. Essas provocações são feitas por outros alunos do mesmo estabelecimento escolar. Como as provocações estão ocorrendo durante todo o período de aula, a vítima sentiu-se ameaçada.

11. Histórico: O responsável pela vítima relata, no plantão policial, que na data de 14/02/2011 a vítima adentrou no banheiro da escola, no intervalo, quando um colega de sala o ameaçou com um canivete dizendo “venha brigar”. Nesse momento, a vítima ficou assustada e correu. Encerrado as aulas, logo na saída da escola, a vítima informou o ocorrido ao seu responsável, contando que o adolescente agressor lhe havia dito que se contasse algo a direção da escola outros garotos iriam lhe pegar na saída. O responsável pela vítima acionou a guarda municipal, por meio do telefone, e foi orientado a procurar a DIJU.

12. Histórico: Comparece no plantão policial a vítima, declarando ser agente de organização escolar, e que na data de 11/03/2010 foi convocado pelo diretor da escola para representar o estabelecimento escolar na delegacia da infância e juventude. A representação é referente a um adolescente que estava portando uma réplica de arma de fogo, no interior da escola. Esse aluno estava fazendo ameaças a funcionários e a própria vítima. Sendo que o adolescente já está em cumprimento de uma medida socioeducativa. Ocorre que, na data de 25/03/2011, o adolescente agressor e sua genitora compareceram a escola para tratar da transferência do adolescente, quando este passou a fazer ameaças de morte à vítima, dizendo que a vítima era quem havia chamado a polícia para ele. Além disso, o adolescente agressor ainda fez ameaças ao irmão da vítima, que é menor de idade e estuda na mesma escola onde o adolescente agressor estava prestando serviços comunitários, referentes à medida socioeducativa que está cumprindo. A vítima informa que além das ameaças já citadas, o adolescente agressor está rondando a sua residência.

13. Histórico: Comparece no plantão policial a vítima, declarando ser professora da escola estadual e, que no dia 06/05/2011, após repreender um aluno dentro da sala de aula, o mesmo a ameaçou-a dizendo: “fique quieta, ou vou lhe dar um murro na boca e quebrar seus dentes”.

14. Histórico: No plantão policial comparece a vítima, acompanhada de seu responsável, declarando estar sendo ameaçada por um ex-aluno da escola na qual estuda. As ameaçadas se deram pelo motivo de que o adolescente agressor alega que a vítima o teria “dedurado” a respeito de um furto, ocorrido na unidade escolar.

15. Histórico: Comparecem no plantão policial as duas vítimas, informando terem recebido ameaças de morte na saída do núcleo escolar. As ameaças partiram de uma adolescente, estudante do referido estabelecimento educacional, as vítimas relatam já existirem outras reclamações com relação às ameaças desta adolescente as vítimas.

16. Histórico: Noticia a vítima ser professora no estabelecimento educacional e que, no dia 22/10/2011, no interior da sala de aula, um aluno estava escutando música no aparelho celular, em alto som, atrapalhando o desenvolvimento da aula. Por esse motivo, foi solicitando pela vítima que o aluno desligasse o aparelho, para que pudesse prosseguir com a

aula. Nesse momento o adolescente agressor levantou-se, totalmente exaltado, simulando atirar o aparelho celular na vítima. A vítima entende que tal gesto teve o objetivo de intimidar e humilhar a vítima perante os outros alunos. A vítima informa, ainda, que o adolescente agressor, em outros momentos, já mencionou que iria sair da sala de aula para pegar uma faca, palavras estas ditas em tons de ameaça. A vítima relata que no mesmo dia, do problema com o celular, outro adolescente, da mesma sala, também proferiu ameaças a vítima. Informa à vítima que ambos adolescentes perturbam as aulas.

17. Histórico: Comparece no plantão policial a vítima, informando ser professora da escola estadual. Nessa escola a vítima foi ameaçada de morte, por dois alunos que já estão em cumprimento da medida socioeducativa de Liberdade Assistida. A vítima relata que as ameaças foram geradas pelo motivo que a mesma teria lavrado um boletim interno, do estabelecimento escolar, em que envolvia os dois adolescentes por transgressão disciplinar. Sendo que esse boletim interno foi encaminhado à direção escolar, que determinou que a vítima levasse o fato adiante. Após os adolescentes tomarem conhecimento do registro feito pela vítima passaram a ameaçá-la.

18. Histórico: Comparecem no plantão policial, na data de 22/03/2011, as duas vítimas que informaram serem professoras. Juntamente com elas vieram duas testemunhas, sendo que estas são coordenadoras da escola estadual. A queixa apresentada é relacionada a um aluno do estabelecimento de ensino. Segundo as informações prestadas, esse aluno precisou ter a sua atenção chamada durante as aulas, sendo que a atenção do aluno foi chamada por três professoras, em diferentes aulas. Sendo que em todas as vezes, o agressor enfrentou as professoras, gesticulando como se tivesse portando uma arma nas mãos, ameaçando-as vítimas e dizendo para que calassem a boca e pois estas “não tinham noção do perigo”. Desta forma, a segunda vítima encaminhou o adolescente à diretoria, onde foi aplicada a suspensão de dois dias, que seria cumprida a partir do dia seguinte. Nas aulas seguintes tais atos se repetiram, sendo encaminhado pela terceira vítima o adolescente para a coordenadora, onde o adolescente na presença da declarante disse “isso não vai ficar assim que iria resolver fora da escola”. Sendo que foi necessário a coordenadora se colocar entre os dois, para que o adolescente não agredisse a professora. Após serem cumpridos os dois dias de suspensão o adolescente retornou as aulas com comportamentos inadequados, sendo necessário o agendamento de uma reunião do conselho, sendo convocados o adolescente e seus responsáveis. Na presença de seu pai, no conselho, o adolescente apresentou-se agressivo

e quando a coordenadora noticiou que um pai de aluno iria registrar um boletim de ocorrência contra o adolescente, por ter agredido seu filho no interior da escola, o adolescente passou a gritar dizendo que “estas não tinham noção do perigo”. E, novamente, gesticulando como se tivesse com uma arma. Diante dessa situação o adolescente foi transferido, compulsoriamente, para outro núcleo educacional.

19. Histórico: Comparece a vítima, acompanhada por sua responsável, informando estar sendo ofendida e ameaçada de agressão física por uma adolescente, de sua sala de aula, há algum tempo. A vítima informa que a direção da escola já está ciente e não adotou nenhuma providência.

20. Histórico: Apresenta-se a vítima, na companhia de seu representante legal, queixando-se que está sendo ameaçada de agressão física. Além disso, a vítima tem sido importunada com o arremesso de bolinhas de papel, gomos de mexerica e até mesmo com uma tentativa de fazê-la cair. Essas agressões são feitas por quatro colegas de sala. O motivo pelo qual se iniciou as provocações é devido à vítima gostar de um menino, sentindo-se ameaçada a vítima teme ir às aulas.

21. Histórico: Noticia a vítima ser professor da escola estadual e que um de seus alunos há certo tempo vem causando problemas disciplinares em sala de aula. Sendo que na data de 04/10/2011, o adolescente agiu de maneira indisciplinada sendo convidado pela vítima a ir à direção da escola e, mesmo não gostando o agressor acatou a ordem. Porém, ao retornar a sala de aula, para pegar seu material, ameaçou a vítima dizendo que iria explodir o seu carro com a vítima dentro. Diante da ameaça a declarante achou por bem registrar o presente boletim de ocorrência.

22. Histórico: Comparece a vítima noticiando ser professora na escola estadual e que na data de 14/10/2011, ao repreender por cinco vezes um aluno que estava usando o celular durante a aula, o mesmo ignorou ao pedido. Desta forma a vítima comunicou a coordenação, momento em que o adolescente passou a ameaçá-la, gritando e dizendo que ela se arrependeria e que o aguardasse na saída, desrespeitando-a perante aos outros alunos. A vítima informa que a direção da escola convocou a responsável pelo adolescente, mas a mesma não compareceu. A vítima esclarece que está muito abalada e amedrontada, pois os outros alunos dizem que o adolescente é agressivo e vingativo.

23. Histórico: Apresenta-se a vítima, acompanhada de sua genitora, noticiando estar sendo ameaçada em frente à escola por uma colega de sala. Nas ameaças a infratora fala para a vítima “ficar esperta, vou-te catar”. A genitora da agressora presencia os fatos e a apoia, dizendo palavras de baixo calão. A vítima informa que a adolescente quase não frequenta a escola, e é isolada no convívio social. Sendo que a mesma já agrediu um professor, que era muito querido na escola, sendo expulsa do estabelecimento, porém, retornando por ordem do juiz. A vítima explana que a agressora ameaça quase todos na escola, dizendo que tem parentes bandidos e que vai mandar eles agredirem todos na escola.

24. Histórico: Comparece a vítima noticiando exercer a função de vice-diretor na escola estadual e que vem recendo ameaças de agressão física de um ex- aluno da escola. Na data anterior ao registro, do presente boletim, o agressor arremessou um pedaço de madeira contra o portão da escola e ao avistar a vítima passou a proferir palavras de baixo calão, sendo que a vítima não respondeu. Logo após a entrada dos alunos, a vítima fechou o portão e o agressor permaneceu do lado de fora.

25. Histórico: Presente no plantão policial a vítima, acompanhada de sua genitora, relatando que na data de 03/05/2011 foi agredido em sala de aula por outro adolescente. O fato ocorreu na presença da professora, que o orientou a procurar a direção, momento que o agressor o ameaçou dizendo: “se fizer qualquer reclamação seria espancado até a morte pela turma dele”.

➤ **Injúria**

- Art. 138 do Código Penal
- Art. 138 - Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime
- **08 Boletins: (07 % do total).**

01 - Histórico: No plantão policial a vítima informou que exerce a função de professora na escola estadual. Sendo que na data de 18/03/2011, após chamar a atenção de um aluno, na sala de aula, o mesmo lhe proferiu palavras de baixo calão. Além disso, exaltado seguiu em sua direção agredindo-a verbalmente.

02 - Histórico: Comparece no plantão policial a declarante, responsável pela vítima, informando que há três semanas seu filho vem sendo incomodado por três adolescentes, via internet “twitter”. As mensagens postadas nessa rede social dizem palavras de baixo calão e acusam a vítima, afirmando que ela é a responsável pela subtração de dinheiro em sala de aula. Além disso, as mensagens convocam outros adolescentes para realizarem uma agressão a vítima, com o uso de facas e outros objetos. A declarante informa que a direção da escola já tomou conhecimento do fato e irá reunir o conselho estudantil.

03 - Histórico: Notícia a vítima ser inspetor de alunos no núcleo educacional, e que na data de 22/08/2011 estava no corredor, entre as salas de aula, quando uma aluna reclamou do comportamento de um adolescente. Diante dessa reclamação, a vítima passou a orientar o adolescente. Porém, nesse momento o adolescente lhe proferiu a seguinte frase “você não namora com ninguém, não pega nenhuma mulher porque pega homens”. Sendo que essa frase foi dita na presença de outros alunos e de funcionários da escola, causando um grande constrangimento a vítima. A vítima declara ter convidado o adolescente a ir à direção, mas este se recusou. Além disso, a vítima afirma que o adolescente tem comportamento problemático e faz tratamento psicológico.

04 - Histórico: Presente em plantão policial a vítima, acompanhada de sua genitora, e declara que é estudante da escola estadual. Sendo que na data de 23/08/2011, durante o intervalo, foi até o banheiro. Nesse momento foi quando se deparou com outro aluno, em que veio a sua direção, e sem motivos aparentes começou a lhe ofender e dizer palavras de baixo calão. As ofensas eram direcionadas também a genitora da vítima. A vítima retornou a sala de aula, porém tais ofensas se repetiram, pois o adolescente agressor ficou do lado de fora da sala, dizendo as ofensas através da janela. Além disso, na sala de aula, outro adolescente, irmão do agressor, agrediu fisicamente a vítima, com uma joelhada.

05 - Histórico: Comparece no plantão policial a declarante, informando que sua filha esta sendo vítima de “bullying”, na escola. Segundo as declarações, a vítima vem sendo ofendida com os dizeres: “hamster gorda”. Além disso, esse dizer foi colocado junto a foto da vítima e exposta na rede social “Orkut”. A declarante aponta como responsáveis dois alunos da mesma escola. Declara, ainda, não ser a primeira vez que sua filha sofre de “bullying” nas dependências da escola.

06 - Histórico: Comparecem as vítimas, acompanhadas de suas genitoras, declarando que há algum tempo vem recebendo provocações e xingamentos de duas adolescentes da mesma sala de aula. As vítimas informam que a direção da escola foi informada, sendo que por algum tempo tais provocações cessaram, mas que no presente momento as infratoras retornaram a fazer as mesmas provocações.

07 - Histórico: Comparece a vítima, acompanhada de sua genitora, informando que estuda na escola estadual. Sendo que a vítima declara ter sido ofendida por uma colega que lhe chamara de “piolhenta”. A vítima declara, ainda, ter uma conta na rede social “Orkut” e, por confiança, passou a sua senha para uma amiga. Porém, essa amiga, juntamente com a adolescente agressora, alteram os dados da vítima na referida rede social, escrevendo o seguinte dizer: “sou biscate”.

08 - Histórico: No plantão policial a vítima, acompanhada de sua genitora, informa que estuda na escola estadual. E relata que, desde o início do ano letivo, vem sendo discriminada e sofrendo “bullying”. Além disso, afirma sofrer uma perseguição por outras estudantes da mencionada escola. As adolescentes agressoras apelidaram a vítima de “torta e kico”, em função de uma deficiência física, que a vítima possui na perna. A vítima informa, ainda, que tais injúrias também são feitas pela rede social “Orkut” e por bilhetes distribuídos na sala de aula. A genitora da vítima declara que já notificou a escola sobre os fatos, mas que até o presente momento nada foi feito. Porém, a genitora informa que foi orientada, pela direção da escola, a registrar o presente boletim.

➤ **Vias de Fato**

- Art. 21 da Lei de Contravenções Penais - Decreto-Lei nº 3.688
- Art. 21. Praticar vias de fato contra alguém
- Vias de fato - Contravenção penal, referente à pessoa, consistente em molestar fisicamente alguém. Distingue-se do crime de lesão corporal porque não provoca ofensa à integridade física ou à saúde da vítima
- **06 Boletins: (05 % do total)**

01 - Histórico: Compare a vítima, acompanhada de sua irmã, explanando que foi agredida fisicamente com tapas e golpes no braço e costas, por uma colega de sala de aula. O

fato ocorreu quando a vítima adentrou no ambiente escolar. Como a vítima entrou chorando na sala de aula, foi encaminhada, pela professora, a diretoria da instituição. A vítima ressalta que a adolescente agressora, já tinha agredido outro aluno anteriormente.

02 - Histórico: No plantão policial a vítima, acompanhada de seu representante, informa que na data de 25/08/2011, seu colega de sala, suposto agressor, deferiu “cadernadas” na cabeça de vários alunos. Sendo que o intuito do agressor era de que alguém o enfrentasse, pois o agressor sempre causava confusões com os outros alunos. A vítima informa que, por estar com sinusite, sentiu uma forte dor na cabeça e começou a chorar. Nesse momento o agressor passou a lhe chamar de “marica”. A vítima informa, ainda, que a direção da escola disse que não tem nada a fazer com o aluno agressor.

03 - Histórico: Comparece a declarante, responsável pela vítima, informando que ao sair da escola a vítima foi agredida fisicamente por dois alunos. Sendo que os agressores são alunos da mesma escola. Segundo as informações obtidas a agressão teve por motivo um desentendimento antigo entre as partes.

04 - Histórico: Comparece a vítima, noticiando ser professora da escola estadual. Sendo que na presente data, um de seus alunos estragou o caderno de uma colega de sala. Por esse motivo, o mesmo foi encaminhado a direção e logo após deveria voltar para sala, o que não ocorreu, ficando o aluno no pátio. A vítima então chamou o adolescente para que entrasse na sala, no entanto este recusou-se. Porém, instantes depois o aluno adentrou na sala de aula, portando um celular e ouvindo música em som alto. Diante do fato, a declarante pediu para que ele se retirasse. Como a solicitação foi ignorada pelo aluno, a vítima tentou tirar o celular do adolescente, momento em que foi empurrada. Por esse motivo, o adolescente foi novamente encaminhado a direção e a vítima achou melhor registrar a ocorrência.

05 - Histórico: Comparece a vítima, acompanhada de seu responsável legal, informando que desde o ano passado vem sendo perseguido por um adolescente de sua escola. Sendo que o adolescente agressor esfregava a cabeça da vítima em suas partes íntimas e o agredia verbalmente. Além disso, escrevia palavras de baixo calão nas carteiras onde a vítima sentava e na lousa. Ocorre que ao término do ano letivo, todos os alunos foram transferidos para outra escola. Sendo que a vítima e o agressor ficaram novamente na mesma sala de aula.

Por esse motivo, a vítima informa que as agressões continuaram. Porém, agora o agressor uniu-se com outro adolescente para agredirem a vítima, com torções no braço e socos.

A vítima procurou a direção da escola e relatou os fatos, por esse motivo a genitora do agressor foi chamada e alertada para que tomasse as devidas providências. Apesar disso, as injúrias, calúnias e agressões continuaram, motivo pelo qual a vítima não quer mais comparecer na escola, por sentir-se humilhado.

06 - Histórico: Comparecem as duas vítimas, acompanhadas das respectivas representantes legal, explanando terem sido agredidas fisicamente no interior da escola. Sendo que já faz algum tempo que ambas vem sofrendo ameaçadas e sendo “xingadas” com palavras de baixo calão. Essas ameaças ocorrem diariamente e são feitas por seis agressoras. Uma das vítimas declara conhecer uma das agressoras, que é de outra escola, pois já haviam estudado juntas. Sendo que desde aquela época a agressora já se implicava com a vítima e com seu cabelo, fazendo agressões e ameaças diárias.

➤ **Desacato**

- Art. 331 do Código Penal.
- Art. 331 - Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela
- **05 Boletins: (04 % do total)**

01 - Histórico: No plantão policial a vítima noticia ser professora da escola estadual e que, na data de 20/04/2011, estava exercendo suas funções em sala de aula quando uma aluna passou a desacatá-la e proferir palavras de baixo calão.

02 - Histórico: Comparece no plantão policial o declarante, informando ser professor da escola estadual, e que na data de 23/11/2011, em sala de aula necessitou chamar a atenção de um de seus alunos. Sendo que o aluno, não gostando de ter a sua atenção chamada, passou a fazer graça e falando um palavrão à vítima, na frente dos demais alunos. A vítima informa, ainda, que não esta não é a primeira vez que tem problemas com o aluno. Por esse motivo, achou melhor registrar o presente boletim.

03 - Histórico: No plantão policial comparece a PM, informando ter sido acionada até a referida escola. Sendo que ao chegar no local, foi lhe informado que um professor havia sido agredido por uma aluna, com um tapa na nuca. A adolescente agressora alega ter sido

puxada pelo braço pelo professor para ser conduzida a direção, e que por esse motivo é que havia dando um tapa nas costas e outro no rosto do professor. A adolescente foi liberada, mediante o termo de compromisso, juntamente com sua curadora.

04 - Histórico: Notícia a vítima ser professora na escola em questão, onde há algum tempo vem sendo ofendida por uma aluna que lhe profere palavras agressivas durante as aulas, na presença de outros alunos. Tais atos contínuos foram levados a diretoria, onde a vítima na presença da diretora em voz alta e apontando o dedo para vítima explanou: “você não encosta a mão em mim que você não sabe o que aconteceu com a última pessoa que fez isso”. Desta forma, vítima se afastou e após o ocorrido a agressora pegou seu material pulou o muro da escola e evadiu-se.

05 - Histórico: Notícia a vítima ser professora na escola estadual e que, no último dia 14/09/2011, estava lecionando quando teve que colocar para fora da sala de aula um de seus alunos que agia com indisciplina. Sendo que nesse momento o adolescente passou a ofender a declarante com palavras de baixo calão.

➤ **Furto**

- Art. 155 do Código Penal.
- Art. 155 - Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel
- **03 Boletins: (2,5% do total)**

1 - Histórico: Comparece na unidade policial o cabo PM, noticiando ter sido chamado à escola, onde tomou conhecimento dos fatos e conduziu os envolvidos até a delegacia. As duas vítimas noticiam que haviam deixado seus pertences no banheiro da escola e foram beber água, sendo que ao retornarem perceberam que haviam sido subtraídos objetos de suas mochilas. As vítimas observaram que, instante antes, havia saído do banheiro a adolescente denunciada. Porém, quando foi chamada a direção da escola a denunciada negou os fatos. No dia seguinte, uma funcionária da escola, encontrou os pertences no banheiro dos professores e a adolescente denunciada, foi chamada novamente a direção e dessa vez confessou o furto dos objetos, negando a subtração de R\$45,00 reais. Na presença de sua genitora, a adolescente denunciada confirmou a ação e negou a subtração do dinheiro. Informa que logo após o furto, ao ser chamada pela direção da escola, dispensou os objetos no banheiro dos professores.

2 - Histórico: Comparece no plantão policial a representante da escola estadual, explanando que na data de ontem, no momento da aula de educação física, os alunos deixaram as mochilas todas juntas e foram participar das atividades. Porém, o adolescente denunciado se recusou a participar das atividades, permanecendo perto das mochilas. Sendo que nesse momento o denunciado aproveitou para subtrair um aparelho celular de uma das mochilas. Ao dar falta de seu aparelho, uma das alunas comunicou ao professor, que inquiriu os alunos. O professor observou que um de seus alunos apresentava-se com medo e quando, separadamente, foi questionado, confirmou que estava com o aparelho no tênis. Porém, fora outro adolescente que havia ele mandado guardar, ameaçando-o que se contasse para alguém lhe agrediria fisicamente. Tais fatos foram presenciados por outro professor, que confirmou que viu o adolescente denunciado passar o celular para esse aluno.

3 - Histórico: No plantão policial a PM informa que foi solicitada a comparecer na escola estadual, para averiguar furto de aparelhos celulares. Ao chegar ao local às vítimas e os denunciados ainda encontravam-se presentes e os respectivos celulares já haviam sido devolvidos a direção da escola. Na presença de seus responsáveis, as vítimas receberam os celulares de volta, e foram convidados pelo depoente a seguir até o plantão policial para registrar o furto, mas se recusaram. Os adolescentes acusados foram entregues aos seus responsáveis.

➤ **Dano**

- Art. 163 do Código Penal
- Art. 163 - Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa alheia
- **03 Boletins: (2,5% do total)**

01 - Histórico: Comparece no plantão policial o cabo PM, informando ter sido solicitado a comparecer a escola estadual, onde uma aluna estava alterada e violenta, depredando o local. Ao chegar na escola, constatou-se os fatos, sendo que a adolescente estava contida por funcionários que há seguravam. Porém, a mesma gritava e esperneava, quebrando uma vidraça e um vaso. Indagada por tais reações, explicou que havia discutido com colegas de sala. A adolescente foi liberada na presença de sua representante legal, mediante termo de compromisso e responsabilidade.

02 - Histórico: No plantão policial, a vítima declara ser professora da escola estadual e, que na data de 03/12/2011, o adolescente denunciado declarou ter riscado o carro da vítima, perante as outras testemunhas. A vítima informa que, de fato, há uma semana havia constatado riscos, no seu carro, que chegaram a arrancar a tinta.

03 - Histórico: Comparece no plantão policial o declarante, esclarecendo ser diretor da escola estadual. Sendo que no período noturno das aulas, o adolescente denunciado, ao passar pelo corredor da escola deferiu um chute em uma porta de madeira de um depósito vindo a danificá-la. Diante do fato o adolescente foi encaminhado à diretoria para os procedimentos disciplinares, quando o adolescente explicou que havia se descontrolado e por isso “dando um chutinho na porta”.

➤ **Difamação**

- Art. 139 do Código Penal.
- Art. 139 - Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação
- **02 Boletins: (1,7% do total)**

1 - Histórico: Presente no plantão policial a vítima, noticiando ser professora da escola estadual. Sendo que a algum tempo dois alunos da escola vêm ofendendo-a dizendo aos colegas de turma a seguinte frase: “ela leva nós para casa, e passou “AIDS” para nós”.

2 - Histórico: Comparecem as vítimas informando que, no dia 21/09/2011, dois alunos da escola foram orientados por uma professora a passar de sala em sala convocando uma manifestação, acusando as Vice-Diretoras de roubo do dinheiro da APM. Sendo que essa manifestação causou uma grande confusão, pois os alunos se exaltaram e chutaram a porta da cantina. Além disso, picharam os banheiros e saíram com cartazes e aos gritos perguntavam “cadê o dinheiro da APM suas ladras”, causando insegurança no ambiente. Os manifestantes não atendiam a nenhuma outra ordem, atendendo apenas as ordens da professora em questão. Os pais dos dois alunos, que iniciaram a convocação do manifesto, foram convocados pela direção. E nesse momento os adolescentes confirmaram que foi a referida professora quem articulou o manifesto. A direção também convocou a professora, que se recusou a se apresentar. As vítimas ainda explanam que outro adolescente postou, via internet, o manifesto de acusação, dizendo que o desvio do dinheiro seria para comprar carros e apartamentos, e

que os alunos exigem a planilha do dinheiro arrecadado e ainda pede que todos divulguem tal fato. Em conversa com a direção a genitora de umas das adolescentes envolvidas na manifestação, esta informou que a professora já vem falando, há certo tempo, para sua filha sobre o desvio do dinheiro da APM e citando as vítimas como responsáveis

- **Apreensão de Objeto**
- **01 Boletim: (0,84 % do total)**

1 - Histórico: Comparece na unidade policial o PM, informando ter sido solicitado a comparecer na escola, local dos fatos, para averiguação de um adolescente que estava com suspeita de estar portando objetos estranhos. Tais informações eram advindas de outros alunos. Ao ser encaminhado a direção, foi encontrada com o adolescente uma quantia de R\$304,00 reais. Sendo que o adolescente informou que sua mãe havia lhe dado esse dinheiro para o pagamento do concerto de sua bicicleta. Porém, quando o adolescente foi questionado sobre outros objetos que, segundo denúncias, estavam e seu poder, informou que os objetos já estavam com outro colega, informando o nome dessa outra pessoa. Quando o referido colega foi convocado para ir até a direção, o adolescente apresentou um frasco contendo lança perfume, que teria sido adquirido de um terceiro adolescente, que não era aluno da escola. Com relação ao dinheiro esse adolescente relata que o terceiro elemento havia lhe passado para comprar drogas. Informa, ainda, que no dia interior o mesmo elemento havia já havia lhe passado três ampolas, aparentando conter drogas, que era para vender, mas o adolescente diz ter perdido as ampolas e nega o comércio.

- **Arremesso**
 - Art. 37 da Lei das Contravenções Penais
 - Art. 37 - Arremessar ou derramar em via pública, ou em lugar de uso comum, ou de uso alheio, coisa que possa ofender, sujar ou molestar alguém
 - **01 Boletim: (0,84 % do total)**

1 - Histórico: No plantão policial a GM notifica que foi acionada para comparecer na escola estadual, por uma funcionária, que alegou que o adolescente denunciado estava lançando “bombinhas” no pátio da escola. Ao chegar a escola tal fato foi constatado. Sendo

que em posse do adolescente foram encontradas quatro “bombinhas e uma caixa de fósforos”. O Adolescente foi liberado na presença de sua genitora.

➤ **Uso de bebidas alcoólicas**

• **01 Boletim: (0,84% do total)**

1 - Histórico: Comparece nesta unidade policial o PM, noticiando ter sido chamado para atender uma ocorrência na escola estadual. Chegando ao local foi apurado que na referida escola havia ocorrido uma festa, em comemoração ao fim do ano letivo, sendo que a inspetora escolar relatou que alguns alunos estavam com atitudes estranhas, agindo como se estivessem alcoolizados. Na presença do PM foram chamados dois adolescentes que, ao serem questionados, afirmaram terem ingerido bebidas alcoólicas fora do núcleo escolar, juntamente com outros colegas. Sendo que os recipientes vazios estavam em suas mochilas e que todas as bebidas foram compradas pelos adolescentes. Porém, estes se negaram a informar o local da compra.

➤ **Bullying**

➤ **01 Boletim: (0,84% do total)**

1 - Histórico: Comparece a vítima, acompanhada de sua responsável legal, noticiando que a vítima há algum tempo vem sofrendo “bullying”, por parte de outras adolescentes da escola em que estuda. O motivo de tal ato ocorre pelo fato da adolescente ser obesa e ter celulite nas pernas. Sendo que essas agressões estão ocasionando a exclusão da vítima do convívio social, afetando-lhe emocionalmente. A declarante informa que por meio do “twitter” a adolescente vem recebendo “xingamentos e apelidos maldosos”. A declarante da vítima informa que já comunicou a direção da escola, e até o presente momento não recebeu nenhuma posição por parte da escola.

➤ **Uso de entorpecentes**

➤ **01 Boletim: (0,84% do total)**

1 - Histórico: Representante da escola apresenta um ofício, encaminhado para Secretaria de Educação, através do núcleo escolar, para que sejam tomadas medidas de

intervenção referente ao adolescente denunciado. O motivo da denúncia é que o mesmo vem, há algum tempo, demonstrando uma conduta indisciplinar com professores, alunos e funcionários. O mesmo alega ser “neonazista e anti Cristo” e, também, usuário de entorpecentes. Decorrente dos relatos apresentados o núcleo escolar já esgotou todos os recursos cabíveis, visando obter sucesso na formação do aluno. Diante disso, decidiu-se pelo registro de um Boletim de Ocorrência.

➤ **Perturbação da Ordem**

- Art. 42 da Lei das Contravenções Penais
- Art. 42. Perturbar alguém o trabalho ou o sossego alheios
- **01 Boletim: (0,84% do total)**

1 - Histórico: Comparece a vítima informando ser professora na escola estadual e que na data de 11/03/2010, estava em sala corrigindo pesquisas. Sendo que nesse momento dois alunos começaram a lhe atirar “gliter” e logo após os dois adolescentes começaram a rir, com total desrespeito a vítima.

➤ **Porte de arma**

- Art. 16 da Lei no 10.826, de 22 de dezembro de 2003.
- Art. 16. Possuir, deter, portar, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob sua guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição de uso proibido ou restrito, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar
- **01 Boletim: (0,84% do total)**

1 - Histórico: Comparece no plantão policial o soldado PM, narrando que ao passar de frente a escola estadual realizou revista em três adolescentes suspeitos, e que nada foi encontrado com os mesmos. Porém, na mesma data, foi solicitado novamente o comparecimento da viatura ao local, por alguém da escola. Sendo informando que haviam encontrado uma arma de fogo no jardim da escola. Ao chegar ao local foi avistado um adolescente pulando o muro para dentro da escola; Sendo que quando o adolescente foi abordado confessou que teria vindo, a mando de seu irmão, buscar a arma. Ao averiguar melhor o caso, foi descoberto que o referido irmão era um dos adolescentes que havia sido abordado anteriormente. A arma foi apreendida e o adolescente conduzido a sua residência, sendo que com a presença de sua genitora os dois irmãos foram conduzidos a delegacia. O

soldado esclarece que os outros dois adolescentes, revistados anteriormente, não foram localizados.

➤ **Roubo**

- Art. 157 do Código Penal
- Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência
- **01 Boletim: (0,84% do total)**

1 - Histórico: Comparece a vítima e sua genitora, informando que na data de 13/04/2011, após a vítima sair da escola, juntamente com seu amigo, quando estavam caminhando pela rua foram abordados por dois adolescentes desconhecidos. Sendo que os adolescentes agrediram a vítima com um chute nas pernas e bateram sua cabeça numa grade. Logo após o início da agressão, surgiram mais dois adolescentes, aos quais efetuaram o roubo. Informa à vítima que estes são amigos de outro adolescente conhecido da vítima. A vítima informa que um dos infratores lhe mostrou a coronha da arma de fogo, exigindo que as vítimas entregassem seus relógios e ainda ameaçando de morte se dissessem algo, posteriormente os infratores fugiram em duas bicicletas. A vítima declara que, momentos antes de serem roubados, os dois infratores e outros adolescentes estavam na companhia de um ex-colega de classe, sendo que a vítima viu e ouviu quando esse ex-colega falou para os infratores pegarem a vítima e seu amigo. A genitora da vítima informa que foi até a escola, onde ficou sabendo que o adolescente citado, o mesmo que a vítima já conhece na escola, telefonou para alguns amigos de sala da vítima, dizendo que iria a escola para matar os dois adolescentes. A vítima alega que tais perturbações teriam se iniciado pelo motivo que um aluno da escola, que estuda na mesma sala da vítima, teria beijado a namorada do adolescente que esta fazendo as ameaças. Sendo ser esse o motivo pelo qual o adolescente vem perturbando os alunos dessa classe.

ANEXO B - RESUMO DE ARTIGOS APRESENTADOS NA "5TA. CONFERENCIA MUNDIAL Y IV CONGRESO IBEROAMERICANO SOBRE VIOLENCIA EN A ESCUELA":

Comunidade educadora: Escuela y Familia socios para qué? Daniel Zatti; Carolina Moreno Córdoba, Argentina p. 50	Frente à problemática do questionamento sobre o comportamento, envolvimento e interesses das crianças e adolescentes trazidos por esta nova época, se desenvolveu, em Córdoba, Argentina, uma intervenção psico educativa onde foram implementados encontros participativos que permitiram analisar a realidade e desenhar estratégias para verificar a importância da intervenção dos adultos no desenvolvimento integral dos jovens. Esses encontros partiram da constatação da necessidade de se incorporar um olhar psicológico e psicopedagógico para observar a realidade, identificar os problemas, realizar uma análise crítica e desenvolver ações, como, por exemplo, desaprender a violência e educar para a paz. A avaliação do projeto demonstrou que os encontros ajudaram a sensibilizar e a criar uma consciência da importância da formação integral das crianças e dos adolescentes, e da responsabilidade dos adultos para o seu desenvolvimento, crescimento e maturação.
Entre el juego rudo y el franco abuso: un análisis factorial del maltrato entre compañeros Carmem Castilho Rocha Universidad Autónoma de Yucatán p.70	Trabalho realizado na cidade de Mérida/México, onde foram analisados os modelos de violência presentes nas escolas. O trabalho permitiu identificar dois tipos de abusos, a partir da pesquisa realizada com 686 estudantes: o abuso psicológico, que causa uma preocupação maior comparado com o abuso chamado brincadeira agressiva. A pesquisa permitiu conhecer nas diferenças das perspectivas e na recepção cognitiva do observador, da vítima e do agressor. Também, foi observado que existem comportamentos que fazem parte da dinâmica social estabelecida entre os alunos e outros que estão relacionados com as características psicológicas dos participantes. Diante disso, se constatou que cada comportamento exige uma tratativa diferenciada.
La concepción de la violencia escolar en México: Análisis crítico de las encuestas de violencia en las escuelas y violencia que padecen las y los jóvenes en edad escolar Laura Patricia Pantojo Soto; Mayra Elvira Ordóñez García México p. 86	O artigo expõe um trabalho onde se analisam variáveis para medir a violência no México. A pesquisa identifica como se concebe a violência no âmbito escolar e a maneira como abordar esta problemática e evita-la. Assim, os pesquisadores perceberam que dependendo do modo como o fenômeno da violência no âmbito escolar é concebido, também será o modo utilizado para abordar o problema. A pesquisa inclui também aspectos que não foram analisados no momento de avaliar as formas de violência existente e a consequência desta característica para a prevenção.
Proyecto Innovador: “La cultura en el aula” Celso Delfor de Souza Nunes Santa Fé de La Vera Cruz, Argentina p. 88	O artigo explica como se deu a criação de um projeto inovador desenvolvido na cidade de Santa Fé de La Vera Cruz, chamado “a cultura na sala de aula”, aplicada aos jovens, sempre relacionando a questão da violência e da gravidez entre as adolescentes. Trata-se de um projeto de inclusão social que busca a identificação dos jovens com a escola e seu bairro através de um processo de socialização, seguido da aprendizagem. O objetivo é recuperar a autoestima e o respeito, desenvolvendo a tolerância a partir de uma reflexão e argumentação crítica sobre a cultura local. A participação nesse projeto possibilitou aos jovens a recuperação de valores como o respeito e o amor e, também, proporcionou identificação com um projeto de inclusão social.

Proyecto educativo. Los juegos existen y también se inventan en la escuela. Iniciativa para la creación de juegotecas escolares. Marta Delicia Ocampo Buenos Aires, Argentina p.103	O projeto parte do princípio de que existe uma relação inversa entre a violência, aprendizagem e saúde das crianças e dos jovens na escola. Diante da agressividade presente nesta época, o mais adequada, para as escolas, é se afastar da violência e adotar estilos de vida saudáveis. É assim que se propõe a criação de “Brinquedotecas Escolares” como um espaço recreativo, complementar e emissor de valores para reforçar o serviço das escolas. A escola deve ser compreendida como um espaço para desaprender a violência e desenvolvimento de hábitos saudáveis, mediante o ensino direto e sistemático das habilidades sociais.
Manual de procedimientos de actuación en protección de derechos de niños, niñas y/o adolescentes de la provincia de Mendoza Dirección General de Escuelas Gobierno de Mendoza, Argentina Coordinación General: Nora Denmani p. 107	De acordo com o conjunto de lei, acordos e da Constituição Nacional, os organismos do Estado Argentino devem garantir a existência de uma rede que proteja os direitos das crianças e dos adolescentes em idade escolar. Nesse sentido, os Ministérios da Província de Mendoza elaboraram um acordo de compromissos entre: saúde, desenvolvimento humano, família e comunidade, justiça, seguridade e educação para que possam atuar ante uma situação de desproteção ou vulnerabilidade de direitos. Essa rede tem como prioridade salvaguardar a integridade física, psíquica e emocional do menor e determinar as responsabilidades inerentes a sua segurança.
Posibles estrategias para la prevención del acoso escolar en las escuelas (prevaricación en una perspectiva sociológica) experiencia de investigación: ciudad de Torino (Italia) La dirigente escolar de la oficina escolar del consulado de Italia em Mendoza. Dra. Manuela Carini p.123	O artigo trata da necessidade de se construir relações mais educativas entre os jovens, visando substituir o predomínio do mais forte pelo mais fraco e a exclusão. Um dos temas de debate foi a necessidade de cooperação com os docentes porque estes são os que possuem melhores argumentos para a resolução dos problemas. A pesquisa trata, também, da necessidade de uma educação para a saúde no ambiente escolar, partindo do entendimento da OMS, para a qual saúde não é apenas a ausência de enfermidade, mas sim o bem estar psicológico, relacional e social. A proposta básica da investigação se refere aos conceitos de que os jovens são atores sociais, construtores de auto significados e culturas específicas.
Nuestro Programa: “Para y volar” Karina Thais Paredes Caracas, Venezuela p.151	O projeto “Parar e Voar” tem como fundamento o desenvolvimento da proteção social, por meio do reforço de aspectos resilientes que existem em crianças e adolescentes, principalmente, aquelas que pertencem a uma população que se encontra em situação de risco social e que pode desenvolver características de delinquência. O programa conta com aspectos formativos e informativos. Os primeiros buscam identificar e reforçar valores essenciais que podem distanciar os jovens do caminho da delinquência. Entre os valores trabalhados destacam-se a visão de futuro, o esforço como meio de alcançar aspirações, educação e trabalho como forma de alcançar nossos desejos. Os aspectos informativos se relacionam com as consequências do consumo do álcool e da droga e a prática de atos infracionais em cada um dos seus aspectos. O programa faz intervenções com as crianças e adolescentes e, também, intervenções preventivas para os pais e mães. O objetivo geral do projeto é o de prevenir a delinquência, através do desenvolvimento de recursos resilientes em alunos das escolas e adolescentes em geral.

Victimización e impacto emocional del bullying. Ponencia: Rosario Ortega Ruiz: Catedrática de Psicología en el Departamento de Psicología de la Universidad de Córdoba, España p.170	A comunidade científica está prestando, nos últimos anos, especial interesse nos aspectos de caráter mais emocional das crianças e dos adolescentes envolvidos em episódio de maus tratos escolares. Porém, são escassas as investigações centradas nas emoções que sentem os participantes deste fenômeno, e em especial nas emoções que experimentam as vítimas dos diferentes tipos de bullying. Diante disso, realizaram-se análises para identificar os possíveis perfis emocionais das vítimas em função do tipo de vitimização a que haviam sido expostos. Os resultados demonstraram que o impacto emocional nas vítimas que sofreram formas diretas de maus tratos entre escolares, difere do impacto provocado pela vitimização do tipo indireta.
Violencia en la escuela y violencia escolar. Apuestas y propuestas para consolidar el vínculo entre escuela, familia y comunidad. Lic. Alejandra González Pereda. Universidad Nacional Autónoma de México. p.176	O artigo propõe tematizar explicitamente as relações de poder entre a família, a escola e a comunidade como condição para prevenir a violência escolar, a partir dos seguintes enfoques: 1 – Propostas de intervenção, gestão e erradicação da violência; 2 – Violência na escola e intrafamiliar; 3 – Violência e adolescência; 4 – Violência de gênero e violência na escola. Com base nesta leitura que recupera a prevalência de certos enfoques para abordar a relação escola, o artigo discute possibilidades para articular propostas orientadas a erradicar e prevenir a violência escola.
Violencia escolar en secundarias de México: Una aproximación desde los exámenes de Calidad y logro educativo (excale) Erika Rivero Espinosa; Cesar Barona Ríos; Cony Saenger Pedrero p.178	O trabalho analisa a violência escolar no nível secundário do México. O objetivo é analisar e descobrir o fenômeno da violência escolar a partir de um panorama de grande escala, tomando como base os exames de qualidade e êxito educativo. A pesquisa demonstra que a idade com maior índice de violência é 14 anos e este vai diminuindo quando aumenta a idade. O turno com maior violência para os homens é o da manhã e para as mulheres é a tarde. Também se descobriu que os alunos com maiores índices de violência tem uma média escolar entre seis anos de instrução. A pesquisa também apresentou os seguintes indicadores das formas de violência mais usual no México, que são: incivilidade e intimidação entre os estudantes. A finalidade da pesquisa é apontar conhecimentos teóricos e práticos para continuar indagando e analisando a realidade que enfrentam muitas instituições educativas frente ao fenômeno da violência e agressão entre pares. A pesquisa visa contribuir para a formação de profissionais da educação no campo da violência escolar, para que com estes estudos possam melhorar suas práticas e a qualidade da proposta de intervenção.

Violencias y miedos en la escuela secundaria. Un estudio socioeducativo sobre la experiencia de estudiantes argentinos. Magister Sebastián García p.183	A investigação está centrada em analisar os sentidos da violência desde a perspectiva dos estudantes da educação secundária de escolas públicas, por meio de sua experiência emocional, institucional e social. Se analisou a experiência subjetiva dos jovens em relação a certas práticas de violência, tais como: a exposição a diversas formas de violência social, a visualização de armas na escola, a vitimização pessoal dentro e fora da instituição, a discriminação e alguns tipos de incivilidade. A pesquisa demonstra que os estudantes que tiveram mais exposição à situações violentas, como testemunhas ou vítimas, acham que a escola não é um lugar seguro e sentem medo e avaliam a segurança da escola de modo negativa, em maior medida daqueles que apresentaram menor ou nenhuma exposição. Foi possível perceber, ainda, que na configuração escolar produzem e reproduzem tipos particulares de temor, vinculados as qualificações, as sanções, à deterioração das condições de infraestrutura, aos modos do exercício da autoridade e a regulação dos comportamentos.
A escola pública como espaço de garantia dos direitos das crianças e adolescentes: utopia possível? Maria de Lourdes do Prado Krüger D'Almeida – PUCPR p. 229	A pesquisadora explica que a necessidade de investigação da garantia dos direitos de crianças e adolescentes tem se fortalecido, diante dos casos de violências e violações desses. Por esse motivo, o problema central da pesquisa é: A escola pública pode se constituir no espaço articulador das ações em rede para a prevenção das violências como forma de garantia de direitos das crianças e dos adolescentes? Para isso foram analisados dados coletados por meio de entrevistas estruturadas com 1.083 sujeitos, em nove escolas públicas de um bairro de alta vulnerabilidade social, em Curitiba. Segundo a autora, a análise das múltiplas causalidades das violências nas escolas e a constatação de que a comunidade escolar reconhece os direitos estabelecidos em lei, considerando como mais importantes o respeito, a educação e a liberdade pode ajudar na compreensão do jogo de forças que atravessam o cotidiano escolar e suas implicações na garantia de direitos. Já com relação ao enfrentamento de violências nas escolas as ações nesse sentido, são ainda frágeis. Sendo que a autora entende que é a efetivação do trabalho em rede a partir da escola, como metodologia na prevenção de violências e garantia de direitos de crianças e adolescentes, a utopia que se almeja.
As práticas do projeto fortalecendo as escolas na rede de proteção frente às lacunas das políticas públicas no âmbito de enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes Luciana da Silva Oliveira- Universidade Federal de Minas Gerais/ Belo Horizonte/ Brasil p.242	A partir dessa pesquisa a autora constata que as políticas públicas no âmbito de enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes podem ser consideradas incipientes e desarticuladas, tanto entre as instâncias governamentais, quanto nas instituições que estão na base da proteção à criança e ao adolescente. Das diversas dificuldades verificadas, é citado as relativas ao Ministério da Educação em suas exigências e restrições, que ignoram que cada município tem uma realidade específica e que nem todos são capazes de alcançar os pré-requisitos estabelecidos. Há ainda aquelas enfrentadas pelo governo federal para implementação do que propõe no papel das leis e normas, por estar muito distante do que é factível para os municípios. Quanto ao trabalho junto aos municípios, as dificuldades estão relacionadas à mobilização, ao trabalho intersetorial e em redes, à falta de diálogo e reconhecimento entre as instituições e distintos atores, ao predomínio de uma ideia paternalista do poder público.

A integração entre instituições, comunidade e família como espaço para o fortalecimento da rede de proteção às crianças e aos adolescentes. Fernanda de Lazari Cardoso- Universidade Federal de Minas Gerais/ Belo Horizonte/Brasil p.234.	A pesquisa visa observar como as instituições de proteção da criança e do adolescente vem acompanhando o trabalho desenvolvido em rede pelas escolas públicas municipais, comunidade e família. Os públicos alvos da pesquisa são: gestores de educação, da saúde, da assistência social, da segurança pública e membros do Conselho Tutelar nos municípios de Padre Paraíso, Ponto dos Volantes e Itaobim no Vale do Jequitinhonha regiões com alto índice de vulnerabilidade social. Nessas localidades os pesquisadores trabalham a interdisciplinaridade e a integração de diversas áreas no ambiente escolar buscando o fortalecimento da rede de proteção da criança e do adolescente.
A atuação interinstitucional em rede de políticas públicas junto as escolas: Estratégias de controle e prevenção de violências.. Profº Dr. Reinaldo Nobre Pontes (UNAMA) Profº Dr. Claudio Roberto Rodrigues Cruz (UNAMA) Profª Ms. Célia Regina da Silva Amaral (UNAMA/UFPA) p.244	O trabalho analisa os efeitos da formação e atuação de uma rede de instituições públicas e privadas em Belém (Pará), denominada Rede Escola cidadã, no conhecimento, redução e prevenção de violências no espaço escolar. A pesquisa foi motivada pela constatação do isolamento das ações dos organismos que atuam no âmbito do problema da violência nas escolas públicas de Belém. Segundo os pesquisadores, os resultados da ação até aqui realizada e dos dados coletados permitem inferir que: a percepção pelos atores das escolas do fenômeno da violência predominante é culpabilizadora das famílias e dos alunos; que os gestores escolares têm baixa percepção da rede de políticas públicas existente; existem resistências para o desenvolvimento de ações em rede por parte de alguns gestores; as ações de capacitação em rede produziram evidências de mudança gradativa de mentalidade entre os atores da escola.
Construindo Cultura de Paz: A experiência do observatório de juventudes, cultura de paz e violência na escola – Universidade Federal do Piauí/ Brasil. Rosa Maria de Almeida Macêdo (Universidade Federal do Piauí) p. 262.	O Observatório de Juventudes, Cultura de Paz e Violências na Escola – Universidade Federal do Piauí como espaço de estudo, discussão, reflexão, ação e pesquisa, desde a sua criação em 2006, tem realizado ações objetivando colaborar na redução da violência e construção da cultura de paz na escola. Do conjunto das ações realizadas, o artigo destaca a pesquisa “Violências e Conflitos na Escola” envolvendo 566 sujeitos (alunos e professores) de oito escolas públicas; o projeto “Escola que Protege - Educadores e Agentes Comunitários Fazendo Cultura de Paz: combate às violências na Escola” capacitando 1.054 profissionais (professores, pedagogos, assistentes sociais e diretores de escolas); projeto “Escolas pela Paz” e Seminário “Juventudes, Escola e Práticas Culturais” envolvendo 84 pessoas (educadores, pais e alunos de escolas públicas) Dessa forma, a Universidade Federal do Piauí tem-se constituindo num espaço de estudo e pesquisa através de seus graduandos, com o objetivo da redução da violência e o incentivo da cultura da paz nas escolas. Essas ações estão tornando-se objeto de pesquisa pelo trabalho em conjunto de educadores e agentes comunitários na capacitação de professores, pedagogos, assistentes sociais, e diretores de escolas no Piauí.

Cultura da Paz: Combate às violência na escola. Maria do Carmo Alves do Bomfim Universidade Federal do Piauí - UFPI p. 279	Cultura de Paz é uma prática presente em muitas escolas estaduais e municipais de Teresina/Piauí/Brasil, objetivando combater as violências ocorridas no espaço escolar. Assim foi desenvolvido na Universidade Federal do Piauí – UFPI, de janeiro de 2008 a setembro de 2009, o Projeto “Escola que Protege – Educadoras/es e Agentes Comunitários fazendo Cultura de Paz: combate às violências na escola”, sob a coordenação de uma equipe de docentes e discentes do Observatório de Juventudes, Cultura de Paz e Violências na Escola – OBJUVE vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEd e de um Comitê Gestor, integrado por representantes de 10 entidades locais. No conjunto de ações foram desenvolvidas várias práticas de formação abordando temas como: Crianças e Adolescentes em situação de vulnerabilidades; Violências e suas manifestações; Práticas de Cultura de Paz na Escola; Dispositivos Legais e Direitos Humanos; Violência Sexual contra crianças e adolescentes; Relação Escola-Família-Comunidade; Mediação de Conflitos na Construção de uma Cultura de Paz. A meta inicial era atingir 430 docentes e 70 agentes comunitários. Mas, no processo, os participantes totalizaram 1.054 sendo: 850 profissionais da Educação de 75 escolas estaduais e municipais, 70 profissionais de outras áreas de trabalho (Assistentes Sociais, Agentes Comunitários de Base) e 134 estudantes universitários da UFPI dos Cursos de Pedagogia, Serviço Social e Direito.
---	---

Fonte: BLAYA; SANTANDER; SLEE, 2011